Reunião de 08 de setembro de 2026

------- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia oito de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. ----------
------- Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e quinze minutos, na Casa das Artes e Ofícios do Município, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, António Joaquim Pimentel e, com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, Márcia Paula Teixeira Barros, Daniel Fernando Ribeiro Salgado e José António Freitas e, comigo, António Luís Moreira, técnico superior jurista, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. --------
------- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente da Câmara, António Joaquim Pimentel, foi deliberado proceder, de seguida, à apreciação e votação dos seguintes pontos: ----------

------- **BALANCETE: -** Foi presente o balancete (resumo diário de tesouraria) do pretérito dia sete de setembro de dois mil e vinte e seis. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de seis milhões, trezentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta euros e vinte e três cêntimos (6.376.860,23€). ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA

------- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE ANTÓNIO JOAQUIM PIMENTEL:** - O senhor presidente propôs nos termos do disposto do artigo 26.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que se inclua na ordem do dia desta reunião o seguinte assunto: ----------
------- **UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA – ASSOCIADO, SROC LDA – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2026** – PARA CONHECIMENTO. ----------
------- Foi deliberado por unanimidade aprovar nos termos referidos a inclusão do assunto a título excecional na ordem do dia. ----------

*****

------- O Senhor Vereador, Francisco Guimarães, informou que se ausentaria dos trabalhos, por volta das dez horas e quinze minutos, por motivo de consulta médica. ----------
------- Atendendo a este facto, o Senhor Presidente, António Pimentel, tomou a palavra e propôs ao Executivo que procedesse, de imediato, à apreciação e votação dos seguintes pontos: ----------

------ **115 UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA DO ANO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------
------- **116UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS DO ANO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

*****

ORDEM DO DIA

1 **ATA** – APROVAÇÃO DA ATA N.º 14/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JULHO DE 2026. ----------

2 **GABINETE DO PRESIDENTE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS NO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NOS DOMÍNIOS DA "PROTEÇÃO CIVIL" E DOS "SERVIÇOS FLORESTAIS"** – PARA CONHECIMENTO. ----------

3 **GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA - ACIONAMENTO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA PARA CONTRATAÇÃO DE 6 (SEIS) ASSISTENTES OPERACIONAIS POR TEMPO INDETERMINADO - ÁREAS FUNCIONAIS DE APOIO ESCOLAR E INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS MUNICIPAIS** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

4 **GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 (UM) POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (ECONOMIA) NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

5 **GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – "IMI – FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA 2027"** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

6 **GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – "IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – PARTICIPAÇÃO NO IRS"** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

7 **GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA LOCAL «CENTRO DE VALORIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DE MOGADOURO, E.M.»** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

8 **SERVIÇO MUNICIPAL DE VETERINÁRIA – INFORMAÇÃO REFERENTE À CAMPANHA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO – 2026** – PARA CONHECIMENTO. ----------

9 **SERVIÇO MUNICIPAL DE VETERINÁRIA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO IV CONCURSO CONCELHIO DE ASININOS – FEIRA DO AZINHOSO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

10 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E CONSTRUÇÃO DO PARQUE BIOLÓGICO DA RIBEIRA DO JUNCAL – RELATÓRIO FINAL** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

11 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESPAÇO PARA VENDA E PROMOÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS – CASA DA ORIGEM** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

12 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE BAR/ESPLANADA – RIBEIRA DO JUNCAL** - PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

13 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À CONSERVAÇÃO DA FÁBRICA DE CERÂMICA DO VARIZ-GARE** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

14 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS A JUÍZES SOCIAIS PARA AS CAUSAS DE FAMÍLIA E MENORES DE JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

15 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE ÁREA URBANA E DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA – ART. 91(RÚSTICO) E ART. 197 (URBANO)** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

16 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: QUINTA VALE DO NARDO – SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

17 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: LETRAS ESPECIFICAS, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ------

18 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: FLUIDAÇÃO, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

19 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: FLUIDAÇÃO, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

20 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: ANA CATARINA MENDES** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

21 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: MARIA CRISTINA PIRES BERNARDO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

22 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DEVOLUÇÃO DA PRIMEIRA TRANCHE DO INCENTIVO FINANCEIRO ATRIBUÍDO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E CRIAÇÃO DE EMPREGO DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO –** PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

23 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADOR NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: EMANUEL BÁRTOLO, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA.** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

24 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADOR NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: MARIA ADELAIDE ALVES** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

25 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E REQUALIFICAÇÃO DAS EX ESCOLAS PRIMÁRIAS DO CONCELHO – SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO DE CASTRO VICENTE – RELATÓRIO DE REVISÃO DE PREÇOS** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. -

26 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À DELIBERAÇÃO SOBRE O APOIO PARA OBRAS PRIORITÁRIAS EM HABITAÇÃO – PROCESSO 9/23** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

27 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DA VILA DE MOGADOURO – AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

28 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E CONSTRUÇÃO DE MATADOURO MUNICIPAL – REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

29 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E REQUALIFICAÇÃO DAS EX ESCOLAS PRIMÁRIAS DO CONCELHO – SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO DE CASTRO VICENTE – CONTA FINAL DA OBRA** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

30 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO MUNICIPAL NO COMPLEXO DESPORTIVO – PROPOSTA DE TRABALHOS COMPLEMENTARES – MINUTA DO CONTRATO** - RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

31 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E CONSTRUÇÃO DO MATADOURO MUNICIPAL – CONSTRUÇÃO DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO E RAMAL MT DO MATADOURO MUNICIPAL DE MOGADOURO – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE** - RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

32 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – PLANO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIO** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ---------

33 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO – 1.ª FASE: REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO – 2.ª FASE: 1 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO; 2 – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCESSO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. --

34 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE AJUDA PARA O ARRANJO EXTERIOR DA CAPELA NOSSA SENHORA DO CARRASCO – REQUERENTE: JUNTA FABRIQUEIRA DE AZINHOSO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

35 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

36 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO CENTRO INTERPRETATIVO DO PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DAS RETENÇÕES NOS PAGAMENTOS POR REFORÇO DE CAUÇÃO** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

37 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À REABILITAÇÃO DAS BODEGAS DA FONTE NOVA DE URRÓS – PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DAS RETENÇÕES NOS PAGAMENTOS POR REFORÇO DE CAUÇÃO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

38 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À REABILITAÇÃO ENERGÉTICA E FUNCIONAL DO EDIFÍCIO DA**

ESCOLA SECUNDÁRIA DE MOGADOURO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO – AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DA OBRA – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. --

39 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À REABILITAÇÃO ENERGÉTICA E FUNCIONAL DO EDIFÍCIO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MOGADOURO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO – PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DAS RETENÇÕES NOS PAGAMENTOS POR REFORÇO DE CAUÇÃO – T.C-4** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

40 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO REQUERIMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE DAS CASAS DE TURISMO NA FREGUESIA DE TÓ** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

41 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE À EMPREITADA DAS INSTALAÇÕES DO IRN, I.P., NO PALÁCIO DA JUSTIÇA DE MOGADOURO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DEMOLIÇÃO DE PAINÉIS DE ALVENARIA VAZADA** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

42 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE À AUTORIZAÇÃO DA PUBLICIDADE – TOURADA DE URRÓS 2026 – ISENÇÃO DE TAXAS – REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE URRÓS** - RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

43 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE LOTE NA ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO – REQUERENTE: ANTÓNIO JOAQUIM CURRALO MACHADO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

44 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE A APROVAÇÃO DE PROJETO DE MAPA DE RUÍDO DO CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

45 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE À APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA FINS POLÍTICOS** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

46 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE EVA VIRGÍNIA BARRUECO SALES PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE OS PRÉDIOS RÚSTICOS INSCRITOS NAS MATRIZES N.º 292 SECÇÃO – H DENOMINADO POR MAL AMASSADO, N.º 315 SECÇÃO – H DENOMINADO POR MAL AMASSADO, N.º 323 SECÇÃO – H DENOMINADO POR MAL AMASSADO, N.º 407 SECÇÃO – H DENOMINADO POR CALEIRA, N.º 259 SECÇÃO – F DENOMINADO POR POVOAÇÃO, SITO NA FREGUESIA DE URRÓS, CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

47 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE EVA VIRGÍNIA BARRUECO SALES PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ N.º 129 SECÇÃO – B DENOMINADO POR PRADO, SITO NA FREGUESIA DE BEMPOSTA, CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

48 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE NARCISO AUGUSTO XAVIER PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE OS PRÉDIOS RÚSTICOS INSCRITOS NAS MATRIZES N.º 1 SECÇÃO – B DENOMINADO POR PEREIRA, N.º 5 SECÇÃO – B DENOMINADO POR CAMINHO DE SANTIAGO, N.º 11 SECÇÃO – B DENOMINADO POR PARADELOS, N.º 12 SECÇÃO – B DENOMINADO POR SERRA DA PEREIRA, N.º 132 SECÇÃO – C DENOMINADO POR TANGADANA, N.º 135 SECÇÃO – C DENOMINADO POR URRETA DO LOBO, N.º 196 SECÇÃO – C DENOMINADO POR PEREIROS, N.º 200 SECÇÃO – C DENOMINADO POR PEREIROS, N.º 205 SECÇÃO – C DENOMINADO POR PEREIROS, N.º 271 SECÇÃO – F DENOMINADO POR COVA DOS LOBOS, N.º 321 SECÇÃO – F DENOMINADO POR COVA DOS LOBOS, N.º 376 SECÇÃO – F DENOMINADO POR RIBEIRA, N.º 478 SECÇÃO – F DENOMINADO POR VALE DE EMBRIÃO, N.º 512 SECÇÃO – F DENOMINADO POR ERVIDA, N.º 575 SECÇÃO – F DENOMINADO POR FONTE, N.º 33 SECÇÃO – H DENOMINADO POR FONTE DA BIQUEIRA, N.º 41 SECÇÃO – H DENOMINADO POR TANQUE, N.º 240 SECÇÃO – H DENOMINADO POR TANQUE, N.º 78 SECÇÃO – J DENOMINADO POR LAMEIRO DAS ALMAS, SITO NA FREGUESIA DE VILA DE ALA, CONCELHO DE MOGADOURO** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

49 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE HERDEIROS DE MARIA ADELAIDE FERNANDES PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE OS PRÉDIOS RÚSTICOS INSCRITOS NAS MATRIZES N.º 403 SECÇÃO – G, N.º 391 SECÇÃO – G, N.º 447 SECÇÃO – D DENOMINADOS POR LAGANHOSA, SITO NA FREGUESIA DE URRÓS, CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

50 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE GIL MARTINS RAFAEL PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ N.º 322 SECÇÃO – G, DENOMINADO POR CÊRRO, SITO NA FREGUESIA DE SALDANHA, CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

51 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE GIL MARTINS RAFAEL PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER**

FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ N.º 110 SECÇÃO – 1B, DENOMINADO POR VALE DE CERVAS, SITO NA FREGUESIA DE SOUTELO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REMONDES E SOUTELO, CONCELHO DE MOGADOURO – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

52 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PAGAMENTO DE ÁGUA AO PREÇO DO PRIMEIRO ESCALÃO E ISENÇÃO DAS TARIFAS DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: REQUERENTE: CONSUMIDOR N.º 492** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

53 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À PRORROGAÇÃO DA APLICAÇÃO DO VALOR DE 0,80€/KM NO TRANSPORTE DE DOENTES NÃO URGENTES** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

54 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DO TARIFÁRIO DE FAMÍLIAS NUMEROSAS – REQUERENTE: SYLVIE CALÇADA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

55 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DO TARIFÁRIO DE FAMÍLIAS NUMEROSAS – REQUERENTE: ISIDRO DIAS** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

56 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO RELATÓRIO DO PROJETO CLDS - MAIO 2025 A MAIO 2026** – PARA CONHECIMENTO. ----------

57 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE ENTRADA NOS BALNEÁRIOS DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

58 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIAS DE CARÁTER EVENTUAL EM SITUAÇÕES DE CARÊNCIA ECONÓMICA E DE RISCO SOCIAL** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

59 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 1 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

60 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 2 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

61 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 3 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

62 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 4 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

63 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 5 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

64 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 6 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

65 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 7 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

66 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 8 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

67 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 9 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

68 **D UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 10 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

69 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 11 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

70 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 12 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

71 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 13 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

72 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 14 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

73 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 15 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

74 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 16 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

75 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 17 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

76 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 18 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

77 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 19 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

78 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 20 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

79 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 21 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

80 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 22 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

81 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 23 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

82 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 24 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

83 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 25 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

84 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 26 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

85 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 27 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

86 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 28 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

87 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 29 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

88 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 30 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

89 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 31 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

90 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 32 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

91 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 33 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

92 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 34 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

93 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 35 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

94 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 36 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

95 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 37 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

96 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – REEMBOLSO DA MENSALIDADE – REQUERENTE: MÁRCIA MARINHO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

97 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – REEMBOLSO DA MENSALIDADE – REQUERENTE: FÁTIMA FERMENTO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

98 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – REEMBOLSO DA MENSALIDADE – REQUERENTE: EDUARDA CONDE** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

99 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO: PROCESSO N.º 27/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. --

100 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO: PROCESSO N.º 28/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. --

101 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO: PROCESSO N.º 29/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. --

102 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 32/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

103 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 33/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

104 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 34/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

105 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 35/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

106 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 36/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

107 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO PARA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: PROCESSO N.º 79/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

108 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO PARA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: PROCESSO N.º 80/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

109 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO PARA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: PROCESSO N.º 81/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

110 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À REDUÇÃO DO VALOR DA RENDA – HABITAÇÃO N.º 22** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

111 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE SOBRE OS ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES AO PEDIDO DE APOIO PARA OBRAS PRIORITÁRIAS EM HABITAÇÃO QUE TENHA COMPROMETIDA AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE: PROCESSO Nº 09/26 – COMPROVAÇÃO DA POSSE DO IMÓVEL** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

112 **UNIDADE ORGÂNICA DE CULTURA E TURISMO (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO MOVIMENTO RECORDAR 1755_QUAKE / CASTELO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

113 **UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

114 **UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À ALTERAÇÃO MODIFICATIVA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

115 **UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA DO ANO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

116 **UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS DO ANO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

117 **COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – PROJETO OET DURIUS – PROGRAMA INTERREG-POCTEP** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

118 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DO LOTE N.º 88 DA ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO – REQUERENTE: TABELA CONVERGENTE, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

119 **UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA – ASSOCIADO, SROC LDA – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2026** – PARA CONHECIMENTO. ----------

------- **1 ATA – APROVAÇÃO DA ATA N.º 14/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JULHO DE 2026:** - Foi presente a ata da reunião ordinária do dia vinte e oito de julho de dois mil e vinte e seis, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do executivo. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. ----------

------- **2 GABINETE DO PRESIDENTE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS NO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NOS DOMÍNIOS DA "PROTEÇÃO CIVIL" E DOS "SERVIÇOS FLORESTAIS"** – PARA CONHECIMENTO: - O Executivo tomou conhecimento da proposta do senhor presidente, António Pimentel, datada de cinco de agosto de dois mil e vinte e seis. ----------

------- **3 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA - ACIONAMENTO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA PARA CONTRATAÇÃO DE 6 (SEIS) ASSISTENTES OPERACIONAIS POR TEMPO INDETERMINADO - ÁREAS FUNCIONAIS DE APOIO ESCOLAR E INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS MUNICIPAIS** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, António Pimentel, datada de catorze de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"**PROPOSTA** ----------

ASSUNTO: "Acionamento de Reserva de Recrutamento Interna para Contratação de 6 (seis) - Assistentes Operacionais por Tempo Indeterminado. Áreas funcionais de Apoio Escolar e Infraestruturas Desportivas Municipais" ----------

Enquadramento: ----------

1. Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião ordinária de 08 de outubro de 2024, foi aberto o procedimento concursal comum de recrutamento de trabalhadores para ocupação de 10 (dez) postos de trabalho, em regime de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mogadouro, aberto por Aviso n. ^{0} 245, de 18-12-2024, publicado na 2. ^{a} série do Diário da República (Referência K). ----------

2. Pelo procedimento concursal supraidentificado foi constituída uma reserva de recrutamento interna, constante da Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados, homologada em 17 de dezembro de 2025, válida pelo período de 18 (dezoito) meses, contados a partir daquela data, que deverá ser utilizada sempre que, no prazo referido, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho. ----------

3. O recrutamento efetua-se pela ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de requalificação e, esgotados estes, dos restantes candidatos, conforme determina a alínea d) do n.^{0} 1 do artigo 37. ^{0} da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em Anexo à Lei n.^{0} 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação. ----------

4. Após o provimento inicial dos 10 (dez) postos de trabalho previstos, do subsequente recrutamento de mais 10 (dez) e de mais 4 (quatro) trabalhadores, verifica-se presentemente e, ainda, em resultado de pedidos de aposentação, de faltas ao serviço por períodos prolongados e de pedidos de rescisão de contrato, a necessidade premente de reforço de determinados serviços municipais, em virtude do aumento de volume de trabalho verificado em algumas Divisões desta Autarquia, nomeadamente as áreas

funcionais de apoio escolar nos estabelecimentos de ensino sob gestão municipal e infraestruturas desportivas. ----------

5. O artigo 30. º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, estipula que a reserva de recrutamento interna pode ser utilizada sempre que, no prazo de 18 (dezoito) meses contados a partir da data de homologação da lista de ordenação final, se verifique a necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho. ----------

6. Considerando que o prazo de 18 (dezoito) meses ainda decorre e que a lista de ordenação final homologada dispõe de candidatos aprovados remanescentes, estão reunidos os pressupostos legais e operacionais para o acionamento da referida reserva. --

7. No mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mogadouro para o ano de 2026 existem os lugares vagos na referida carreira/categoria. ----------

8. A despesa associada ao presente recrutamento dispõe de cabimento na rubrica de despesa de pessoal para o corrente ano económico, conforme justificado pela UOFContabilidade. ----------

Proposta: ----------
Face ao exposto, apresento a presente Proposta para que o órgão executivo possa analisar e deliberar no sentido de: ----------
a Autorizar o acionamento da reserva de recrutamento interna referente ao procedimento concursal comum para a carreira e categoria de Assistente Operacional/Serviços Gerais (Aviso n.º 245, de 18-12-2024, publicado na 2. ª série do Diário da República - Referência K), nas áreas funcionais de apoio escolar e infraestruturas desportivas municipais; ----------
b Aprovar a contratação de mais 6 (seis) Assistentes Operacionais, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, seguindo a ordem estrita da Lista Unitária de Ordenação Final, homologada em 17-12-2025. "----------

------- Analisada a proposta supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor do senhor presidente e dos senhores vereadores, Márcia Barros e Daniel Salgado e duas abstenções dos senhores vereadores, Francisco Guimarães e José Freitas, o seguinte:

a) Autorizar o acionamento da reserva de recrutamento interna referente ao procedimento concursal comum para a carreira e categoria de Assistente Operacional/Serviços Gerais (Aviso n.º 245, de 18-12-2024, publicado na 2. ª série do Diário da República - Referência K), nas áreas funcionais de apoio escolar e infraestruturas desportivas municipais; ----------
b) Aprovar a contratação de mais 6 (seis) Assistentes Operacionais, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, seguindo a ordem estrita da Lista Unitária de Ordenação Final, homologada em 17-12-2025. ----------

------- **4 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE 1 (UM) POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (ECONOMIA) NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, António Pimentel, datada de vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"**PROPOSTA** - Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (Economia) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ----------

Considerando que: ----------

– De acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 30.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação em vigor, e doravante designada apenas por "LGTFP", os serviços da Administração Pública podem promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal; ----------

– O mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mogadouro para o ano de 2026, aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 19-12-2025, sob proposta da Câmara Municipal de 09-12-2025, prevê o posto de trabalho referido na presente Proposta; ----------

– A Câmara Municipal de Mogadouro carece de recursos humanos para fazer face às necessidades, especificamente na Unidade Orgânica de Contabilidade; ----------

– Atenta a estratégia do Município para o desenvolvimento concelhio e os projetos prioritários que se pretendem implementar, com vista ao seu alcance, resulta evidente a necessidade de se proceder ao recrutamento de mais um(a) trabalhador(a) que permita não só colmatar as carências existentes, devido à aposentação de um coordenador técnico e à ausência prolongada ao serviço de uma técnica superior, mas, também, fazer face ao volume de trabalho que decorre naquele serviço, garantindo a concretização e o sucesso do mesmo de uma forma sustentável e duradoura; ----------

– A carência, que se traduz em necessidade permanente do respetivo serviço, fundamenta a autorização de abertura do procedimento concursal para preenchimento do posto de trabalho vago na carreira e categoria de técnico superior, com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, tal como caraterizado no mapa de pessoal e identificado sumariamente no quadro seguinte: ----------

Carreira/categoria	**N.º de postos de trabalho**	**Área/Atividade**
Técnico superior	1	Licenciatura (adequada) em Economia

– Dadas as previstas dificuldades de recrutamento para o posto de trabalho indicado, de trabalhadores detentores de vínculo em funções públicas por tempo indeterminado, o procedimento concursal a realizar deve, ao abrigo do princípio da boa administração, consagrado no artigo 6.º, do

Código do Procedimento Administrativo, designadamente em obediência a critérios de eficiência, economicidade e celeridade, permitir a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme previsto no n.º 5 do artigo 30.º da LGTFP; ----------

– O lugar posto a concurso tem como conteúdo funcional genérico o definido no Anexo da LGTFP para a respetiva carreira e categoria, em articulação com as funções previstas para a Unidade Orgânica de Contabilidade (UOF), *in casu*: ----------

– Técnico superior na área de Economia. ----------

Conteúdo funcional de técnico(a) superior (Grau de Complexidade 3):

Em geral:

– Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;
– Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns instrumentais e operativas dos órgãos e serviços;
– Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado;
– Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

Em específico:

– Executar o estudo e a implementação de projetos estruturantes municipais e regionais;
– Executar a política de acompanhamento e incentivo ao desenvolvimento dos setores económicos locais, promovendo o empreendedorismo dos seus agentes, apoiando os/as seus/suas empresários/as e contribuindo para o desenvolvimento das suas competências e qualificações, nomeadamente no que concerne às pequenas e médias empresas e ao comércio tradicional;
– Promover, a interação entre o meio empresarial local e as instituições de ensino, o alargamento da cadeia de valor associada às empresas locais;
– Promover a imagem do Município, através de iniciativas próprias, ou em cooperação com os agentes económicos e suas associações, intensificando a atratividade do município na captação de novos investimentos nacionais e estrangeiros e estimular o empreendedorismo empresarial;
– Potenciar a incubação de empresas nas modalidades de incubação virtual, *coworking* e em gabinetes;
– Promover a permanente competitividade dos mercados e feiras da competência do município face a outros espaços comerciais;
– Colaborar na elaboração de regulamentos municipais relativos ao exercício das atividades económicas, designadamente no que concerne à ocupação de via

pública para fins comerciais ou à afixação de publicidade, ao comércio a retalho não sedentário exercido por feirantes e vendedores ambulantes, aos mercados municipais; – Propor medidas tendentes a simplificar e acompanhar os processos de licenciamento de atividades económicas e prestar apoio técnico e logístico aos agentes económicos que invistam no concelho.

– A competência para a promoção de recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação do posto de trabalho é atualmente cometida ao órgão executivo do Município, de acordo com o disposto no artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual. ----------

Neste sentido, ao abrigo das competências próprias que me são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º e artigo 37.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o disposto nos artigos 29.º, 30.º e n.º 1 do artigo 33.º, todos da LGTFP, nas suas atuais redações, submeto ao órgão executivo a presente Proposta para que: ----------

1. Nos termos referidos anteriormente, delibere autorizar a abertura de procedimento concursal comum para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos previstos na Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, tendo em vista a ocupação do posto de trabalho supraidentificado previsto e não ocupado no mapa de pessoal, para desempenhar funções na Unidade Orgânica de Contabilidade (UOF), autorizando, também, a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público; ----------
2. Seja aprovado o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de candidaturas ao referido procedimento concursal; ----------
3. Seja aprovada, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do RJAL, a presente deliberação em minuta; ----------

Sujeito ainda a presente Proposta à verificação de fundos disponíveis no âmbito da Lei dos Compromissos." ----------
------- Analisada a proposta supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade: ----------
- autorizar a abertura de procedimento concursal comum para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos previstos na Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, tendo em vista a ocupação do posto de trabalho supraidentificado previsto e não ocupado no mapa de pessoal, para desempenhar funções na Unidade Orgânica de Contabilidade (UOF), autorizando, também, a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público; ----------
- aprovar o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de candidaturas ao referido procedimento concursal; ----------
- aprovar nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do RJAL, a presente deliberação em minuta. ----------

------- **5 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – "IMI – FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA 2027"** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, António Pimentel, datada de dois de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"PROPOSTA: "IMI - Fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para 2027" ----------

O n º 1 do artigo 112. º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), determina que as taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes: ----------

a) Prédios rústicos: 0,8/prct; ----------
b) (Revogada). ----------
c) Prédios urbanos - de 0,3/prct a 0,45/prct. ----------

O n. º 5 do mesmo artigo dispõe que: ----------

"Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n. º 1, podendo esta ser fixada por freguesia". ----------

O artigo 112 º-A - "Prédios sujeitos passivos com dependentes a cargo" do Código do IMI, alterado pela Lei n. º 56/2023, de 6 de outubro e recentes alterações, refere que: ----------

"1 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: ----------

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em E)
1	[30]
2	[70]
3 ou mais.	[140]

2 - A deliberação referida no número anterior deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n. º 14 do artigo 112. º do Código do IMI. ----------

3 - A verificação dos pressupostos para a redução da taxa do IMI é efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma automática e com base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo de contribuintes e nas declarações de rendimentos entregues. ----------

4 - Para efeitos do disposto no presente artigo, a composição do agregado familiar é aquela que se verificar no último dia do ano anterior àquele a que respeita o imposto. --------

5 - Considera-se o prédio ou parte de prédio urbano afeto à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar quando nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal. ----------

6 - A Autoridade Tributária e Aduaneira disponibiliza aos municípios, até 15 de setembro, o número de agregados com um, dois e três ou mais dependentes que tenham, na sua área territorial, domicílio fiscal em prédio ou parte de prédio destinado a habitação própria e permanente. " ----------

Assim, a fim de dar cumprimento ao disposto nos referidos normativos legais, propõe-se que, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atualmente em vigor, a Câmara delibere apresentar à Assembleia Municipal, para aprovação, ao abrigo da sua competência prevista na alínea d) do n. º 1 do artigo 25. º, do Anexo I, da Lei n. º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes valores das taxas do imposto municipal sobre imóveis, previstas no n.º 1 do artigo 112.º do CIMI, a cobrar em 2027: ----------

a) Prédios rústicos: 0,8 prct; ----------

b)..... ----------

c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,3 prct. ----------

Ainda que, de acordo com o n. º 1 do artigo 112. º-A do CIMI, alterado pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro e suas alterações, para os imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, seja reduzida a taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes, nos termos seguintes: ----------

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	30
2	70
3 ou mais	140

----------"

------- Após análise e de acordo com a proposta supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manter as taxas do imposto municipal de zero virgula oito (0,8%) e zero virgula três (0,3%) por cento e de acordo com a Lei e, aprovar a dedução da taxa de imposto municipal sobre imóveis (IMI) nos termos do n.º 1 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), para os imóveis destinados a habitação própria e

permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes, nos seguintes termos: ----------

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	[30]
2	[70]
3 ou mais	[140]

------- Mais se deliberou, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a presente deliberação seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. ----------

------- **6 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – "IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – PARTICIPAÇÃO NO IRS"** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, António Pimentel, datada de dois de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"PROPOSTA: "Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) - Participação no IRS" ----------

1. Nos termos do estipulado no n.º 1 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atualmente em vigor, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, atendendo à norma do artigo 45.º do mesmo diploma legal, ou seja, o "Princípio da especialidade". ----------

2. As autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas, designadamente, as constantes do artigo 3.º, Anexo I, do diploma supracitado; ----------

3. De acordo com a alínea f) do artigo 14.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua versão mais recente, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada, nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes do mesmo Regime legal;

4. A alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 26.º do mencionado Regime, refere que: ----------

"Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, que é calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS". ----------

✓ Tendo em conta as especificidades dos concelhos do interior do país, como é o caso de Mogadouro, quanto às suas características: ----------

– População e Sociedade: Envelhecimento; perda de habitantes e baixa densidade; ----------
– Economia e Trabalho: Agricultura e pecuária; turismo rural e falta de emprego; ----------
– Natureza e Paisagem: Espaços verdes e serras; clima mais duro e tradição e pedra. ----------

✓ Que, esta Autarquia possui uma capacidade de liquidez financeira que lhe permite satisfazer as necessidades mais básicas das suas atribuições e competências. ----------

Proponho, no exercício dos poderes de que dispõem os municípios, que este órgão executivo, aprove e apresente ao órgão deliberativo, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atualmente em vigor, atento o disposto no artigo 26.º (*Participação variável no IRS*) da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua recente versão, a proposta de uma participação variável de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2027. ----------
Mais se propõe a submissão desta Proposta à Assembleia Municipal, para deliberar, no uso das competências que lhe são cometidas, com base no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atualmente em vigor." ----------
------- Após análise e de acordo com a proposta supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a participação variável de dois virgula cinco por cento (2,5%) no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) no ano de dois mil e vinte e sete. ----------
------- Mais se deliberou, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que a presente deliberação seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. ----------

------- **7 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA LOCAL «CENTRO DE VALORIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DE MOGADOURO, E.M.»** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, António Pimentel, datada de dois de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"**PROPOSTA** ----------
Constituição da empresa local «Centro de Valorização Agropecuária de Trás-os-Montes, E.M.» ----------
Considerando: ----------
A. A importância estratégica que a atividade agropecuária assume no concelho de Mogadouro e no Nordeste Transmontano; ----------
B. A necessidade de assegurar condições adequadas para o abate, transformação, valorização, comercialização e distribuição das produções pecuárias locais e regionais; ----------
C. O investimento realizado pelo Município de Mogadouro na construção e equipamento do Matadouro de Mogadouro e das valências complementares destinadas à desmancha, corte, embalamento, conservação e valorização das carnes; ----------

D. O Estudo de Viabilidade Económico-Financeira elaborado para o projeto do **Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro (CVAM)**, que avalia, entre outras matérias, a relevância territorial do investimento, o mercado potencial, a capacidade instalada, os diferentes modelos de exploração e a respetiva sustentabilidade económico-financeira; ----------

E. E concluindo o referido estudo que, entre os modelos de gestão analisados, **a constituição de uma empresa municipal integralmente detida pelo Município de Mogadouro é a solução que apresenta a melhor adequação às características técnicas, económicas e comerciais do projeto**, importa definir os termos da respetiva constituição. ----------

I. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO ----------

1. O Município de Mogadouro tem vindo a desenvolver um investimento estruturante destinado à criação de uma infraestrutura capaz de responder às necessidades da fileira agropecuária do concelho e da região. ----------

2. O projeto ultrapassa largamente o conceito tradicional de matadouro. O **Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro (CVAM)** é concebido como uma infraestrutura integrada, destinada a articular a receção e abate de animais, inspeção sanitária, refrigeração e conservação, desmancha, corte, embalamento, rotulagem, armazenagem, expedição, distribuição e valorização comercial das carnes, podendo progressivamente incorporar outras atividades relacionadas com transformação agroalimentar, certificação, inovação, formação e promoção comercial. ----------

3. A criação desta estrutura encontra fundamento nas características económicas do território e, em especial, no peso que a produção pecuária assume na economia local. ----------

4. Os dados considerados no Estudo de Viabilidade identificam, apenas nos cinco concelhos para os quais foi possível obter informação quantitativa — Mogadouro, Miranda do Douro, Vimioso, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta — um efetivo global de **63 868 animais**, dos quais **12 572 bovinos, 5 142 suínos, 41 074 ovinos e 5 080 caprinos**, destacando-se Mogadouro como o concelho com maior efetivo agregado, com **24 232 animais**. ----------

5. A infraestrutura deverá, por conseguinte, ser entendida como instrumento de política pública municipal de desenvolvimento económico e rural, destinado, designadamente, a: ----------

- Fomentar o aumento da produção agropecuária; ----------
- apoiar a sustentabilidade económica das explorações pecuárias; ----------
- aproximar os serviços de abate dos produtores; ----------
- reduzir custos e tempos de transporte; ----------
- contribuir para melhores condições de bem-estar animal; ----------
- aumentar o valor acrescentado das produções locais; ----------
- valorizar as raças autóctones e os produtos certificados; ----------
- reforçar os circuitos curtos de comercialização; ----------
- estimular a transformação agroalimentar; ----------
- criar emprego; ----------
- promover novas atividades empresariais; ----------
- aumentar a capacidade de retenção de rendimento no território; ----------
- contribuir para a fixação de população e para a coesão económica e territorial. ----------

6. O projeto assume, portanto, uma dimensão económica e empresarial, mas prossegue simultaneamente uma inequívoca finalidade de interesse público local e de promoção do desenvolvimento rural, não podendo a respetiva avaliação ficar limitada à rentabilidade financeira imediata da atividade de abate. ----------

II. ENQUADRAMENTO JURÍDICO ----------

7. **Atribuições do Município** ----------

a. A intervenção municipal encontra fundamento, desde logo, no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que atribui aos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações e reconhece expressamente atribuições municipais, entre outros domínios, no equipamento rural e urbano e na promoção do desenvolvimento. ----------

b. O Centro de Valorização Agropecuária enquadra-se diretamente nestas atribuições, na medida em que constitui uma infraestrutura económica destinada a apoiar uma das principais atividades produtivas do concelho e a criar condições para o desenvolvimento da respetiva cadeia de valor. ----------

8. Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local ----------

a. A constituição da empresa rege-se fundamentalmente pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto — Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, na sua redação atual. ----------

b. Nos termos do artigo 6.º daquele diploma, a constituição de uma empresa local deve encontrar-se fundamentada: ----------

i. na melhor prossecução do interesse público; e ----------

ii. na conveniência de uma gestão subtraída à gestão direta, atendendo à especificidade técnica e material da atividade. ----------

Ambos os requisitos se encontram presentes no projeto em análise. ----------

c. Por outro lado, de acordo com os artigos 19.º e seguintes da Lei n.º 50/2012, as empresas locais são sociedades constituídas nos termos da lei comercial nas quais uma ou mais entidades públicas participantes exerçam influência dominante, designadamente através da detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto. ----------

d. Tratando-se, no caso proposto, de uma sociedade integralmente detida pelo Município de Mogadouro, a mesma terá natureza de empresa municipal, devendo a sua denominação ser acompanhada da indicação E.M. ----------

d.1 - Propõe-se, assim, a denominação: ----------

CENTRO DE VALORIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DE MOGADOURO, E.M. ----------

d.2 - abreviadamente: ----------

CVAM, E.M. ----------

e. A empresa terá personalidade jurídica própria e natureza de pessoa coletiva de direito privado, sem prejuízo da sua integração no setor empresarial local e da aplicação das normas específicas constantes da Lei n.º 50/2012. ----------

III. QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA ----------

9. Considerando a natureza e os objetivos do projeto, entende-se que a empresa deverá ser estruturada predominantemente como empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, orientada para o desenvolvimento rural e para a valorização económica da fileira agropecuária. ----------

10. O artigo 48.º da Lei n.º 50/2012 admite empresas desta natureza destinadas à promoção do desenvolvimento urbano e rural, visando o crescimento económico, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão económica e social. ----------

11. Importa, contudo, salvaguardar que a lei estabelece, como regra, que a promoção do desenvolvimento urbano e rural através de empresa local deve assumir âmbito intermunicipal, pelo que a constituição de uma empresa desta natureza exclusivamente por um município assume caráter

excecional e depende, nos termos do n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 50/2012, da verificação cumulativa de dois pressupostos: ----------

a. que a associação de municípios, área metropolitana ou entidade intermunicipal em que o Município se integra **não se encontre interessada em constituir ou participar na empresa**; -------

b. que o Município demonstre possuir **capacidade financeira própria para o efeito**. ----------

12. Estes elementos integram a presente proposta, bem como o processo a submeter à Assembleia Municipal e, posteriormente, ao Tribunal de Contas. ----------

IV. JUSTIFICAÇÃO DA OPÇÃO PELA EMPRESA MUNICIPAL ----------

13. O Estudo de Viabilidade analisou sete modelos possíveis de exploração: ----------

i. gestão direta pelo Município; ----------

ii. empresa municipal; ----------

iii. sociedade de economia mista; ----------

iv. concessão; ----------

v. parceria público-privada; ----------

vi. cooperativa regional. ----------

Da comparação realizada resulta que a Empresa Municipal constitui o modelo que melhor concilia autonomia de gestão, profissionalização, flexibilidade operacional e capacidade comercial. ----------

14. Autonomia empresarial ----------

a. A atividade do CEVAP TM exige uma capacidade de atuação incompatível, em muitos aspetos, com a gestão administrativa corrente de um serviço público. ----------

b. Será necessário negociar com produtores, cooperativas, associações, talhos, restauração, distribuidores e outros operadores; organizar programas de abate; gerir stocks; adquirir consumíveis; contratar serviços especializados; organizar a distribuição; desenvolver marcas e produtos; captar clientes; responder rapidamente às alterações da procura e tomar decisões comerciais em tempo útil. ----------

c. O Estudo salienta precisamente que o mercado agroalimentar exige rapidez de decisão, flexibilidade, capacidade comercial e adaptação permanente às necessidades dos clientes. ----------

15. Gestão profissionalizada ----------

a. A criação da empresa permite separar claramente **a função estratégica e política**, que continuará a pertencer ao Município da **gestão operacional e empresarial**, confiada aos órgãos de administração da sociedade. ----------

b. A atividade poderá, deste modo, ser avaliada através de objetivos, indicadores, resultados económicos e metas comerciais concretamente definidos. ----------

16. Flexibilidade na gestão dos recursos humanos ----------

a. Nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 50/2012, o pessoal das empresas locais encontra-se sujeito ao regime do contrato de trabalho. ----------

b. Esta circunstância permite constituir uma equipa tecnicamente adequada às necessidades específicas da unidade, designadamente operadores de abate, profissionais de desmancha, técnicos de qualidade e segurança alimentar, responsáveis comerciais, profissionais de logística e outros trabalhadores especializados. ----------

17. Capacidade de atuação no mercado ----------

a. O Centro não poderá depender exclusivamente da atividade de abate. ----------

b. O próprio Estudo demonstra que a sustentabilidade do projeto depende significativamente da capacidade de desenvolver a atividade de desmancha, corte, embalamento e comercialização, identificando como ponto crítico o processamento e venda médios de, pelo menos, 750 kg de carne por dia. ----------

É, portanto, indispensável uma estrutura com verdadeira capacidade comercial. ----------

V. VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA ----------

18. A constituição de qualquer empresa local encontra-se sujeita ao artigo 32.º da Lei n.º 50/2012. A lei exige que a deliberação seja precedida dos necessários estudos técnicos, incluindo o plano do projeto nas vertentes de investimento, exploração e financiamento, demonstrando: ----------

i. viabilidade e sustentabilidade económica e financeira; ----------
ii. ganhos de qualidade; ----------
iii. racionalidade acrescentada da gestão empresarial; ----------
iv. necessidades que a empresa pretende satisfazer; ----------
v. existência de procura atual ou futura; ----------
vi. benefício económico e social para a população. ----------

19. O Estudo de Viabilidade Económico-Financeira elaborado constitui, por isso, elemento essencial e integrante do processo de constituição da empresa. As projeções nele constantes apontam, no cenário-base, para uma estrutura de exploração equilibrada, estimando para o primeiro ano de atividade um resultado líquido de **33 668 euros**, um EBITDA de **371 042 euros** e um cash-flow de **363 657 euros**. ----------

20. O Estudo conclui igualmente que a viabilidade económico-financeira se mantém nos cenários de redução do volume de negócios em 5 % e 10 %, embora identifique como fatores críticos o volume de atividade da sala de desmancha, corte e embalamento e a concretização dos níveis de abate previstos. ----------

Estes elementos justificam economicamente a opção proposta. ----------

VI. FORMA SOCIETÁRIA E CAPITAL ----------

21. Propõe-se que a empresa seja constituída sob a forma de sociedade unipessoal por quotas, integralmente detida pelo Município de Mogadouro, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 50/2012 e do Código das Sociedades Comerciais. ----------

22. O respetivo capital social deverá ser integralmente subscrito pelo Município. ----------

23. O montante concreto do capital social deverá ser fixado no projeto de estatutos e sustentado no plano financeiro, tendo especialmente em consideração: ----------

- as necessidades iniciais de tesouraria; ----------
- o fundo de maneio; ----------
- os encargos associados ao arranque; ----------
- a aquisição de matérias-primas, quando aplicável; ----------
- os prazos médios de pagamento e recebimento; ----------
- as necessidades de stocks; ----------
- a cobertura prudencial dos primeiros meses de funcionamento. ----------

VII. PATRIMÓNIO ----------

24. Considerando que o Município de Mogadouro assegurou a construção, instalação e apetrechamento do Matadouro Municipal e dos demais ativos afetos ao Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro – CVAM, propõe-se que, no momento da constituição da empresa municipal, o património construído e todos os ativos patrimoniais diretamente relacionados com esta infraestrutura sejam transferidos para a esfera patrimonial da futura entidade *Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro, E.M.*, através do mecanismo jurídico e contabilístico que venha a revelar-se mais adequado. ----------

Esta opção visa dotar a nova empresa de uma estrutura patrimonial sólida e coerente com a dimensão económica da atividade que lhe será confiada, reforçando a sua autonomia, capacidade financeira e credibilidade perante fornecedores, clientes, instituições financeiras, entidades certificadoras e demais parceiros. A integração dos imóveis, equipamentos, instalações técnicas, máquinas, sistemas, viaturas, mobiliário e restantes bens afetos à exploração permitirá que a empresa disponha, desde o início da sua atividade, de uma base patrimonial compatível com as responsabilidades operacionais que assume e com a natureza empresarial do modelo de gestão adotado. ----------

A transferência destes ativos permitirá ainda assegurar uma correspondência efetiva entre os meios utilizados na exploração e a entidade responsável pela respetiva gestão, manutenção, amortização e valorização económica, evitando uma excessiva dependência patrimonial do Município e conferindo à sociedade maior robustez na elaboração das suas demonstrações financeiras, no cálculo da sua autonomia financeira e na demonstração da sua solvabilidade. Esta solução contribuirá, igualmente, para reforçar a capacidade da empresa para desenvolver futuras operações de investimento, modernização tecnológica, expansão de valências ou acesso a instrumentos de financiamento, dentro dos limites legalmente aplicáveis. ----------

25. A integração patrimonial será efetuada com base numa avaliação rigorosa e atualizada dos bens a transferir, garantindo a sua correta valorização contabilística e fiscal e permitindo determinar se os mesmos serão realizados como entrada em espécie para formação ou aumento do capital social, ou através de outro mecanismo legalmente admissível. ----------

26. Será ainda assegurado que a transferência do património respeita integralmente o regime jurídico aplicável ao setor empresarial local, o Código das Sociedades Comerciais, as normas contabilísticas em vigor, as regras relativas ao património municipal e, quando aplicável, o regime dos auxílios de Estado e da concorrência. ----------

Com esta opção, pretende-se que a futura CVAM, E.M. não seja uma entidade meramente gestora de um património pertencente ao Município, mas uma verdadeira unidade empresarial pública, dotada dos ativos necessários ao exercício da sua atividade, de autonomia patrimonial e de uma estrutura económico-financeira suficientemente robusta para assegurar a sustentabilidade e o desenvolvimento futuro do projeto. ----------

VIII. OBJETO SOCIAL

27. Propõe-se que o objeto social da empresa compreenda, nos limites permitidos pela Lei n.º 50/2012: ----------

A promoção do desenvolvimento económico e rural através da gestão e exploração do Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro, compreendendo: a exploração de infraestruturas destinadas ao abate de animais, refrigeração, conservação, desmancha, corte, preparação, embalamento, rotulagem, armazenagem, expedição, logística, distribuição e valorização comercial de carnes e produtos agroalimentares, bem como atividades complementares de certificação, rastreabilidade, promoção, inovação, formação, apoio técnico e desenvolvimento da cadeia de valor agropecuária, nos termos legalmente admissíveis. ----------

IX. ÓRGÃOS SOCIAIS ----------

28. Nos termos dos artigos 25.º e 26.º da Lei n.º 50/2012 e do Código das Sociedades Comerciais, deverão ser previstos: ----------

a. Assembleia Geral ----------

i. O Município de Mogadouro será o único titular do capital social. ----------

ii. O representante, ou os representantes, do Município na Assembleia Geral será(ão) designado(s) pela Câmara Municipal. ----------

b. Órgão de Administração ----------

i. A gestão será confiada a um órgão de administração composto por um Presidente e até dois Vogais, devendo a composição concreta atender aos princípios de economia, eficiência e proporcionalidade. ----------

ii. Atendendo à dimensão inicial da empresa, deverá ser privilegiada uma estrutura de administração reduzida e ajustada às efetivas necessidades. ----------

c. Fiscal Único ----------

i. A empresa disporá obrigatoriamente de Fiscal Único, que deverá ser Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. ----------

ii. O Fiscal Único é designado pela Assembleia Municipal de Mogadouro, sob proposta da Câmara Municipal de Mogadouro, nos termos do n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação em vigor. ----------

iii. Ao Fiscal Único competem as atribuições previstas na lei comercial, bem como as competências específicas estabelecidas no artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. ----------

X. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ----------

29. Após a constituição da empresa, a Câmara Municipal deverá aprovar, nos termos do artigo 37.º da Lei n.º 50/2012, as respetivas **Orientações Estratégicas**, contendo objetivos e metas quantificadas. ----------

i. Entre os indicadores a considerar deverão constar: ----------

ii. número anual de animais abatidos por espécie; ----------

iii. taxa de utilização das linhas; ----------

iv. quantidade de carne desmanchada e embalada; ----------

v. número de produtores utilizadores; ----------

vi. número de contratos celebrados com operadores; ----------

vii. volume de negócios; ----------

viii. EBITDA; ----------

ix. resultado líquido; ----------

x. cash-flow; ----------

xi. prazo médio de recebimentos; ----------

xii. peso dos custos energéticos; ----------

xiii. custo médio por animal processado; ----------

xiv. quantidade de produtos comercializados; ----------

xv. número de postos de trabalho; ----------

xvi. percentagem de compras efetuadas no território; ----------

xvii. número de mercados e canais de distribuição alcançados. ----------

XI. EQUILÍBRIO FINANCEIRO E CONTROLO ----------

30. A empresa ficará sujeita às regras de equilíbrio previstas no artigo 40.º da Lei n.º 50/2012. ------

a. Deverá apresentar resultados anuais equilibrados e o Município deverá acompanhar de forma particularmente rigorosa a evolução económico-financeira da sociedade. ----------

b. O desempenho deverá ser anualmente confrontado com as projeções constantes do Estudo de Viabilidade, sendo elaborado o relatório previsto no artigo 32.º, n.º 6, da Lei n.º 50/2012. ---
c. Deverá igualmente ser dada particular atenção aos critérios previstos no artigo 62.º do mesmo diploma relativos à sustentabilidade das empresas locais, designadamente cobertura dos gastos pelas vendas e prestações de serviços, dependência de subsídios e evolução dos resultados operacionais e líquidos. ---

XXII. CONTRATAÇÃO, CONCORRÊNCIA E TRANSPARÊNCIA ---

31. A empresa ficará sujeita às regras nacionais e europeias da concorrência e aos princípios da transparência e não discriminação. ---
32. Os fluxos financeiros entre Município e empresa deverão ser claramente identificáveis na contabilidade. ---
33. A empresa terá sítio próprio na Internet, no qual será publicada e permanentemente atualizada a informação legalmente exigida, incluindo estatutos, estrutura do capital, composição dos órgãos sociais, remunerações, número de trabalhadores, planos de atividades, orçamento, planos de investimento, contas e instrumentos de prevenção de riscos de corrupção. ---

XII. PROCEDIMENTO LEGAL PARA A CONSTITUIÇÃO ---

34. A constituição da empresa deverá desenvolver-se pelas seguintes fases: ---
a. **Conclusão e aprovação do Estudo de Viabilidade**: O Estudo deverá integrar formalmente o processo e demonstrar os requisitos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 50/2012. ---
b. **Pronúncia da CIM das Terras de Trás-os-Montes**: Incorpora-se à presente Proposta a Declaração emitida pela Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, que comprova que a entidade intermunicipal não se encontra interessada em constituir ou participar numa empresa destinada à promoção do desenvolvimento rural, para efeitos do artigo 48.º, n.º 2. ---
c. **Demonstração da capacidade financeira municipal**: Incorpora-se à presente Proposta a informação económico-financeira demonstrativa da capacidade do Município para constituir e capitalizar a empresa sem comprometer o equilíbrio financeiro municipal. ---
d. **Elaboração dos Estatutos**: Incorpora-se à presente Proposta o projeto de Estatutos da Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro, E.M. ---
e. **Aprovação pela Câmara Municipal**: A Câmara Municipal aprecia: ---
i. a presente proposta; ---
ii. o Estudo de Viabilidade; ---
iii. o projeto de Estatutos; ---
iv. a estrutura de capital; ---
v. o modelo patrimonial; ---
vi. os demais elementos exigidos pelo artigo 32.º. ---

f. **Deliberação da Assembleia Municipal**: Nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012 e do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição da empresa. ---
g. Fiscalização prévia do Tribunal de Contas: A constituição da empresa está obrigatoriamente sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, independentemente do respetivo valor. ---
i. O processo deverá compreender a minuta do contrato de sociedade e os elementos exigidos pelo artigo 32.º da Lei n.º 50/2012. ---
ii. A constituição definitiva e a produção dos efeitos financeiros deverão respeitar o resultado da fiscalização prévia. ---

h. Constituição e registo comercial: Obtido o visto ou decisão legalmente equivalente do Tribunal de Contas, deverá proceder-se à constituição da sociedade e ao respetivo registo comercial.

i. Comunicações obrigatórias: A constituição deverá ser comunicada, no prazo legal de **15 dias**, a:

i. Inspeção-Geral de Finanças; ----------
ii. Direção-Geral das Autarquias Locais; ----------
iii. entidade reguladora do setor, quando aplicável. ----------
iv. Serão ainda efetuadas as comunicações que legalmente competem à Conservatória do Registo Comercial. ----------

j. Instalação dos órgãos sociais: Deverá proceder-se à: ----------

i. designação do(s) representante(s) do Município na Assembleia Geral; ----------
ii. eleição do órgão de administração; ----------
iii. designação do Fiscal Único; ----------
iv. definição das remunerações legalmente admissíveis. ----------

k. Aprovação das Orientações Estratégicas: A Câmara Municipal deverá aprovar as Orientações Estratégicas previstas no artigo 37.º da Lei n.º 50/2012. ----------

l. Instrumento de disponibilização das instalações: Deverá ser formalizada juridicamente a disponibilização à empresa das instalações, equipamentos e demais meios necessários à exploração.

m. Licenciamento e autorizações: A empresa deverá assegurar todas as autorizações, registos, licenças e procedimentos sanitários, veterinários, ambientais, industriais, laborais e de segurança alimentar indispensáveis ao início da atividade. ----------

n. Estrutura organizacional e recursos humanos: Deverá ser aprovado: ----------

i. organograma; ----------
ii. quadro funcional; ----------
iii. política remuneratória; ----------
iv. procedimentos de recrutamento; ----------
v. sistema de controlo interno; ----------
vi. sistema de gestão da qualidade e segurança alimentar; ----------
vii. procedimentos financeiros e contabilísticos. ----------

XIII. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO ----------

Face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal de Mogadouro delibere: ----------

1.º Aprovar, em princípio, a constituição da empresa local de natureza municipal denominada **«Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro, E.M.» — CVAM E.M.**, integralmente participada pelo Município de Mogadouro, destinada à gestão e exploração do Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro; ----------

2.º Reconhecer que a constituição da empresa prossegue fins de relevante interesse público municipal, constituindo instrumento de promoção do desenvolvimento económico e rural, de valorização da produção agropecuária, criação de emprego, retenção de valor acrescentado e reforço da coesão territorial; ----------

3.º Aprovar o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira do Matadouro de Mogadouro **Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro**, considerando demonstrada, nos termos nele constantes, a racionalidade económica da solução empresarial e a respetiva viabilidade económico-financeira; ----------

4.º Considerar que, entre as alternativas de gestão avaliadas, a constituição de uma empresa municipal é a solução que melhor permite conciliar o controlo estratégico do Município sobre o investimento realizado com a autonomia, flexibilidade, profissionalização e capacidade comercial necessárias à exploração do Centro; ----------

5.º Aprovar o projeto de Estatutos da sociedade; ----------

6.º Determinar que a propriedade das instalações e dos equipamentos estruturantes do Matadouro transitem para a esfera patrimonial, jurídica e financeira da Empresa Municipal a criar; ----------
7.º Submeter à **Assembleia Municipal de Mogadouro**, nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de constituição da empresa local **Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro, E.M.**, acompanhada do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, projeto de Estatutos e demais documentos legalmente exigidos; ----------
8.º Após deliberação favorável da Assembleia Municipal, promover a instrução e submissão do processo à **fiscalização prévia do Tribunal de Contas**, nos termos dos artigos 23.º e 32.º da Lei n.º 50/2012; ----------
9.º Obtido o necessário visto ou decisão legalmente equivalente, promover todos os atos necessários à constituição, registo, instalação dos órgãos sociais, capitalização e operacionalização da sociedade; ----------
10.º Determinar o cumprimento das obrigações de comunicação à **Inspeção-Geral de Finanças, Direção-Geral das Autarquias Locais e demais entidades legalmente competentes**; ----------
11.º Determinar que, antes do início da exploração, sejam submetidos à Câmara Municipal as **Orientações Estratégicas da empresa**, contendo objetivos e indicadores quantificados de atividade, desempenho económico-financeiro, impacto territorial e criação de valor; ----------
12.º Autorizar os serviços municipais competentes a desenvolver todos os atos preparatórios, técnicos, jurídicos, contabilísticos e administrativos necessários à concretização das deliberações anteriores, sem prejuízo dos atos que, por lei, dependam de nova deliberação dos órgãos municipais competentes. ----------
13.º Autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a assinar, outorgar e praticar todos os atos e documentos de natureza administrativa, contratual, societária, relativa a registos, ou outra que se revelem necessários à concretização dos procedimentos e à execução dos passos descritos na presente Proposta, incluindo os atos preparatórios e subsequentes indispensáveis à constituição, instalação e operacionalização do **Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro, E.M.**, sem prejuízo das competências legalmente reservadas à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal ou a outras entidades competentes." ----------
------- Após análise e de acordo com a proposta supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade: ----------
1.º Aprovar, em princípio, a constituição da empresa local de natureza municipal denominada **«Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro, E.M.» — CVAM E.M.**, integralmente participada pelo Município de Mogadouro, destinada à gestão e exploração do Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro; ----------
2.º Reconhecer que a constituição da empresa prossegue fins de relevante interesse público municipal, constituindo instrumento de promoção do desenvolvimento económico e rural, de valorização da produção agropecuária, criação de emprego, retenção de valor acrescentado e reforço da coesão territorial; ----------
3.º Aprovar o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira do Matadouro de Mogadouro **Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro**, considerando demonstrada, nos termos nele constantes, a racionalidade económica da solução empresarial e a respetiva viabilidade económico-financeira; ----------

4.º Considerar que, entre as alternativas de gestão avaliadas, a constituição de uma empresa municipal é a solução que melhor permite conciliar o controlo estratégico do Município sobre o investimento realizado com a autonomia, flexibilidade, profissionalização e capacidade comercial necessárias à exploração do Centro; ----------

5.º Aprovar o projeto de Estatutos da sociedade; ----------

6.º Determinar que a propriedade das instalações e dos equipamentos estruturantes do Matadouro transitem para a esfera patrimonial, jurídica e financeira da Empresa Municipal a criar; ----------

7.º Submeter à **Assembleia Municipal de Mogadouro**, nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de constituição da empresa local **Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro, E.M.**, acompanhada do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, projeto de Estatutos e demais documentos legalmente exigidos; ----------

8.º Após deliberação favorável da Assembleia Municipal, promover a instrução e submissão do processo à **fiscalização prévia do Tribunal de Contas**, nos termos dos artigos 23.º e 32.º da Lei n.º 50/2012; ----------

9.º Obtido o necessário visto ou decisão legalmente equivalente, promover todos os atos necessários à constituição, registo, instalação dos órgãos sociais, capitalização e operacionalização da sociedade; ----------

10.º Determinar o cumprimento das obrigações de comunicação à **Inspeção-Geral de Finanças, Direção-Geral das Autarquias Locais e demais entidades legalmente competentes**; ----------

11.º Determinar que, antes do início da exploração, sejam submetidos à Câmara Municipal as **Orientações Estratégicas da empresa**, contendo objetivos e indicadores quantificados de atividade, desempenho económico-financeiro, impacto territorial e criação de valor; ----------

12.º Autorizar os serviços municipais competentes a desenvolver todos os atos preparatórios, técnicos, jurídicos, contabilísticos e administrativos necessários à concretização das deliberações anteriores, sem prejuízo dos atos que, por lei, dependam de nova deliberação dos órgãos municipais competentes. ----------

13.º Autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a assinar, outorgar e praticar todos os atos e documentos de natureza administrativa, contratual, societária, relativa a registos, ou outra que se revelem necessários à concretização dos procedimentos e à execução dos passos descritos na presente Proposta, incluindo os atos preparatórios e subsequentes indispensáveis à constituição, instalação e operacionalização do **Centro de Valorização Agropecuária de Mogadouro, E.M.**, sem prejuízo das competências legalmente reservadas à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal ou a outras entidades competentes. ----------

------- **8 SERVIÇO MUNICIPAL DE VETERINÁRIA – INFORMAÇÃO REFERENTE À CAMPANHA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO – 2026** – PARA CONHECIMENTO: - O Executivo tomou conhecimento da informação número dois mil novecentos e cinquenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e nove de julho de dois mil e vinte e seis, referente ao assunto em epigrafe. ----------

------- **9 SERVIÇO MUNICIPAL DE VETERINÁRIA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO IV CONCURSO CONCELHIO DE ASININOS – FEIRA DO AZINHOSO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil e trezentos barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"O Município de Mogadouro, juntamente com a Junta de Freguesia do Azinhoso, encontra-se neste momento as organizar o IV Concurso Concelhio de Asininos, incluído na Feira do Azinhoso, estimando a participação de cerca de 30 animais, o qual terá lugar no dia 13 de setembro de 2026, na freguesia do Azinhoso, pelas 10:00 horas. ----------

A par do quem sendo realizado em anos anteriores, o Município pretende oferecer prémios monetários aos criadores participantes, de acordo com o regulamento anexo, que detenham os melhores exemplares do concelho, num valor total de **970 euros**. ----------

Pretendemos com este convívio, apoiar e motivar os nossos criadores, mas também promover e valorizar esta espécie tão ligada à nossa cultura e às tradições rurais. ----------

PRÉMIOS POR SECÇÕES:

1ª secção – Fêmeas entre os 6 e os 36 meses ----------
1º prémio – 100 euros ----------
2º prémio – 80 euros ----------
3º prémio – 60 euros ----------
4º prémio – 50 euros ----------
5º prémio – 40 euros ----------
6º prémio – 30 euros ----------

2ª Secção – Fêmeas com idade superior a 36 meses ----------
1º prémio – 100 euros ----------
2º prémio – 80 euros ----------
3º prémio – 60 euros ----------
4º prémio – 50 euros ----------
5º prémio – 40 euros ----------
6º prémio – 30 euros ----------
7º prémio – 25 euros ----------
8º prémio – 25 euros ----------
9º prémio – 25 euros ----------
10º prémio – 25 euros ----------
11º prémio – 25 euros ----------
12º prémios – 25 euros ----------

3ª Secção – Melhor criador do Concelho de Mogadouro – 100 euros ----------

É quanto me cumpre informar." ----------
------- Após análise e de acordo com a proposta supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar os valores dos prémios a atribuir no âmbito do concurso suprarreferido, bem como autorizar a Médica Veterinária Municipal, Dr.ª Luísa Loução, a proceder ao levantamento da totalidade do respetivo valor junto da Tesouraria da Câmara Municipal. ----------
------- Mais deliberou, por unanimidade, aprovar o respetivo Edital. ----------
------- **IMPEDIMENTOS**: - O senhor vereador, Francisco Guimarães, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, e n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. ----------

------- **10 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E CONSTRUÇÃO DO PARQUE BIOLÓGICO DA RIBEIRA DO JUNCAL – RELATÓRIO FINAL** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de vinte de agosto de dois mil e vinte e seis, sobre a informação número dois mil e trezentos barra dois mil e vinte e seis, da técnica superior da DCIA – Divisão de Contratualização, Informática e Administrativa, Maria Olimpia Marcos, sobre o assunto em epígrafe: ----------
-------"Concordo com a informação, aprovo relatório final de análise de propostas, e, com base no mesmo, determino a não adjudicação da empreitada referenciada em epígrafe bem como a decisão de contratar. À DIOM para efeitos. À U O Financeira para descabimento. Ao executivo para ratificação." ----------

------- **11 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESPAÇO PARA VENDA E PROMOÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS – CASA DA ORIGEM** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - O Executivo deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da ordem de trabalhos. ----------

------- **12 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE BAR/ESPLANADA – RIBEIRA DO JUNCAL** - PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil cento e oito barra dois mil e vinte e seis, datada de onze de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte

teor: ----------
-------"A pedido de V. Ex.ª, anexo para efeitos de aprovação da Excelentíssima Câmara Municipal:
- Minuta de Edital; ----------
- Programa de Concurso; ----------
- Caderno de Encargos. ----------
Mais se solicita que, o Executivo Municipal, caso assim o entenda, delibere quanto: ----------
- Valor da base mensal; ----------
- Prazo da concessão; ----------
- Número de renovações; ----------
- Valor do Lanço em caso de litação; ----------
- Nomeação de Júri, com três elementos efetivos e dois suplentes; ----------
- Nomeação de gestor do contrato, nos termos do artigo 290-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. ----------
Salvo melhor opinião, os elementos do Júri e gestor do contrato deverá estar afeto à divisão que gere os equipamentos deste Município." ----------
------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura da concessão de exploração de um edifício de bar/esplanada. ----------
------- Mais foi deliberado, aprovar: ----------
- A Minuta de Edital; ----------
- O Programa de Concurso; ----------
- O Caderno de Encargos; ----------
- Prazo de Concessão - um ano - renovável até cinco anos; ----------
- Valor base de licitação mensal – 150,00€ (cento e cinquenta euros); ----------
- Valor de lanços mínimos aceitáveis são de – 20,00€ (vinte euros); ----------
- Nomeação de Júri: ----------
Presidente – Maria José Miguel Lopes, chefe da DCIA; ----------
Vogais efetivos - Maria Olímpia Marcos, técnica superior da DCIA e Abel Afonso Varandas, chefe da DIOM; ----------
Vogais suplentes – Carla Branco, assistente técnica da DCIA e Emanuel Filipe dos Santos Peso, técnico superior da DIOM. ----------
------- Mais foi deliberado estabelecer a obrigatoriedade de abertura às sextas-feiras, aos sábados e aos domingos. ----------
------- Por fim, foi deliberado nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 266º- C do CCP aprovado pelo Decreto – Lei n. º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, a publicação de anúncio no Diário da República referente à Hasta Pública. ----------

------- **13 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À CONSERVAÇÃO DA FÁBRICA DE CERÂMICA DO VARIZ-GARE** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil cento e dez barra dois mil e vinte e seis, datada de onze de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"Na sequência do despacho do Ex.mo Presidente da Câmara António Pimentel, sobre o

pedido apresentado por Elisa Adelina Lopes Ruano e João Correia Luís, na qualidade de proprietários da fábrica de cerâmica de Variz- Gare, a propor a doação com encargos do imóvel correspondente à antiga fábrica de cerâmica, para o Município, nomeadamente a obrigação de reabilitação do espaço para criar e manter um Núcleo Museológico do Barro Vermelho para fins turísticos, informamos o seguinte: ----------

O Município recebeu uma proposta de doação do imóvel correspondente à antiga fábrica de cerâmica, atualmente em estado de ruína. ----------

A referida doação foi proposta com encargos para o Município, nomeadamente a obrigação de reabilitação ou reconversão do espaço para fins turísticos. ----------

Após contacto com os Serviços Técnicos do Município constatou-se que o imóvel apresenta colapso estrutural generalizado exigindo obras de consolidação urgente e demolição parcial de risco elevado. ----------

O encargo de criar e manter um "Núcleo Museológico do Barro Vermelho nos termos propostos, acarreta custos permanentes ao nível de pessoal, manutenção e segurança que não são cobertos pelos potenciais proveitos turísticos estimados para a escala do concelho e o investimento financeiro na reabilitação de uma infraestrutura em ruinas para fins museológicos desvia recursos públicos de outros projetos culturais e turísticos já consolidados ou em fase de consolidação e com maior impacto estrutural no município, ----------

O Município de Mogadouro dispõe já de espaços culturais ativos, nomeadamente o Museu Municipal, a Biblioteca Municipal e o Centro Interpretativo do Mundo Rural, que podem acolher o espólio ou a temática da cerâmica sem necessidade de criar uma nova estrutura com custos fixos de funcionamento. ----------

Em face do supra exposto, e salvo melhor opinião, somos de parecer favorável à não aceitação da proposta de doação com encargos da antiga fábrica de cerâmica de Variz-Gare. ----------

Caso a presente informação mereça acolhimento por parte do executivo da não aceitação da doação, deverá notificar os respetivos proponentes, informando-os que o Município manifesta total interesse e disponibilidade para salvaguardar a memória da cerâmica local através de soluções alternativas e sustentáveis, tais como a criação de um roteiro digital ou documental, ou exposição do património móvel, desde máquinas, moldes e telhas produzidas, para exposição pública nos espaços culturais existentes no Município. ----------

Este é, salvo melhor entendimento o que nos oferece dizer sobre o assunto." ----------

------- Após análise e tendo em consideração a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não aceitar a proposta de doação, com encargos, relativa à antiga fábrica de cerâmica de Variz-Gare. -

*****

------- O Senhor Vereador Francisco Guimarães ausentou-se da reunião pelas dez horas e quinze minutos, por motivo de consulta médica. ----------

******

------- **14 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS A JUÍZES SOCIAIS PARA AS CAUSAS DE FAMÍLIA E MENORES DE JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA DE MOGADOURO** – PARA

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil duzentos e oitenta e oito barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Na sequência da deliberação do órgão executivo municipal, tomada em reunião de Câmara de 27 de janeiro de 2026, foi dado início ao procedimento destinado à apresentação de candidaturas para o recrutamento de **15 Juízes Sociais e 15 suplentes**, do Município de Mogadouro, para o exercício de funções junto do Juízo de Competência Genérica de Mogadouro, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho. ----------

Para o efeito, foi publicado o respetivo Edital, datado de 25 de fevereiro de 2026, através do qual foram divulgadas as condições de admissão e apresentação das candidaturas, tendo sido estabelecido o prazo de **10 dias úteis, a contar do dia seguinte à publicação do Edital**, para a apresentação das mesmas. ----------

Decorrido o prazo estabelecido, **não foi apresentada qualquer candidatura** ao procedimento para seleção dos Juízes Sociais e respetivos suplentes. ----------

Considerando a necessidade de assegurar a constituição da bolsa de Juízes Sociais necessária ao exercício das respetivas funções junto do Juízo de Competência Genérica de Mogadouro, e atendendo à inexistência de candidaturas no prazo inicialmente fixado, entende-se conveniente proceder à **prorrogação do prazo para apresentação de candidaturas**, permitindo uma maior divulgação e participação dos cidadãos que reúnam as condições legalmente exigidas. ----------

Recorde-se que, nos termos do Edital publicado, podem candidatar-se os cidadãos que reúnam, designadamente, os seguintes requisitos: ----------

- tenham mais de 25 anos e menos de 65 anos de idade; ----------
- saibam ler e escrever português; ----------
- estejam no pleno gozo dos direitos civis e políticos; ----------
- não estejam pronunciados nem tenham sofrido condenação por crime doloso; ----------
- e residam no concelho de Mogadouro. ----------

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento próprio, entregue por correio eletrónico ou presencialmente no Balcão Único do Município. ----------

Assim, face à inexistência de candidaturas apresentadas dentro do prazo inicialmente estabelecido, **propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de prorrogar o prazo para apresentação de candidaturas a Juízes Sociais**, pelo período que vier a ser definido, mantendo-se em vigor as condições e requisitos constantes do Edital anteriormente publicado. ----------

Mais se propõe que, na sequência da deliberação, seja promovida a adequada divulgação da prorrogação do prazo, através dos meios de publicidade utilizados para o Edital inicial, designadamente mediante publicação no sítio da Internet do Município e afixação nos locais públicos do costume, de forma a garantir o conhecimento do procedimento pelo maior número possível de interessados. ----------

Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------

------- Analisada a proposta supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a presente informação, nos termos e condições nela propostos. ----------

------- Mais foi deliberado, que as fases subsequentes do procedimento decorram junto dos Serviços Jurídicos da Autarquia. ----------

------- **15 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE ÁREA URBANA E DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA – ART.**

91(RÚSTICO) E ART. 197 (URBANO) – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de Amândio Magno Baptista Telo de Castro, datado de três de agosto de dois mil e vinte e seis, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1731", no qual solicita que a Câmara se pronuncie sobre se pretende ou não exercer o direito de preferência sobre o prédio urbano, com o artigo matricial nº. 197, sito na Rua João de Freitas n.º 20, em Mogadouro, da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, e do prédio rustico denominado "Pereira", inscrito na matriz predial com o n.º 91, secção A da citada União de Freguesias. ---------- ------- O Técnico Superior Jurista, António Moreira, na sua informação número três mil trezentos e vinte barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer: ---------- -------" … O direito de preferência traduz-se na obtenção de uma declaração ou certidão relativa ao exercício ou não de direito de preferência pelo Município em relação a um imóvel inserido em Área de Reabilitação Urbana (ARU), ou situado em Zona de proteção de imóvel classificado ou em vias de classificação, ou nos quais se encontrem instalados estabelecimento ou entidade reconhecida como de interesse histórico e cultural ou social. ----------
Nos termos da alínea d) do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, em termos de formalidades prévias para a referida transação é exigida a inexistência de manifestação da intenção de exercer o direito de preferência legal por parte do Município. ----------
Em face do enquadramento legal evidenciado, a Câmara Municipal, analisadas as caraterísticas do imóvel supra identificado, poderá caso assim o entenda, deliberar, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do disposto na alínea d) do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho ,na referida alienação não exercer o direito de preferência nos referidos imóveis, independentemente do valor que vier a ser proposto para a sua transmissão. ----------
Este é, salvo melhor entendimento o que nos oferece dizer sobre o assunto." ---------- ------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, do disposto na alínea d) do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de Julho, não exercer o direito de preferência nos referidos imóveis, independentemente do valor que vier a ser proposto para a sua transmissão. ----------

------- **16 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: QUINTA VALE DO NARDO – SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número dois mil novecentos e trinta e oito barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e oito de julho de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 26/05/2026, na qual foi deliberado retirar o presente assunto da ordem de trabalhos para obtenção de esclarecimentos adicionais relativamente à discrepância existente entre a morada da sede da empresa, situada em

Penafiel, e o local efetivo do posto de trabalho a apoiar em Castro Vicente, veio o requerente apresentar os esclarecimentos solicitados. ----------
Em resposta ao solicitado, foi comunicado que a sociedade foi inicialmente constituída com sede na residência do sócio-gerente, em Penafiel, por, à data da sua constituição, não dispor de instalações, no concelho de Mogadouro que permitissem fixar aí a sede social da empresa. Mais informa o requerente que já se encontra a promover a alteração da sede social para a freguesia de Castro Vicente, concelho de Mogadouro. ----------
Face aos esclarecimentos apresentados pelo requerente, considera-se que foram prestadas as informações adicionais solicitadas pelo Executivo Municipal, pelo que se remete o presente processo para nova apreciação e deliberação. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade dos presentes, apoiar esta empresa por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação de um posto de trabalho e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social pelo posto de trabalho criado, pelo período de quarenta e oito (48) meses, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------
------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **17 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: LETRAS ESPECIFICAS, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento da empresa Letras Especificas Lda, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 848", com sede no Largo Trindade Coelho, n.º 18, 5200-213 - Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------
------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil e setenta e nove barra dois mil e vinte e seis, de sete de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
Após análise da documentação verificou-se que a Requerente iniciou atividade em **16/01/2020**, com a Natureza Jurídica de Sociedade por Quotas, dedicando-se à atividade de comércio a retalho de

jornais, revistas e outras publicações periódicas e artigos de papelaria, exceto máquinas e outro material de escritório, com o CAE Principal **47621-R4**. ----------
Da análise à documentação apresentada é possível concluir que o posto de trabalho a apoiar desenvolverão a sua atividade profissional no concelho de Mogadouro**, sito no Largo do Trindade Coelho, n. º18**, que não se verifica nenhuma das inelegibilidades ou casos condicionados previstos **no artigo 3.º do Regulamento em vigor**, e ainda que não decorreram mais de seis meses entre a data de contratação e a apresentação do requerimento que nos ocupa. ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no artigo 5.º do Regulamento: a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte;
b) Identificação do representante legal;
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar;
d) Identificação clara do apoio pretendido;
e) Natureza jurídica do candidato;
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças);
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social);
g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador;
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos;
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro;

j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social;
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente;
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento;
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos;
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito.
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à

Criação de Emprego.

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, havendo lugar ao pagamento do incentivo de **5.000 euros (cinco mil euros)**, e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social por cada posto de trabalho criado, **pelo período de 48 meses**, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º. Conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e a Requerente, nos termos e condições indicados. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar. ----------
À Consideração Superior." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade dos presentes, apoiar esta empresa por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação de um posto de trabalho e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social pelo posto de trabalho criado, pelo período de quarenta e oito (48) meses, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------
------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **18 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: FLUIDAÇÃO, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento da empresa Fluidação Lda, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1365", com sede na Rua Nuno Álvares Pereira, n.º 6, 5200-263 - Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------
------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil cento e cinquenta e nove barra dois mil e vinte e seis, de catorze de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....
Após análise da documentação verificou-se que a Requerente iniciou atividade em 12/09/2024, com a Natureza Jurídica de Sociedade por Quotas, dedicando-se à atividade Restaurantes, com o CAE Principal 56117-R4 e o CAE Secundário 56301- R4 de Cafés. ----------
Da análise à documentação apresentada é possível concluir que o posto de trabalho a apoiar desenvolverão a sua atividade profissional no concelho de Mogadouro, que não se verifica nenhuma das inelegibilidades ou casos condicionados previstos **no artigo 3.º do Regulamento em vigor**, e ainda que não decorreram mais de seis meses entre a data de contratação e a apresentação do requerimento que nos ocupa. ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no artigo 5.º do Regulamento:
a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte;
b) Identificação do representante legal;
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar;
d) Identificação clara do apoio pretendido;
e) Natureza jurídica do candidato;
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças);
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social);
g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador;
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos;
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro;
j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social;
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente;
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento;
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos;
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito.
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego.
- Registo Central do Benificiário Efetivo (RCBE).

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, havendo lugar ao pagamento do incentivo de **5.000 euros (cinco mil euros)**, e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social por cada posto de trabalho criado, **pelo período de 48 meses**, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º.
Conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e a Requerente, nos termos e condições indicados. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar. ----------
À Consideração Superior." ----------

------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade dos presentes, apoiar esta empresa por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação de um posto de trabalho e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social pelo posto de trabalho criado, pelo período de quarenta e oito (48) meses, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------
------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **19 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: FLUIDAÇÃO, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento da empresa Fluidação Lda, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1736", com sede na Rua Nuno Álvares Pereira, n.º 6, 5200-263 - Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------
------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil cento e cinquenta e nove barra dois mil e vinte e seis, de catorze de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....

Após análise da documentação verificou-se que a Requerente iniciou atividade em 12/09/2024, com a Natureza Jurídica de Sociedade por Quotas, dedicando-se à atividade Restaurantes, com o CAE Principal 56117-R4 e o CAE Secundário 56301- R4 de Cafés. ----------
Da análise à documentação apresentada é possível concluir que o posto de trabalho a apoiar desenvolverão a sua atividade profissional no concelho de Mogadouro, que não se verifica nenhuma das inelegibilidades ou casos condicionados previstos **no artigo 3.º do Regulamento em vigor**, e ainda que não decorreram mais de seis meses entre a data de contratação e a apresentação do requerimento que nos ocupa. ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no artigo 5.º do Regulamento:
a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte;
b) Identificação do representante legal;

c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar;
d) Identificação clara do apoio pretendido;
e) Natureza jurídica do candidato;
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças);
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social);
g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador;
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos;
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro;
j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social;
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente;
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento;
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos;
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito.
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego.
- Registo Central do Benificiário Efetivo (RCBE).

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, havendo lugar ao pagamento do incentivo de **5.000 euros (cinco mil euros)**, e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social por cada posto de trabalho criado, **pelo período de 48 meses**, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º. Conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e a Requerente, nos termos e condições indicados. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar. ----------
À Consideração Superior." ----------

------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade dos presentes, apoiar esta empresa por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------

------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação de um posto de trabalho e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança

social pelo posto de trabalho criado, pelo período de quarenta e oito (48) meses, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------

------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **20 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: ANA CATARINA MENDES** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Ana Catarina Mendes, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 750", com sede na Rua Santa Ana, n.º 23, 5200-239 - Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------

------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil cento e trinta barra dois mil e vinte e seis, de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

Após análise da documentação verificou-se que a Requerente tem a natureza jurídica de Empresária em Nome Individual e que se dedica à atividade de Outras Atividades de Acabamento em Edifícios, com o **CAE Principal 43350**. Através da Declaração de Início de Atividade emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira foi ainda possível verificar que o Empresário em Nome Individual iniciou a atividade empresarial em 11/12/2025. ----------

Releva referir que **o presente requerimento está abrangido pelos Casos Condicionados previstos no n.º 2 do Artigo 3.º** do Regulamento Aplicável, o qual estabelece que "Os apoios à criação do próprio posto de trabalho do titular da empresa, ou do empresário em nome individual, apenas receberão o incentivo inicial de 5000 euros…". ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no Artigo 9.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte;

b) Identificação do representante legal;

c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar;

d) Identificação clara do apoio pretendido;

e) Natureza jurídica do candidato;

f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças);

f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social);

h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos;

i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Segurança Social ou outras, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro;

l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente;
k) Cópia de documento comprovativo de licenciamento para o exercício da atividade ou documento comprovativo da autorização para o exercício da atividade, se exigível;
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento;
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos;
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito.

Cumpre ainda consignar que o requerente foi anteriormente beneficiário de um protocolo celebrado com o Município de Mogadouro, designadamente: ----------
(i) um protocolo celebrado **em nome próprio**, aprovado por deliberação de Câmara datada de 09/04/2019, sendo efetuado um pagamento em 09/07/2019 o valor de **2.400€** (dois mil e quatrocentos euros); ----------
(ii) a requerente a ***03/09/2029,*** apresentou um requerimento a informar que tinha cessado atividade no CAE anterior por "motivos de ordem económica, não sendo possível financeiramente dar continuidade à atividade", em que a mesma **devolveu** o montante anteriormente referido a **20/09/2019 conforme guia n.º 10/2019**. ----------
Nestes termos, no âmbito da aplicação do Regulamento, **deverá o presente caso ser enquadrado no disposto no Artigo 20.º do** Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, o qual refere que ***"Os casos omissos e as dúvidas na interpretação do presente regulamente serão integradas ou interpretadas por deliberação da Câmara Municipal"***.
Assim, solicita-se ao Executivo que delibere relativamente **à aprovação ou não aprovação** deste caso particular e ainda que a decisão tomada para o requerimento que nos ocupa seja estabelecida como jurisprudência para a análise de situações idênticas, com vista à mesma paridade de tratamento. ----------
Esclarece-se que, caso o Executivo **delibere pela aprovação**, o presente pedido é classificado como caso condicionado pelo n.º 2 do Artigo 3.º do clausulado aplicável, situação em que só haverá lugar ao pagamento do incentivo **de 5.000,00€** (cinco mil euros), os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade dos presentes, apoiar esta empresária em nome individual por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro.
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação do próprio posto de trabalho os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------

------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **21 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: MARIA CRISTINA PIRES BERNARDO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Maria Cristina Pires Bernardo, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 428", com sede na Rua Principal, n.º 87, 5200-383 - Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------

------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil cento e oitenta e dois barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

Da documentação inicialmente apresentada resultava que a requerente exercia a atividade de Cultura de Frutos de Casca Rija, **com o CAE 01251, atividade iniciada em 22/10/2015**. A requerente foi posteriormente notificada para apresentar elementos complementares, designadamente comprovativo do seu início de atividade, pois o que foi entregue com o requerimento não era da requerente. ----------

Em resposta, a requerente esclareceu que, até ao mês de junho, se encontrava a exercer funções noutra empresa, tendo decidido cessar essa atividade em virtude do aumento das necessidades operacionais e produtivas relacionadas com o projeto **"Damendoa"**, passando a dedicar-se de forma mais direta ao desenvolvimento e crescimento do negócio. ----------

Dos elementos fiscais mais recentes resulta que, **em 10/07/2026**, foi efetuada alteração da atividade, passando o **CAE 10395** – Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos a constar como atividade principal, **mantendo-se o CAE 01251 como atividade secundária.** ----------

Por sua vez, o extrato da carreira contributiva demonstra que a requerente esteve enquadrada como trabalhadora por conta de outrem da empresa Construções Teniz Alves, Lda. até julho de 2025, passando a constar como trabalhadora independente a partir de agosto de 2025, situação que se mantém nos meses de janeiro a maio de 2026. ----------

Importa referir, que a requerente se encontra a beneficiar de um apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, pela **criação de um posto de trabalho da trabalhadora Raquel Paulo,** mostrando um crescimento da atividade. -------

Atenta os vários elementos apresentados no presente pedido, remete-se para o **artigo 20.º** do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, o qual refere que ***"Os casos omissos e as dúvidas na interpretação do presente regulamente serão integradas ou interpretadas por deliberação da Câmara Municipal"***. ----------

Neste sentido, solicita-se ao Executivo que delibere relativamente **à aprovação ou não aprovação** deste caso particular e ainda que a decisão tomada para o requerimento que nos ocupa seja estabelecida como jurisprudência para a análise de situações idênticas. ----------

Esclarece-se que, caso o Executivo **delibere pela aprovação**, o presente pedido é classificado como caso condicionado pelo n.º 2 do Artigo 3.º do clausulado aplicável, situação em que só haverá lugar

ao pagamento do incentivo de **5.000,00€** (cinco mil euros), os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade dos presentes, apoiar esta empresária em nome individual por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro.
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação do próprio posto de trabalho os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------
------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **22 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DEVOLUÇÃO DA PRIMEIRA TRANCHE DO INCENTIVO FINANCEIRO ATRIBUÍDO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E CRIAÇÃO DE EMPREGO DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Susana Odete Gomes Pino, com morada na Travessa do Ribeiro, n.º 1, 5200-510 – Vale de Porco - Mogadouro, em que solicitou a alteração das condições de pagamento, por lhe ser impossível cumprir o plano de prestações inicialmente aprovado. ----------
------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação dois mil novecentos e quarenta e oito barra dois mil e vinte e seis, de vinte e nove de julho de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
No âmbito da análise do referido pedido, foi efetuado contacto telefónico com a requerente, tendo esta, informado que apenas durante o presente mês conseguiu obter colocação profissional. ----------
Acrescentou que continua a suportar diversos encargos decorrentes da atividade comercial anteriormente desenvolvida, nomeadamente despesas relacionadas com a loja, circunstâncias que limitam a sua capacidade financeira. ----------
Não obstante das dificuldades económicas invocadas, a requerente manifestou a intenção de cumprir integralmente a obrigação de restituição do incentivo financeiro, considerando que um plano de pagamento em **10 (dez)** prestações mensais de **200,00 €** (duzentos euros) constitui a solução que melhor se adequa à sua atual situação económica. ----------
Assim, a requerente solicita que a devolução do montante em dívida seja efetuada em **10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de 200,00 € (duzentos euros) cada**, vencendo-

se a **primeira prestação no dia 1 de outubro de 2026** e as restantes no **dia 1 de cada mês**, até integral liquidação da dívida. ----------
Atendendo às circunstâncias expostas, considerando a manifesta intenção da requerente em regularizar voluntariamente a dívida e salvaguardando o interesse do Município na recuperação integral do montante devido, entende-se que **poderá ou não** o Executivo Municipal deliberar: -------
1. Revogar parcialmente a deliberação de 26 de maio de 2026 referente ao pedido anterior, apenas no que respeita ao plano de pagamento inicialmente aprovado; ----------
2. Autorizar a devolução do montante de **2.000,00 €** em **10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de 200,00 € cada**; ----------
3. Determinar que a primeira prestação seja paga no dia 1 de outubro de 2026, vencendo-se as restantes no dia 1 de cada mês; ----------
4. Manter a cláusula de vencimento antecipado, nos termos da qual a falta de pagamento de qualquer prestação implica o imediato vencimento e exigibilidade de todas as prestações vincendas. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar. ----------
À Consideração Superior." ----------
------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, o seguinte: ----------

- Revogar parcialmente a deliberação tomada em vinte e seis de maio de dois mil e dezasseis, relativa ao pedido anteriormente apresentado, exclusivamente no que respeita ao plano de pagamento então aprovado; ----------
- Autorizar a restituição do montante de 2.000,00€ (dois mil euros), a efetuar em 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de 200,0 € (duzentos euros) /cada; ----------
- Determinar que a primeira prestação seja paga no dia um de outubro de dois mil e vinte e seis, vencendo-se as restantes no dia um de cada mês subsequente; ----------
- Manter a cláusula de vencimento antecipado, nos termos da qual o incumprimento do pagamento de qualquer uma das prestações determina o imediato vencimento e exigibilidade da totalidade das prestações vincendas. ----------

------- **23 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADOR NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: EMANUEL BÁRTOLO, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA.** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Maria Bela Ferreira Oliveira, com morada na Rua Evangelina Pereira, n.º 6 e 8, 5200-290 – Mogadouro, em que solicitou a alteração do trabalhador afeto ao protocolo celebrado entre a empresa e o Município de Mogadouro.. ----------
------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação dois mil novecentos e cinquenta e oito barra dois mil e vinte e seis, de vinte e nove de julho de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

Em cumprimento da referida deliberação, veio a empresa requerer a substituição da trabalhadora inicialmente indicada, **Maria Teresa Afonso Loução Bártolo**, pela trabalhadora **Adriana Maria Fernandes Major**, informando que a primeira cessou o vínculo laboral em **31 de outubro de 2024** e que a nova trabalhadora foi admitida em **26 de março de 2026**, mediante contrato de trabalho sem termo, mantendo-se o posto de trabalho objeto do incentivo. ----------

Da análise da documentação apresentada verifica-se que o pedido se encontra instruído com os comprovativos da cessação do vínculo laboral da trabalhadora substituída, da comunicação da admissão da nova trabalhadora à Segurança Social e do respetivo contrato de trabalho sem termo. --

Verifica-se ainda que a trabalhadora **Adriana Maria Fernandes Major** não possui qualquer relação familiar com a gerente da empresa, encontrando-se, deste modo, ultrapassado o fundamento que determinou a anterior não aprovação da substituição apresentada. ----------

Assim, considerando que se encontram reunidos os pressupostos definidos na deliberação da Câmara Municipal de **24 de março de 2026** e que se mantém o posto de trabalho apoiado, entende-se que poderá o Executivo Municipal deliberar: ----------

1. Autorizar a substituição da trabalhadora Maria Teresa Afonso Loução Bártolo pela trabalhadora Adriana Maria Fernandes Major, no âmbito do Protocolo de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro; ----------
2. Determinar que a presente substituição produza efeitos à semelhança de outros pedidos anteriormente já informados, **havendo necessidade de ampliar o prazo de término do Protocolo inicial em 511 dias**, devido ao intervalo de tempo entre a saída de um funcionário e a contratação da funcionária substituta. ----------

Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar. ----------

À Consideração Superior." ----------

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a substituição do trabalhador afeto ao posto de trabalho apoiado pelo Município de Mogadouro, considerando que se encontram reunidas as condições necessárias para o efeito. ----------

------- Mais foi deliberado, aprovar a prorrogação do prazo de vigência do Protocolo inicialmente celebrado, por mais 511 (quinhentos e onze) dias, em virtude do período decorrido entre a cessação de funções do trabalhador anteriormente afeto ao posto de trabalho e a contratação da trabalhadora que o substituiu. ----------

------- **24 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE TRABALHADOR NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: MARIA ADELAIDE ALVES** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Maria Adelaide Alves, com morada na Rua Dr. Francisco António Vicente, n.º 10, Mogadouro, em que solicitou a alteração do trabalhador afeto ao protocolo celebrado entre a empresária e o Município de Mogadouro. ----------

------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil e setenta e quatro barra dois mil e vinte e seis, de sete de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

O pedido é acompanhado pelo contrato de trabalho sem termo da nova trabalhadora, pela comunicação do vínculo do novo trabalhador à segurança social e pelo extrato de remunerações da entidade empregadora. Verifica-se que a nova trabalhadora, Sandeep Kaur Kahlon, iniciou funções no dia **02/10/2025** e que a trabalhadora substituída, Irina Purshak, trabalhou para a empresa requerente até **04/12/2025**, tendo decorrido **63 dias** entre estas duas datas. ----------

Assim, conclui-se que a substituição da trabalhadora afeta ao posto de trabalho apoiado pelo Município de Mogadouro foi **feita regularmente**, não se verificando qualquer incumprimento das obrigações por parte da entidade requerente. ----------

Considerando as datas supra identificadas, constata-se a existência de um período de 63dias (de 02 de outubro a 04 de dezembro de 2025) durante o qual ambas as trabalhadoras estiveram, simultaneamente, ao serviço da entidade empregadora. ----------

Este período não configura uma irregularidade na substituição, mas sim uma fase de transição necessária para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço, permitindo a transmissão de conhecimentos e a integração da nova colaboradora antes da saída definitiva da trabalhadora substituída. ----------

Tendo em conta os fundamentos de facto evidenciados, somos de opinião, após análise da documentação, verificou-se que o presente requerimento se encontra em condições de **ser aprovado**, não havendo lugar à ampliação do prazo de término do Protocolo inicial, uma vez que a nova trabalhadora iniciou funções antes da saída da trabalhadora substituída, não se verificando qualquer interrupção no preenchimento do posto de trabalho apoiado. ----------

Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar. ----------

À Consideração Superior." ----------

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a substituição do trabalhador afeto ao posto de trabalho apoiado pelo Município de Mogadouro, considerando que se encontram reunidas as condições necessárias para o efeito, não se verificando, por conseguinte, necessidade de proceder à prorrogação do prazo de término do Protocolo. ----------

------- **25 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E REQUALIFICAÇÃO DAS EX ESCOLAS PRIMÁRIAS DO CONCELHO – SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO DE CASTRO VICENTE – RELATÓRIO DE REVISÃO DE PREÇOS** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: -

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar os despachos, adiante transcritos, proferidos pelo senhor presidente, António Pimentel, datados de dezasseis de julho de dois mil e vinte e seis e doze de agosto de dois mil e vinte e seis, sobre a informação número dois mil setecentos e noventa e sete barra dois mil e vinte e seis, do chefe da DIOM – Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, Abel Varandas, sobre o assunto em epígrafe: ----------

-------"Ao Executivo para análise e deliberação, após verificação de fundos disponíveis e respetiva cabimentação." ----------
-------"Em complemento do meu despacho de 16-07-2026, aprovo a presente revisão de preços parcial provisória, mantendo-se o cabimento efetuado em 24-07-2026, dada a obrigatoriedade de encerrar as obras do PRR até 31 de agosto e a próxima reunião de Câmara apenas ocorrer a 8/09/2026. Ao Executivo para ratificação." ----------

------- **26 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À DELIBERAÇÃO SOBRE O APOIO PARA OBRAS PRIORITÁRIAS EM HABITAÇÃO – PROCESSO 9/23** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número dois mil oitocentos e quarenta e quatro barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte de julho de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"Em cumprimento do solicitado por V.ª Ex.ª no auto final referente a António Gonçalves, e após vistoria ao local (Figueira), informo que as obras foram executadas na totalidade, conforme fotografias anexas. Face ao exposto, proponho a conclusão do processo e a atribuição do valor aprovado por deliberação de 03/06/2025, aguardando-se a validação final para cumprimento do cabimento n.º 1074 e do compromisso n.º 1046. ----------
------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a atribuição do subsídio no montante previamente aprovado na reunião de vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco (27/05/2025), considerando que as obras se encontram executadas. ----------

------- **27 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DA VILA DE MOGADOURO – AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número dois mil oitocentos e setenta e oito barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e dois de julho de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"Nos termos do estabelecido pela alínea a) do nº5 do artigo 295.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, decorrido já o **3º ano** após a receção provisória desta empreitada, envia-se em anexo, **para efeitos de liberação da caução na percentagem de mais 15% das cauções ou eventuais retenções do total da obra**, o Auto de Vistoria assinado pelos intervenientes. ----------
Salvo melhor opinião, é tudo quanto nos cumpre informar. ----------
------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, homologar o Auto de Vistoria para efeitos de libertação de 15% da caução da obra, referente à empreitada "Reformulação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais Urbanas da Vila de Mogadouro". ----------

------- **28 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E CONSTRUÇÃO DE MATADOURO MUNICIPAL – REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número dois mil oitocentos e oitenta e quatro barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e três de julho de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Em cumprimento do estabelecido pelo artigo 300º e 382 do CCP (Código do Contratos Públicos) na redação atual, e pelo N.1 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro cálculo da Revisão de Preços Provisória, importando a mesma no montante de **300.061,19 €** (trezentos mil, sessenta e um euros e dezanove cêntimos), assim sendo procedemos ao nosso calculo da Revisão de Preços Provisoria desta empreitada, conforme mapas de calculo em anexo, no valor de **311.630,07 €** (trezentos e onze mil, seiscentos e trinta euros e sete cêntimos). ----------

Salvo melhor opinião, é tudo quanto nos cumpre informar. ----------

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a revisão de preços provisória no montante de 311.630,07€ (trezentos e onze mil, seiscentos e trinta euros e sete cêntimos), referente à empreitada "Projeto e Construção de Matadouro Municipal". ----------

------- **29 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E REQUALIFICAÇÃO DAS EX ESCOLAS PRIMÁRIAS DO CONCELHO – SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO DE CASTRO VICENTE – CONTA FINAL DA OBRA** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de onze de agosto de dois mil e vinte, sobre a informação número dois mil novecentos e dez barra dois mil e vinte e seis, do chefe da DIOM – Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, Abel Varandas, sobre o assunto em epígrafe: ----------

-------"Revogo o meu despacho de 04-08-2026 e aprovo a conta final da obra referenciada em epígrafe pelo facto de a próxima reunião do Executivo se realizar apenas em 08-09-2026 e ser necessário proceder ao encerramento das obras do PRR até 31 de Agosto. Ao Executivo para ratificação. À DCIA para efeitos." ----------

------- **30 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO MUNICIPAL NO COMPLEXO DESPORTIVO – PROPOSTA DE TRABALHOS COMPLEMENTARES – MINUTA DO CONTRATO** - RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de quatro de agosto de dois mil e vinte,

sobre a informação número dois mil novecentos e dez barra dois mil e vinte e seis, do assistente técnico da DIOM – Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, João Barranco, sobre o assunto em epígrafe: ----------
-------"Concordo com a informação e aprovo a presente proposta de trabalhos complementares no montante de 27 929,70€ bem como a minuta de contrato anexa. Ao Executivo para ratificação." ----------

------ **31 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E CONSTRUÇÃO DO MATADOURO MUNICIPAL – CONSTRUÇÃO DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO E RAMAL MT DO MATADOURO MUNICIPAL DE MOGADOURO – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE** - RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de sete de agosto de dois mil e vinte, sobre a informação número três mil e seis barra dois mil e vinte e seis, do assistente técnico da DIOM – Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, João Barranco, sobre o assunto em epígrafe: ----------
-------"Aprovo o presente Plano de Segurança e Saúde. Ao Executivo para ratificação." ----------

------- **32 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – PLANO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIO** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de quatro de agosto de dois mil e vinte, sobre a informação número três mil e oito barra dois mil e vinte e seis, do assistente técnico da DIOM – Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, João Barranco, sobre o assunto em epígrafe: ----------
-------"Com base no parecer do Chefe de Divisão, aprovo o presente Plano de Sinalização Temporário. Ao Executivo para ratificação." ----------

------- **33 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO – 1.ª FASE: REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO – 2.ª FASE: 1 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO; 2 – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCESSO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil e vinte e sete barra dois mil e vinte e seis, datada de cinco de agosto de dois mil e vinte e seis, com o

seguinte teor: ----------
-------"**Entidade Adjudicante**: ----------
Alínea c) do nº1 do artigo 2.º do CCP-Código dos Contratos Públicos. ----------
Concurso de Empreitada de Obra Pública acima descrita, em conformidade com a alínea a) do artigo 19.º, nº1 do artigo 36.º, artigo 38.º e, artigos 130.º a 148.º, todos do CCP- Código dos Contratos Públicos. ----------
Vocabulário CPV: 45231300-8 ----------
Prazo Máximo de Execução: 730 Dias ----------
Preço Base: 5.368.355,47 € ----------
Tornando-se necessário realizar a empreitada suprarreferida, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expetativa da Câmara Municipal, justificada nas informações incluídas no processo do presente procedimento, cujo preço contratual estimado é de **5.368.355,47 €** (cinco milhões trezentos e sessenta e oito mil trezentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos) ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no nº1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, a presente proposta que visa obter autorização para a referida contratação, propondo-se ainda o seguinte: ----------
1-Aprovação do Projeto de Execução: ----------
-Caderno de Encargos-Condições Técnicas; ----------
-Quantidades e Orçamento; ----------
-Plano de Segurança e Saúde de Projeto; ----------
-Plano de Gestão de Resíduos; ----------
-Memoria Descritiva; ----------
-Peças Desenhadas. ----------
2.- Aprovação das Seguintes Peças do Procedimento: ----------
-Programa de Procedimento; ----------
-Caderno de Encargos-Condições Gerais; ----------
3.- Necessidade de Execução da Empreitada de Acordo com o Art.º 36º do CCP: ----------
Atualmente o sistema de Abastecimento de Água ao Sector Nascente existente não tem capacidade para suprir as necessidades da população, principalmente nos meses de maior consumo. ----------
Estas são supridas pela ajuda indispensável do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, mais concretamente pelos Bombeiros Voluntários de Mogadouro que abastecem os reservatórios mais críticos com a ajuda de autotanques. Para além da deficiente capacidade dos reservatórios uma das grandes condicionantes e que provoca a escassez de água é a deficiente rede de condutas adutoras entre eles. ----------
4.- A não contratação por lotes: ----------
Também e para cumprimento da regra contida no nº 2 do artigo 46º-A do CCP, é proposto que este procedimento não seja adjudicado por lotes: ----------
A natureza dos trabalhos e fornecimentos que se prevê executar ao abrigo do contrato cuja decisão de contratar ora se propõe são tecnicamente incindíveis, pelo que a autonomização de qualquer parte da obra e a consequente obrigação de articulação e ocupação simultânea do mesmo espaço por entidades executantes distintas poderia causar graves inconvenientes e prejuízos para a entidade adjudicante em matéria de gestão contratual. Nomeadamente as inevitáveis dificuldades que daí poderão advir para a otimização dos espaços circundantes à obra e para os disponibilizados de espaços adequados e suficientes para o bom funcionamento dos estaleiros, com possíveis consequências para a garantia da segurança em obra." ----------

5.- Parâmetro Base: ----------
O parâmetro base compreendido no caderno de encargos, nos termos do disposto no n. º3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, é o seguinte: ----------
a) O preço base do procedimento será de 5.368.355,47 €, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato. ----------
b) O preço base foi definido pela entidade adjudicante com suporte em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente, preços unitários de artigos idênticos, apresentados no âmbito de outros procedimentos. ----------
Obs: O preço base acima referido deverá ser previamente cabimentado. ----------
6.- Preço Anormalmente Baixo: ----------
O contrato a celebrar implica o pagamento de um preço que é o preço máximo que a Câmara Municipal de Mogadouro, se encontra disposta a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto desta empreitada se encontra fixado no caderno de encargos, com o preço base de 5.368.355,47 €, com exclusão do IVA; A fixação deste preço base foi obtida através do orçamento elaborado pelo projetista, um dos elementos que integram o conteúdo do projeto de execução, nos termos do disposto na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho e complementarmente confirmado através dos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo, cumprindo-se, deste modo, o disposto no nº 3 do artigo 47º do CCP. O preço ou custo anormalmente baixo, será aquele cujo desvio percentual em relação à média dos preços das propostas a admitir seja inferior em 20% ou mais. ----------
Para fundamentar a necessidade de fixação de preço ou custo anormalmente baixo decorre de que esta fixação *"mitiga o risco associado à adjudicação de propostas com valores que possam vir a comprometer o regular funcionamento do mercado, em resultado da aceitação de propostas cujo valor se afigura incompatível com uma adequada execução do contrato, por parte da entidade executante, designadamente, em termos de qualidade dos materiais, da correta execução das atividades, do cumprimento dos prazos a que se vinculou e das suas obrigações perante terceiros (subempreiteiros e trabalhadores afetos à obra). A fixação de um preço ou custo anormalmente baixo previne, ainda, a adoção de práticas anti concorrenciais, como a apresentação de preços abaixo do custo de fornecimento do produto, da obra ou do serviço. A adoção de medidas contrárias à redução das parcelas que, justa e adequadamente, devem ser acrescentadas ao preço de custo de uma determinada prestação correspondente aos custos indiretos, custos de administração e sede, de risco e lucro), contribui para uma mais ajustada remuneração do contrato, condição que se crê indispensável para favorecer um comportamento mais responsável por parte das empresas, designadamente em matéria social e ambiental."* -------
7.- Prazo Para Apresentação das Propostas: ----------
Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de 30 dias a contar do envio para publicação do anúncio no Diário da República. ----------
8.- Designação do Júri do Procedimento: ----------
Mais se solicita que, nos termos do artigo 67º e n.1 artigo 68º do Código dos Contratos Públicos; ----------
Transcreve-se: ----------
"1 — Com exceção do ajuste direto e dos casos previstos no n.º 3, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes. ----------
2- Os titulares do órgão competente para a decisão de contratar podem ser designados membros do júri; ----------

3 — Tratando-se de consulta prévia ou de concurso público urgente, o órgão competente para a decisão de contratar pode decidir que os procedimentos sejam conduzidos pelos serviços da entidade adjudicante, considerando – se feitas a estes as referências feitas, no presente Código, ao júri. ----------
4— O júri pode ser dispensado nos procedimentos em que seja apresentada apenas uma proposta. ----------
5 — Antes Do início de funções, os membros do júri e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de propostas, designadamente peritos, subscrevem declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII ao presente Código e que dele faz parte integrante. ----------
Artigo 68.º ----------
7 — O júri do procedimento inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação ou do convite." ----------
9.- Gestor do Contrato: ----------
Nos termos do nº1 do artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos; ----------
Transcreve-se: ----------
"1 — O contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste." ----------
10.- Delegação de Competências: ----------
Que ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da DCIP - Divisão de Contratualização e Património as seguintes competências: ----------
- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até á respetiva conclusão; ----------
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do artigo 66.º do Código dos Contratos Públicos; ----------
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n. º5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do Código dos Contratos Públicos; ----------
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações; ----------
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento. ----------
11.- Diretor de Fiscalização da Obra: ----------
Para efeitos do estabelecido pelo n.2 do artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos; ---------
Transcreve-se: ----------
"(...) ----------
2 - Durante a execução do contrato, o dono da obra é representado pelo diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação contratual, se estabeleça diferente mecanismo de representação." ----------
12.- Adjudicação da Empreitada: ----------
A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta: Monofactor, (de acordo com o disposto no artigo 74º, nº 1 alínea b) do CCP-critério da proposta de adjudicação é densificado por um factor correspondente a um único aspecto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço). ----------
A adjudicação será efectuada por lotes, podendo ocasionar a adjudicação simultânea de mais que um lote. ----------
À consideração superior," ----------

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a abertura do procedimento de formação de contrato da empreitada referenciada em título através de concurso público, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos; o prazo de execução de, 730 dias e o preço base de 5.368.355,47€ ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor. ----------
------- Mais foi deliberado, aprovar as seguintes peças do procedimento: -------
1 - O projeto de execução: ----------
- Caderno de encargos – condições técnicas; ----------
- Quantidades e Orçamento; ----------
- PSSP - Plano de Segurança e Saúde de Projeto; ----------
- Plano de Gestão de Resíduos; ----------
- Memória descritiva; ----------
- Peças desenhadas. ----------
2 - Programa de Procedimento; Caderno de Encargos - Condições Gerais. ---
O preço anormalmente baixo - o contrato a celebrar implica o pagamento de um preço que é o preço máximo que esta Câmara Municipal, se encontra disposta a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto desta empreitada e encontra-se fixado no caderno de encargos; -------
------- O prazo para apresentação das propostas é de trinta (30) dias, a contar do envio para publicação do anúncio no Diário da República; ----------
------- A designação do júri do procedimento: ----------
- Presidente: Maria José Miguel Lopes, Chefe da DCIA; ----------
- Vogais efetivos: Abel Afonso varandas, Chefe da DIOM e Emanuel Filipe dos Santos Peso, técnico superior na DIOM; ----------
- Vogais suplentes: Maria Olimpia Marcos, técnica superior na DCIA e Cândida Maria Fernandes Cordeiro Ribeiro, técnica superior na DIOM. --------
------- Designar o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, Abel Afonso Varandas, Chefe da DIOM. ----------
------- Não contratação por lotes porquanto a natureza dos trabalhos e fornecimentos que se prevê executar ao abrigo do contrato cuja decisão de contratar ora se propõe são tecnicamente incindíveis, pelo que a autonomização de qualquer parte da obra e a consequente obrigação de articulação e ocupação simultânea do mesmo espaço por entidades executantes distintas poderia causar graves inconvenientes e prejuízos para a entidade adjudicante em matéria de gestão contratual. ----------
- Delegar no júri do concurso, as seguintes competências: ----------
• Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
• A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que

determinaram a sua classificação, nos termos do artigo 66. ° do Código dos Contratos Públicos; ----------

• Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50. ° e artigo 116. ° ambos do Código dos Contratos Públicos; ----------

• Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações; ----------

• Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento. --

------- Diretor de fiscalização: Abel Afonso Varandas, Chefe da DIOM. ----------

------- A adjudicação da empreitada será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP. ----------

------- Por fim, foi deliberado solicitar aos serviços da UOF – Unidade Orgânica e Financeira a verificação da existência de fundos disponíveis, bem como o respetivo cabimento. ----------

------- **34 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE AJUDA PARA O ARRANJO EXTERIOR DA CAPELA NOSSA SENHORA DO CARRASCO – REQUERENTE: JUNTA FABRIQUEIRA DE AZINHOSO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento em nome da Junta Fabriqueira de Azinhoso, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1090", em que solicita apoio financeiro para a colocação da bancada e do muro de suporte das terras. ----------

------- Na informação número três mil e cinquenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, datada de seis de agosto de dois mil e vinte e seis, diz o seguinte: ----------

-------"Em cumprimento do solicitado por V.ª Ex.ª e após deslocação ao local para verificação da informação de apoio à Capela de Nossa Senhora do Carrasco, em Azinhoso, cumpre-me informar que os orçamentos apresentados cumprem os valores de mercado. ----------

A obra engloba a execução de um muro de suporte em pedra com sistema de drenagem para divisória de declives, uma bancada de dois lances revestida a mosaico 40x40 sobre pavimento de betão (com armadura de malha soleira de 15 cm), a execução de alicerces de dois patamares em betão, e a utilização de retroescavadora para limpeza e execução dos trabalhos. ----------

O valor total previsto é de 20 650,00 € (vinte mil seiscentos e cinquenta euros), acrescido de IVA, para um prazo de execução de 15 dias. ----------

Este valor configura um valor médio para obras da mesma natureza e considerando o terreno existente, conforme as fotos em anexo. ----------

À consideração superior," ----------

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara

Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes , aprovar ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município fins de Interesse Público, e conforme a alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º,do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, apoiar a Junta Fabriqueira de Azinhoso, no montante de dezassete mil, quinhentos cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos (17.552,50€), destinados à execução de um muro de suporte em pedra com sistema de drenagem para divisória de declives, uma bancada de dois lances revestida a mosaico 40x40 sobre pavimento de betão (com armadura de malha soleira de 15 cm), a execução de alicerces de dois patamares em betão, e a utilização de retroescavadora para limpeza e execução dos trabalhos , após cabimentação e fundos disponíveis, pelos serviços de Contabilidade, e a pagar num só ato, com celebração de Contrato-Programa, mediante apresentação de fatura, devendo o representante do requerente, caso assim o entenda solicitar ao Serviço de Finanças o reembolso do IVA. ----------

------ Mais foi deliberado nomear o Assistente Administrativo – Desenhador da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais – DIOM, Rui António Almendra dos Santos, como gestor do contrato, com a função de acompanhar a execução das obras. ----------

------- **35 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil cento e oitenta e oito barra dois mil e vinte e seis, datada de dezassete de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Vimos por este meio informar, que com o aproximar do termino do fornecimento de energia elétrica, às instalações com contratos ativos pertencentes à Câmara Municipal de Mogadouro, fomos informados que foi apresentada uma proposta do Agrupamento de Entidades Adjudicantes que integra os Municípios e as Associações de Municípios, tendo em vista o lançamento de concurso público para a formação de contrato de Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal (onde se inclui a Iluminação Pública). ----------

Face ao exposto, e analisando as condições, informamos que concordamos com o procedimento em causa, uma vez que permitirá uma significativa otimização de meios e diminuição de custos, incrementando a obtenção de propostas financeiramente mais vantajosas, em consequência da ampliação da escala contratual." ----------

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a integração do Município, conforme possibilidade estatuída no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, num agrupamento de entidades adjudicantes composto pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Miranda do Douro, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais e das respetivas Associações de Municípios,

nomeadamente a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, com vista ao procedimento de formação de um contrato de fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal, Baixa Tensão Especial, Média Tensão e Gás Natural, sendo o representante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana. ----------

------- Mais foi deliberado nomear a referida Associação como mandatária, delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos indispensáveis ao lançamento do respetivo concurso, designadamente a elaboração das peças do procedimento e a publicação do respetivo anúncio, bem como para prestar os esclarecimentos que lhe venham a ser solicitados, proceder à correção dos erros e ao suprimento das omissões identificadas no Caderno de Encargos, e, ainda, receber e analisar as propostas apresentadas. ----------

------- Por fim, foi deliberado aprovar as peças do procedimento, designadamente o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos. ----

------- **36 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO CENTRO INTERPRETATIVO DO PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DAS RETENÇÕES NOS PAGAMENTOS POR REFORÇO DE CAUÇÃO** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de vinte de agosto de dois mil e vinte, sobre a informação número três mil duzentos e vinte e dois barra dois mil e vinte e seis, do assistente técnico da DIOM – Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, João Barranco, sobre o assunto em epígrafe: ----------

-------"Concordo com a informação, e, com base na mesma, defiro o presente pedido. À DIOM para efeitos. Ao Executivo para ratificação." ----------

------- **37 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À REABILITAÇÃO DAS BODEGAS DA FONTE NOVA DE URRÓS – PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DAS RETENÇÕES NOS PAGAMENTOS POR REFORÇO DE CAUÇÃO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil duzentos e oitenta e um barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ---

-------"Relativamente ao assunto em epígrafe, atentos á petição do adjudicatário com base no que é estabelecido pelo nº2 do artigo 353.º do CCP (Código dos Contratos Públicos), não vemos qualquer inconveniente em aceitar a proposta apresentada, por entendermos que não deixará de continuar a ficar garantido o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. ----------

Salvo melhor opinião, é tudo quanto nos cumpre informar. ----------

À consideração superior," ----------
------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o pedido de substituição das retenções nos pagamentos por reforço de caução, referentes à empreitada "Reabilitação das Bodegas da Fonte Nova de Urrós".

------- **38 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À REABILITAÇÃO ENERGÉTICA E FUNCIONAL DO EDIFÍCIO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MOGADOURO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO – AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DA OBRA** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de vinte e sete de agosto de dois mil e vinte, sobre a informação número três mil trezentos e cinquenta e sete barra dois mil e vinte e seis, do assistente técnico da DIOM – Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, João Barranco, sobre o assunto em epígrafe: ----------
-------"Homologo o auto de receção provisória, anexo a esta informação e referente à Reabilitação Energética e Funcional do Edifício da Escola Secundária de Mogadouro e Pavilhão Gimnodesportivo. À DCIA para efeitos. Ao Executivo para ratificação." ----------

------- **39 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À REABILITAÇÃO ENERGÉTICA E FUNCIONAL DO EDIFÍCIO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MOGADOURO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO – PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DAS RETENÇÕES NOS PAGAMENTOS POR REFORÇO DE CAUÇÃO – T.C-4** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de vinte e oito de agosto de dois mil e vinte, sobre a informação número três mil trezentos e sessenta e sete barra dois mil e vinte e seis, do assistente técnico da DIOM – Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, João Barranco, sobre o assunto em epígrafe: ----------
-------"Concordo com a informação, e, com base na mesma, defiro o presente pedido. À U O Financeira para efeitos. Ao Executivo para ratificação." ---------

------- **40 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO REQUERIMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE DAS CASAS DE TURISMO NA FREGUESIA DE TÓ** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil trezentos e noventa e quatro barra dois mil e

vinte e seis, datada de dois de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Em conformidade com o pedido de V.ª ex. e deslocado ao local, sobre o pedido de apoio financeiro para a execução da piscina no Parque de Jogos e Recreio da Freguesia de Tó, efetuando com base no Cabimento nº 676 NO, com a Rubrica 02/08050102, cumpre me informar que, todas as obras foram concluídas, conforme fotografias em anexo. ----------

À consideração superior," ----------

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a atribuição do subsídio, no montante previamente aprovado, uma vez que as obras do referido apoio se encontram devidamente executadas. ----------

------- **41 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE À EMPREITADA DAS INSTALAÇÕES DO IRN, I.P., NO PALÁCIO DA JUSTIÇA DE MOGADOURO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DEMOLIÇÃO DE PAINÉIS DE ALVENARIA VAZADA** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor vice-presidente, Daniel Ribeiro, datado de trinta e um de julho de dois mil e vinte, sobre a informação número dois mil novecentos e sessenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, da Chefe da DOTU – Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo, Alexandra Machado, sobre o assunto em epígrafe: ----------

-------"Tendo em conta a urgência da realização dos trabalhos, por forma a que os serviços voltem a funcionar com a maior brevidade possível no local, ao que acresce o facto de durante o mês de Agosto não se realizarem reuniões do executivo, por força do regimento. Defiro o pedido, que posteriormente deverá ser remetido para ratificação por parte do Executivo Municipal." ----------

------- **42 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE À AUTORIZAÇÃO DA PUBLICIDADE – TOURADA DE URRÓS 2026 – ISENÇÃO DE TAXAS – REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE URRÓS** - RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor vice-presidente, Daniel Ribeiro, datado de onze de agosto de dois mil e vinte, sobre o assunto em epígrafe: ----------

-------"Tendo em conta que, entre a data do pedido e a realização do evento, não serão realizadas reuniões do executivo municipal e envio para ratificação na próxima reunião." ----------

------- **43 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE LOTE NA ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO – REQUERENTE: ANTÓNIO JOAQUIM CURRALO MACHADO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - O Executivo deliberou por unanimidade dos presentes, retirar o assunto da ordem de trabalhos, porquanto o lote em questão não corresponde à área do pedido apresentado pelo requerente. ----------

------- **44 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE A APROVAÇÃO DE PROJETO DE MAPA DE RUÍDO DO CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil duzentos e noventa e um barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Informo Vª Exª que terminou no dia 13/08/2026, o prazo dado nos termos do nº 2 do art. 118º do Código do Procedimento Administrativo, para a consulta pública do processo em título. ----
Não deu entrada nesta Divisão nenhuma proposta de sugestão com vista à melhoria do documento. -
Assim este processo deverá ser enviado à Assembleia a Municipal de Mogadouro para aprovação."

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Mapa de Ruído do Concelho de Mogadouro. ----------

------- Mais foi deliberado, submeter a presente deliberação à apreciação da Assembleia Municipal. ----------

------- **45 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE À APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA FINS POLÍTICOS** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número dois mil oitocentos e setenta barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e dois de julho de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Informo Vª Exª que terminou ontem (21/07/2026) o prazo de discussão pública do Projeto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda para Fins Políticos. ----
Não há registo de contributos e sugestões para melhorar a proposta, por parte do público. ----------
Nesta conformidade deverá o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para analise e aprovação." ----------

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda para Fins Políticos. ----------

------- Mais foi deliberado, submeter a presente deliberação à apreciação da Assembleia Municipal. ----------

------- **46 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE EVA VIRGÍNIA BARRUECO SALES PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE OS PRÉDIOS RÚSTICOS INSCRITOS NAS MATRIZES N.º 292 SECÇÃO – H DENOMINADO POR MAL AMASSADO, N.º 315 SECÇÃO – H DENOMINADO POR MAL AMASSADO, N.º 323 SECÇÃO – H DENOMINADO POR MAL AMASSADO, N.º 407 SECÇÃO – H DENOMINADO POR CALEIRA, N.º 259 SECÇÃO – F DENOMINADO POR POVOAÇÃO, SITO NA FREGUESIA DE URRÓS, CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Eva Virgínia Barrueco Sales, com morada na Avenida do Sabor, n.º 45 – 1.º, 5200-204 Mogadouro, em que solicita, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, lhe seja emitida certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade, ou aumento de compartes sobre os prédios rústicos inscritos nas matrizes N.º 292 Secção – H denominado por Mal Amassado, N.º 315 Secção – H denominado por Mal Amassado, N.º 323 Secção – H denominado por Mal Amassado, N.º 407 Secção – H denominado por Caleira, N.º 259 Secção – F denominado por Povoação, sito na freguesia de Urrós, concelho de Mogadouro. ----------

------- O Assistente Técnico da Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo, Vítor Geraldes do Fundo, na sua análise/informação n.º 48/DOTU/2026/VF de vinte e três de julho de dois mil e vinte e seis, informou o seguinte: ----------

------- "……

------- A Lei nº 70/2015 de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese Ilegal, no art.º 54º do referido diploma diz: ----------

…" Medidas preventivas ----------

1 — A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios." … ----------

Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior da câmara municipal o deferimento do pedido" ----------

------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir parecer favorável ao pedido da requerente, procedendo os serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos. ----------

------- **47 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE EVA VIRGÍNIA BARRUECO SALES PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ N.º 129 SECÇÃO – B DENOMINADO POR PRADO, SITO NA FREGUESIA DE BEMPOSTA, CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA

Reunião de 08 de setembro de 2026

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Eva Virgínia Barrueco Sales, com morada na Avenida do Sabor, n.º 45 – 1.º, 5200-204 Mogadouro, em que solicita, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, lhe seja emitida certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade, ou aumento de compartes sobre o prédio rústico inscrito na matriz N.º 129 Secção – B denominado por Prado, sito na freguesia de Bemposta, concelho de Mogadouro. ----------

------- O Assistente Técnico da Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo, Vítor Geraldes do Fundo, na sua análise/informação n.º 49/DOTU/2026/VF de vinte e três de julho de dois mil e vinte e seis, informou o seguinte: ----------

------- "……

------- A Lei nº 70/2015 de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese Ilegal, no art.º 54º do referido diploma diz: ----------

…" Medidas preventivas ----------

1 — A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios." … ----------

Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior da câmara municipal o deferimento do pedido" ----------

------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir parecer favorável ao pedido da requerente, procedendo os serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos. ----------

------- **48 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE NARCISO AUGUSTO XAVIER PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE OS PRÉDIOS RÚSTICOS INSCRITOS NAS MATRIZES N.º 1 SECÇÃO – B DENOMINADO POR PEREIRA, N.º 5 SECÇÃO – B DENOMINADO POR CAMINHO DE SANTIAGO, N.º 11 SECÇÃO – B DENOMINADO POR PARADELOS, N.º 12 SECÇÃO – B DENOMINADO POR SERRA DA PEREIRA, N.º 132 SECÇÃO – C DENOMINADO POR TANGADANA, N.º 135 SECÇÃO – C DENOMINADO POR URRETA DO LOBO, N.º 196 SECÇÃO – C DENOMINADO POR PEREIROS, N.º 200 SECÇÃO – C DENOMINADO POR PEREIROS, N.º 205 SECÇÃO – C DENOMINADO POR PEREIROS, N.º 271 SECÇÃO – F DENOMINADO POR COVA DOS LOBOS, N.º 321 SECÇÃO – F DENOMINADO POR COVA DOS LOBOS, N.º 376 SECÇÃO – F DENOMINADO POR RIBEIRA, N.º 478 SECÇÃO – F DENOMINADO POR VALE DE EMBRIÃO, N.º 512 SECÇÃO – F DENOMINADO POR ERVIDA, N.º 575 SECÇÃO – F DENOMINADO POR FONTE, N.º 33 SECÇÃO – H DENOMINADO POR FONTE DA BIQUEIRA, N.º 41 SECÇÃO – H DENOMINADO POR TANQUE, N.º 240 SECÇÃO – H DENOMINADO POR TANQUE, N.º 78 SECÇÃO – J DENOMINADO POR LAMEIRO DAS ALMAS, SITO NA FREGUESIA DE VILA DE ALA, CONCELHO DE MOGADOURO** – RATIFICAÇÃO DO

ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor vice-presidente, Daniel Ribeiro, datado de cinco de agosto de dois mil e vinte, sobre a informação número50/DOTU/2026/VF, do Assistente Técnico da DOTU – Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo, Vítor Geraldes do Fundo, sobre o assunto em epígrafe: ----------

-------"Tendo em conta a urgência do pedido, e que durante o corrente mês de Agosto não se realizarão reuniões do executivo, defiro o pedido, nos exactos termos da informação infra. Mais determino seja enviado à próxima reunião do executivo para ratificação." ----------

------- **49 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE HERDEIROS DE MARIA ADELAIDE FERNANDES PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE OS PRÉDIOS RÚSTICOS INSCRITOS NAS MATRIZES N.º 403 SECÇÃO – G, N.º 391 SECÇÃO – G, N.º 447 SECÇÃO – D DENOMINADOS POR LAGANHOSA, SITO NA FREGUESIA DE URRÓS, CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Herdeiros de Maria Adelaide Fernandes, com morada na Avenida de São Sebastião, 5200-461 Urrós - Mogadouro, em que solicita, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, lhe seja emitida certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade, ou aumento de compartes sobre os prédios rústicos inscritos nas matrizes N.º 403 Secção – G, N.º 391 Secção – G, N.º 447 Secção – D denominados por Laganhosa, sito na freguesia de Urrós, concelho de Mogadouro. ----------

------- A Assistente Técnica da Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo, Ilda Neves, na sua análise/informação n.º 51/SAA/26 de dez de agosto de dois mil e vinte e seis, informou o seguinte: ----------

------- "……

------- A Lei nº 70/2015 de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese Ilegal, no art.º 54º do referido diploma diz: ----------

…" Medidas preventivas ----------

1 — A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios." … ----------

Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior da câmara municipal o deferimento do pedido" ----------

------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir parecer favorável ao pedido

da requerente, procedendo os serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos. ----------

------- **50 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE GIL MARTINS RAFAEL PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ N.º 322 SECÇÃO – G, DENOMINADO POR CÊRRO, SITO NA FREGUESIA DE SALDANHA, CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Gil Martins Rafael, com morada na Avenida do Sabor, n.º 53 cave, 5200-204 Mogadouro, em que solicita, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, lhe seja emitida certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade, ou aumento de compartes sobre o prédio rústico inscrito na matriz N.º 322 Secção – G denominado por Cêrro, sito na freguesia de Saldanha, concelho de Mogadouro. ----------

------- O Assistente Técnico da Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo, Vítor Geraldes do Fundo, na sua análise/informação n.º 60/DOTU/2026/VF de catorze de agosto de dois mil e vinte e seis, informou o seguinte: ----------

------- "……

------- A Lei nº 70/2015 de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese Ilegal, no art.º 54º do referido diploma diz: ----------

…" Medidas preventivas ----------

1 — A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios." … ----------

Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior da câmara municipal o deferimento do pedido" ----------

------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir parecer favorável ao pedido do requerente, procedendo os serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos. ----------

------- **51 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE GIL MARTINS RAFAEL PARA A EMISSÃO DE CERTIDÃO COM PARECER FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ N.º 110 SECÇÃO – 1B, DENOMINADO POR VALE DE CERVAS, SITO NA FREGUESIA DE SOUTELO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REMONDES E SOUTELO, CONCELHO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Gil Martins Rafael, com morada na Avenida do Sabor, n.º 53 cave, 5200-204 Mogadouro, em que

solicita, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, lhe seja emitida certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade, ou aumento de compartes sobre o prédio rústico inscrito na matriz N.º 110 Secção – 1B denominado por Vale de Cervas, sito na freguesia de Soutelo, União das freguesias de Remondes e Soutelo, concelho de Mogadouro. ----------

------- O Assistente Técnico da Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo, Vítor Geraldes do Fundo, na sua análise/informação n.º 61/DOTU/2026/VF de catorze de agosto de dois mil e vinte e seis, informou o seguinte: ----------

------- "……

------- A Lei nº 70/2015 de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese Ilegal, no art.º 54º do referido diploma diz: ----------

…" Medidas preventivas ----------

1 — A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios." … ----------

Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior da câmara municipal o deferimento do pedido" ----------

------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir parecer favorável ao pedido do requerente, procedendo os serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos. ----------

------- **52 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PAGAMENTO DE ÁGUA AO PREÇO DO PRIMEIRO ESCALÃO E ISENÇÃO DAS TARIFAS DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: REQUERENTE: CONSUMIDOR N.º 492** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Olímpia Faia, consumidor n.º 492, registado com a referência "7532/26", em que solicita a isenção do pagamento das tarifas de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos, bem como o pagamento da água ao preço do primeiro escalão, relativamente à fatura FTR 0100326/52869, no valor de 793,55€ (setecentos e noventa e três euros e cinquenta e cinco cêntimos). ----------

------- A coordenadora técnica da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, Patrícia Salomé, na sua informação número dois mil novecentos e quarenta e três barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e nove de julho do corrente ano, informou o seguinte: ----------

-------"……

Após análise do pedido, informamos o seguinte: ----------

Reunião de 08 de setembro de 2026

1. No dia 20/07/2026, a requerente procedeu à alteração da titularidade do contrato de fornecimento de água do prédio urbano supra identificado, transferindo-o do consumidor n.º 492, Francisco Maria Marcos para Joaquim Fermento Marcos. ----------
2. Nessa morada encontrava-se instalado o contador n.º 4350244, da marca Bruno Janz. ----------
3. No dia 05/12/2025, foi efetuada a leitura do contador, tendo sido registado o valor de 1418 m³. ---
4. No dia 14/04/2026, foi efetuada a leitura do contador, tendo sido registado o valor de 1420 m³. ---
5. Em 20/07/2026, de acordo com a leitura comunicada pela requerente e conforme registo fotográfico, o contador registava 1714 m3, correspondente a um consumo de 294 m³. ----------
6. Aquando da deslocação ao local para proceder à substituição do contador, os serviços externos verificaram a existência de uma fuga na rede predial. ----------
7. De acordo com o Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais, de 18 de abril de 2023, especialmente no n.º 10 do artigo 83.º, "caso se comprove a ocorrência de rotura, o valor da fatura referente ao serviço de abastecimento de água e/ou saneamento poderá incidir apenas sobre o consumo de água estimado pelo valor médio dos consumos apurados entre as duas últimas leituras reais que antecederam a ocorrência. O volume remanescente será considerado como decorrente da rotura e faturado ao valor do 2.º escalão de consumo. Ainda, no caso de rotura comprovada, caso se verifique que a água perdida não foi recolhida pela rede de drenagem de saneamento, então não será considerada para efeitos de faturação dos serviços de saneamento e resíduos sólidos urbanos." ----------
8. Analisando a consulta de consumos por consumidor (anexa), verifica-se que o consumo médio mensal apurado é de 0,5 m³. Com base nessa média e considerando o período compreendido entre 14/04/2026 e 20/07/2026 (130 dias), o consumo estimado seria de aproximadamente 2 m³. Assim, dos 294 m³ registados, 2 m³ poderão ser considerados como consumo estimado para o referido período, podendo os restantes 292 m³ ser considerados como volume remanescente decorrente da rotura. ----------
9. Quanto ao pedido de pagamento da fatura em prestações, dispõe o n.º 1 do artigo 84.º do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Urbanas que: "Em caso de comprovada situação económica deficitária, por parte do utilizador, poderá a Câmara Municipal autorizar o pagamento fracionado do montante a liquidar, mediante requerimento apresentado pelo utilizador e parecer prévio dos serviços técnicos da Ação Social Câmara Municipal de Mogadouro." Por sua vez o n.º 2 do mesmo artigo dispõe que: "Poderá ainda ser autorizado excecionalmente o pagamento em prestações/fracionado mediante requerimento do utilizador, em casos devidamente fundamentados e desde que os valores em dívida o justifiquem." -
10. Dispõe o n.º 2 do artigo 103.º do Regulamento n.º 594/2018 - Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos, que "No caso de ter sido acordado o pagamento de uma fatura em prestações, a falta de pagamento de uma prestação no prazo estabelecido implica o vencimento de toda a dívida e faz incorrer o utilizador em mora." ----------
11. Face ao exposto e encontrando-se comprovada a existência de uma rotura na rede predial, propõe-se que: ----------
• relativamente à fatura FTR 0100326/52869, sejam faturados 2 m³ como consumo estimado, sendo os restantes 292 m³ faturados ao preço do segundo escalão de consumo, com isenção das tarifas de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos correspondentes ao volume de água perdido e não recolhido pela rede de drenagem de saneamento; ----------
• relativamente ao pagamento em prestações, considerando que o Regulamento é omisso quanto ao número de prestações a autorizar e face ao valor da fatura, entende esta Divisão que poderá a Câmara Municipal autorizar o respetivo pagamento em 6 (seis) prestações mensais, iguais e sucessivas. Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido da requerente, deverá ser emitida nota de crédito para associar à fatura em questão. ----------
Submete-se à superior consideração." ----------

------- De acordo com a informação supratranscrita a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade dos presentes, o seguinte: ----------
- relativamente à fatura FTR 0100326/52869, sejam faturados 2m³ como consumo estimado, sendo os restantes 292m³ faturados ao preço do segundo escalão de consumo, com isenção das tarifas de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos correspondentes ao volume de água perdido e não recolhido pela rede de drenagem de saneamento; ----------
- autorizar a requerente, a pagar em seis prestações iguais e sucessivas, o montante total de acordo com o regulamento municipal em vigor, sendo que a falta de pagamento de uma prestação implica o vencimento de todas as outras e faz incorrer o utilizador em mora. ----------
------- Por fim, foi deliberado ordenar aos serviços competentes a emissão de uma nota de crédito, devendo a mesma ser associada à fatura em questão. -

------- **53 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À PRORROGAÇÃO DA APLICAÇÃO DO VALOR DE 0,80€/KM NO TRANSPORTE DE DOENTES NÃO URGENTES** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de doze de agosto de dois mil e vinte, sobre a informação número dois mil oitocentos e setenta e três barra dois mil e vinte e seis, da chefe da UOASS – Unidade Orgânica de Ação Social e Saúde (Unidade Orgânica Flexível de 3.º Grau), Amélia Machado, sobre o assunto em epígrafe: ----------
-------"Concordo com a informação e defiro o pedido de aumento do preço do km para 0,80 cêntimos a aplicar às duas instituições que prestam este serviço á Autarquia, com efeitos retroativos a 1 de julho de 2026 após verificação de fundos disponíveis e respetiva cabimentação. Ao Executivo para ratificação." ----------
------- Mais foi deliberado autorizar a prorrogação, até ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e seis, da aplicação do valor de 0,80€ (oitenta cêntimos) por quilómetro, referente ao transporte de doentes não urgentes. --

------- **54 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DO TARIFÁRIO DE FAMÍLIAS NUMEROSAS – REQUERENTE: SYLVIE CALÇADA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um pedido, onde a requerente, solicita o pagamento da fatura da água de Acordo com o Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água Residuais Urbanas, "Tarifário familiar". ---
------- A técnica superior de serviço social, Mariana Antão, na sua informação dois mil novecentos e setenta e um barra dois mil e vinte e seis, de trinta de

julho de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
Após análise dos documentos previstos no n.º 11 do artigo 80.º do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, relativo aos tarifários especiais, verificou-se que a **requerente reúne os requisitos** estabelecidos no n.º 1 da alínea a.2) do artigo 79.º do referido regulamento, uma vez que **este tarifário é aplicável aos utilizadores domésticos cujo agregado familiar seja constituído por mais de quatro elementos.** ----------
Da documentação apresentada, conclui-se que o agregado familiar da requerente é composto por cinco elementos, encontrando-se, assim, **cumprido o requisito exigido para a atribuição da respetiva tarifa especial familiar.** ----------
Apesar do acima mencionado, V. Ex.ª melhor decidirá quanto à solicitação da requerente. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar. ----------
À consideração Superior" ----------
------- Com base na informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio apresentado pela requerente, por se encontrarem reunidos os requisitos previstos no artigo 79.º do Regulamento Municipal em vigor. ----------

------- **55 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DO TARIFÁRIO DE FAMÍLIAS NUMEROSAS – REQUERENTE: ISIDRO DIAS** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um pedido, onde o requerente, solicita o pagamento da fatura da água de Acordo com o Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água Residuais Urbanas, "Tarifário familiar". ---
------- A técnica superior de serviço social, Mariana Antão, na sua informação três mil e quarenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, de cinco de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
Após análise dos documentos previstos no n.º 11 do artigo 80.º do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, relativo aos tarifários especiais, **verificou-se que o requerente reúne os requisitos** estabelecidos no n.º 1 da alínea a.2) do artigo 79.º do referido regulamento, uma vez que este tarifário é aplicável aos utilizadores domésticos cujo agregado familiar seja constituído por mais de quatro elementos. ----------
Da documentação apresentada, conclui-se que o agregado familiar do requerente é composto por cinco elementos, encontrando-se, assim, **cumprido o requisito exigido para a atribuição da respetiva tarifa especial familiar.** ----------
Apesar do acima mencionado, V. Ex.ª melhor decidirá quanto à solicitação do requerente. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar. ----------
À consideração Superior" ----------
------- Com base na informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio apresentado pelo requerente, por se encontrarem reunidos os requisitos previstos no artigo 79.º do Regulamento Municipal em vigor. ----------

------- **56 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO RELATÓRIO DO**

PROJETO CLDS - MAIO 2025 A MAIO 2026 – PARA CONHECIMENTO: - O Executivo tomou conhecimento da informação três mil e oitenta barra dois mil e vinte e seis, datada de sete de agosto de dois mil e vinte e seis, referente ao assunto em epígrafe. ----------

------- **57 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE ENTRADA NOS BALNEÁRIOS DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de doze de agosto de dois mil e vinte, sobre a informação número três mil cento e treze barra dois mil e vinte e seis, da técnica superior da UOASS – Unidade Orgânica de Ação Social e Saúde (Unidade Orgânica Flexível de 3.º Grau), Mariana Antão, sobre o assunto em epígrafe: ----------

-------"Aprovo a isenção de pagamento de entrada nas piscinas ao utente infra referido pelas razões aduzidas. Dê-se conhecimento ao interessado e ao responsável das piscinas. Ao Executivo para ratificação." ----------

------- **58 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIAS DE CARÁTER EVENTUAL EM SITUAÇÕES DE CARÊNCIA ECONÓMICA E DE RISCO SOCIAL** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil duzentos e trinta e sete barra dois mil e vinte e seis, datada de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Serve a presente informação para dar conhecimento a V. Exa. das alterações propostas ao Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situações de Carência Económica e de Risco Social do Município de Mogadouro. ----------

Na sequência da análise técnica efetuada ao referido regulamento, verificou-se a necessidade de introduzir ajustamentos considerados pertinentes, com vista à otimização dos procedimentos de concessão dos apoios e à melhoria da resposta às situações de vulnerabilidade social e emergência económica dos munícipes. ----------

Nesse sentido, remete-se em anexo a proposta do regulamento, integrando já as devidas alterações.

Face ao exposto, submete-se o documento à consideração de V. Exa., para análise, apreciação e decisão que tiver por conveniente. ----------

É tudo quanto nos cumpre informar." ----------

------- Após análise a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Prestação Pecuniárias de Caráter Eventual em Situações de Carência Económica e de Risco Social. ----------

------- Mais se deliberou proceder à audiência dos interessados e a respetiva consulta pública, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, pelo prazo de trinta (30) dias úteis. ----------

------- **59 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 1 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 1 – Ano Letivo 2026/2027, datado de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8226/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil cento e catorze barra dois mil e vinte e seis, de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmo se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **269,91 € (duzentos e sessenta e nove euros e noventa e um cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **3.508,83 € (três mil quinhentos e oito euros e oitenta e três cêntimos).** –

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	269,91 €	
setembro	269,91 €	
outubro	269,91 €	
novembro	269,91 €	
dezembro	269,91 €	
janeiro	269,91 €	
fevereiro	269,91 €	
março	269,91 €	
abril	269,91 €	
maio	269,91 €	
junho	269,91 €	
julho	269,91 €	
agosto	269,91 €	
Total	3.508,83 €	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"; ----------
-- "não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 269,91€ (duzentos e sessenta e nove euros e noventa e um cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 3.508,83€ (três mil quinhentos e oito euros e oitenta e três cêntimos). ----------

------- **60 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 2 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 2 – Ano Letivo 2026/2027, datado de sete de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8417/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil cento e dezassete barra dois mil e vinte e seis, de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ---------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmo se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 132,49 € (cento e trinta e dois euros e quarenta e nove cêntimos). ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1.722,37 € (mil setecentos e vinte e dois euros e trinta e sete cêntimos).**

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	132,49 €	
setembro	132,49 €	
outubro	132,49 €	
novembro	132,49 €	
dezembro	132,49 €	
janeiro	132,49 €	
fevereiro	132,49 €	
março	132,49 €	
abril	132,49 €	
maio	132,49 €	
junho	132,49 €	
julho	132,49 €	
agosto	132,49 €	
Total	**1.722,37 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"; ----------

-- "não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 132,49€ (cento e trinta e dois euros e quarenta e nove cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 1.722,37€ (mil setecentos e vinte e dois euros e trinta e sete cêntimos). -------

------- **61 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 3 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 3 – Ano Letivo 2026/2027, datado de quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8422/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil cento e dezoito barra dois mil e vinte e seis, de doze de

agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmo se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **81,22 € (oitenta e um euros e vinte e dois cêntimos).** -
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1.055,86 € (mil e cinquenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos).** -----

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	81,22 €	
setembro	81,22 €	
outubro	81,22 €	
novembro	81,22 €	
dezembro	81,22 €	
janeiro	81,22 €	
fevereiro	81,22 €	
março	81,22 €	
abril	81,22 €	
maio	81,22 €	
junho	81,22 €	
julho	81,22 €	
agosto	81,22 €	
Total	**1.055,86 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 81,22€ (oitenta e um euros e vinte e dois cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 1.055,86€ (mil cinquenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos). ----------

------- **62 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 4 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 4 – Ano Letivo 2026/2027, datado de três de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8426/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil cento e vinte barra dois mil e vinte e seis, de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmo se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **166,32 € (cento e sessenta e seis euros e trinta e dois cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2.162,16 € (dois mil cento e sessenta e dois euros e dezasseis cêntimos).**

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	166,32 €	
setembro	166,32 €	
outubro	166,32 €	
novembro	166,32 €	
dezembro	166,32 €	
janeiro	166,32 €	
fevereiro	166,32 €	
março	166,32 €	
abril	166,32 €	
maio	166,32 €	
junho	166,32 €	
julho	166,32 €	
agosto	166,32 €	
Total	**2.162,16 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 166,32€ (cento e sessenta e seis euros e trinta e dois cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 2.162,16€ (dois mil cento e sessenta e dois euros e dezasseis cêntimos). -----

------- **63 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 5 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 5 – Ano Letivo 2026/2027, datado de seis de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8429/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil cento e oitenta e nove barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmo se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **98,34 € (noventa e oito euros e trinta e quatro cêntimos).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1.278,42 € (mil duzentos e setenta e oito euros e quarenta e dois cêntimos).** ----------

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	98,34 €	
setembro	98,34 €	
outubro	98,34 €	
novembro	98,34 €	
dezembro	98,34 €	
janeiro	98,34 €	
fevereiro	98,34 €	
março	98,34 €	
abril	98,34 €	
maio	98,34 €	
junho	98,34 €	
julho	98,34 €	
agosto	98,34 €	
Total	**1.278,42 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 98,34€ (noventa e oito euros e trinta e quatro cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 1.278,42€ (mil duzentos e setenta e oito euros e trinta e quatro cêntimos). ----------

------- **64 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 6 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 6 – Ano Letivo 2026/2027, datado de seis de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8475/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil cento e quarenta e três barra dois mil e vinte e seis, de

treze de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmo se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **72,30 € (setenta e dois euros e trinta cêntimos).** ------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 939,90 € (novecentos e trinta e nove euros e noventa cêntimos). ----------

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	72,30 €	
setembro	72,30 €	
outubro	72,30 €	
novembro	72,30 €	
dezembro	72,30 €	
janeiro	72,30 €	
fevereiro	72,30 €	
março	72,30 €	
abril	72,30 €	
maio	72,30 €	
junho	72,30 €	
julho	72,30 €	
agosto	72,30 €	
Total	**939,90 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 72,30€ (setenta e dois euros e trinta cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 939,90€ (novecentos e trinta e nove euros e noventa cêntimos). ----------

------- Mais foi deliberado solicitar aos serviços competentes da UOF – Unidade Orgânica Financeira a verificação de fundos disponíveis e respetiva cabimentação. ----------

------- **65 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 7 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 7 – Ano Letivo 2026/2027, datado de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8489/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil cento e quarenta e sete barra dois mil e vinte e seis, de treze de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: -

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmo se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 173,22 € (cento e setenta e três euros e vinte e dois cêntimos). ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2.251,86 € (dois mil duzentos e cinquenta e um euros e oitenta e seis cêntimos).** ----------

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	173,22 €	
setembro	173,22 €	
outubro	173,22 €	
novembro	173,22 €	
dezembro	173,22 €	
janeiro	173,22 €	
fevereiro	173,22 €	
março	173,22 €	
abril	173,22 €	
maio	173,22 €	
junho	173,22 €	
julho	173,22 €	
agosto	173,22 €	
Total	**2.251,86 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"; ----------
-- "não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 173,22€ (cento e setenta e três euros e vinte e dois cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 2.251,86€ (dois mil duzentos e cinquenta e um euros e oitenta e seis cêntimos). ----------

------- **66 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 8 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 8 – Ano Letivo 2026/2027, datado de seis de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8490/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil cento e quarenta e oito barra dois mil e vinte e seis, de treze de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: -
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmo se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 168,70 € (cento e sessenta e oito euros e setenta cêntimos). ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2.193,10 € (dois mil cento e noventa e três euros e dez cêntimos).** --------

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	168,70 €	
setembro	168,70 €	
outubro	168,70 €	
novembro	168,70 €	
dezembro	168,70 €	
janeiro	168,70 €	
fevereiro	168,70 €	
março	168,70 €	
abril	168,70 €	
maio	168,70 €	
junho	168,70 €	
julho	168,70 €	
agosto	168,70 €	
Total	**2.193,10 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 168,70€ (cento e setenta e oito euros e setenta cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 2.193,10€ (dois mil cento e noventa e três euros e dez cêntimos). ----------

------- **67 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 9 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 9 – Ano Letivo 2026/2027, datado de onze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8586/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e quarenta e seis barra dois mil e vinte e seis,

de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: - ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **162,93 € (cento e sessenta e dois euros e noventa e três cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1.955,16 € (mil novecentos e cinquenta e cinco euros e dezasseis cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	162,93 €
setembro	162,93 €
outubro	162,93 €
novembro	162,93 €
dezembro	162,93 €
janeiro	162,93 €
fevereiro	162,93 €
março	162,93 €
abril	162,93 €
maio	162,93 €
junho	162,93 €
julho	162,93 €
agosto	162,93 €
Total (13 meses)	**1.955,16 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 162,93€ (cento e setenta e dois euros e noventa e três

cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 1.955,16€ (mil novecentos e cinquenta e cinco euros e dezasseis cêntimos).

------- **68 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 10 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 10 – Ano Letivo 2026/2027, datado de sete de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8605/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e dois barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: - -------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **330,00 € (trezentos e trinta euros).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **4.290,00 € (quatro mil duzentos e noventa euros).** ----------

Meses	Mensalidade	Nº meses
agosto	330,00 €	
setembro	330,00 €	
outubro	330,00 €	
novembro	330,00 €	
dezembro	330,00 €	
janeiro	330,00 €	
fevereiro	330,00 €	
março	330,00 €	
abril	330,00 €	
maio	330,00 €	
junho	330,00 €	
julho	330,00 €	
agosto	330,00 €	
Total	**4.290,00 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 330,00€ (trezentos e trinta euros), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 4.290,00€ (quatro mil duzentos e noventa euros). ----------

------- **69 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 11 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 11 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dez de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8615/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e sete barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: - -------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmo se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **173,40 € (cento e setenta e três euros e quarenta cêntimos).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2.254,20 € (dois mil duzentos e cinquenta e quatro euros e vinte cêntimos).** ----------

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	173,40 €	
setembro	173,40 €	
outubro	173,40 €	
novembro	173,40 €	
dezembro	173,40 €	
janeiro	173,40 €	
fevereiro	173,40 €	
março	173,40 €	
abril	173,40 €	
maio	173,40 €	
junho	173,40 €	
julho	173,40 €	
agosto	173,40 €	
Total	**2.254,20 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 173,40€ (cento e setenta e três euros e quarenta cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 2.254,20€ (dois mil duzentos e cinquenta e quatro euros e vinte cêntimos). ----------

------- **70 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 12 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 12 – Ano Letivo 2026/2027, datado de seis de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8617/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e oito barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ---------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **268,24 € (duzentos e sessenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **3.487,12 € (três mil quatrocentos e oitenta e sete euros e doze cêntimos).** ----------

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	268,24 €	
setembro	268,24 €	
outubro	268,24 €	
novembro	268,24 €	
dezembro	268,24 €	
janeiro	268,24 €	
fevereiro	268,24 €	
março	268,24 €	
abril	268,24 €	
maio	268,24 €	
junho	268,24 €	
julho	268,24 €	
agosto	268,24 €	
Total	**3.487,12 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 268,24€ (duzentos e sessenta e oito e euros e vinte e quatro cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio

monetário de 3.487,12€ (três mil quatrocentos e oitenta e sete euros e doze cêntimos). ----------

------- **71 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 13 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 13 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8622/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e nove barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ---------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor 151,19 € (cento e cinquenta e um euros e dezanove cêntimos). ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1.965,47 € (mil novecentos e sessenta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos).** ----------

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	151,19 €	
setembro	151,19 €	
outubro	151,19 €	
novembro	151,19 €	
dezembro	151,19 €	
janeiro	151,19 €	
fevereiro	151,19 €	
março	151,19 €	
abril	151,19 €	
maio	151,19 €	
junho	151,19 €	
julho	151,19 €	
agosto	151,19 €	
Total	**1.965,47 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 151,19€ (cento e cinquenta e um euros e dezanove cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 1.965,47€ (mil novecentos e sessenta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos). ----------

------- **72 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 14 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 14 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8626/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e dez barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ---------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 207,07 € (duzentos e sete euros e sete cêntimos). -------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2.691,91 € (dois mil seiscentos e noventa e um euros e noventa e um cêntimos).** ----------

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	207,07 €	
setembro	207,07 €	
outubro	207,07 €	
novembro	207,07 €	
dezembro	207,07 €	
janeiro	207,07 €	
fevereiro	207,07 €	
março	207,07 €	
abril	207,07 €	
maio	207,07 €	
junho	207,07 €	
julho	207,07 €	
agosto	207,07 €	
Total	**2.691,91 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 207,07€ (duzentos e sete euros e sete cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 2.691,91€ (dois mil seiscentos e noventa e um euros e noventa e um cêntimos). ----------

------- **73 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 15 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 15 – Ano Letivo 2026/2027, datado de cinco de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8633/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e doze barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ---------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 259,60 € (duzentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos). ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **3.374,80 € (três mil trezentos e setenta e quatro euros e oitenta cêntimos).** ----------

Meses	mensalidade	Nº meses
agosto	259,60 €	
setembro	259,60 €	
outubro	259,60 €	
novembro	259,60 €	
dezembro	259,60 €	
janeiro	259,60 €	
fevereiro	259,60 €	
março	259,60 €	
abril	259,60 €	
maio	259,60 €	
junho	259,60 €	
julho	259,60 €	
agosto	259,60 €	
Total	**3.374,80 €**	13

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 259,60€ (duzentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 3.374,80€ (três mil trezentos e setenta e quatro euros e oitenta cêntimos). ----

------- **74 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 16 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 16 – Ano Letivo 2026/2027, datado de catorze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8687/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e vinte e três barra dois mil e vinte e seis, de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 218,71 € (duzentos e dezoito euros e setenta e um cêntimos). ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 2.624,52 € (dois mil seiscentos e vinte e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos). ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	218,71 €
outubro	218,71 €
novembro	218,71 €
dezembro	218,71 €
janeiro	218,71 €
fevereiro	218,71 €
março	218,71 €
abril	218,71 €
maio	218,71 €
junho	218,71 €
julho	218,71 €
agosto	218,71 €
Total (12 meses)	**2.624,52 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 218,71€ (duzentos e dezoito euros e sessenta e um cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 3.374,80€ (três mil trezentos e setenta e quatro euros e oitenta cêntimos). ----

------- **75 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 17 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 17 – Ano Letivo 2026/2027, datado de treze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8692/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e oitenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em 330,00 € (trezentos e trinta euros). ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 3 960,00 € (três mil novecentos e sessenta euros). ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	330,00 €
outubro	330,00 €
novembro	330,00 €
dezembro	330,00 €
janeiro	330,00 €
fevereiro	330,00 €
março	330,00 €
abril	330,00 €
maio	330,00 €
junho	330,00 €
julho	330,00 €
agosto	330,00 €
Total (12 meses)	**3 960,00 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"; ----------

-- "não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 330,00€ (trezentos e trinta euros), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 3.960,00€ (três mil novecentos e sessenta euros). ----------

------- **76 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 18 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 18 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8694/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e vinte e sete barra dois mil e vinte e seis, de

dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 232,94 € (duzentos e trinta e dois euros e noventa e quatro cêntimos). ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 2.795,28 € (dois mil setecentos e noventa e cinco euros e vinte e oito cêntimos). ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	232,94 €
outubro	232,94 €
novembro	232,94 €
dezembro	232,94 €
janeiro	232,94 €
fevereiro	232,94 €
março	232,94 €
abril	232,94 €
maio	232,94 €
junho	232,94 €
julho	232,94 €
agosto	232,94 €
Total (12 meses)	**2.795,28 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 232,94€ (duzentos e trinta e dois euros e noventa e quatro cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de

2.795,28€ (dois mil setecentos e noventa e cinco euros e vinte e oito cêntimos). ----------

------- **77 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 19 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 19 – Ano Letivo 2026/2027, datado de catorze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8698/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e vinte e oito barra dois mil e vinte e seis, de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 49,30 € (quarenta e nove euros e trinta cêntimos). ------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 591,60 € (quinhentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos). ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	49,30 €
outubro	49,30 €
novembro	49,30 €
dezembro	49,30 €
janeiro	49,30 €
fevereiro	49,30 €
março	49,30 €
abril	49,30 €
maio	49,30 €
junho	49,30 €
julho	49,30 €
agosto	49,30 €
Total (12 meses)	**591,60 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 49,30€ (quarenta e nove euros e trinta cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 591,60€ (quinhentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos). ----------

------- **78 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 20 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 20 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezassete de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8702/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e trinta e três barra dois mil e vinte e seis, de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 94,51 € (noventa e quatro euros e cinquenta e um cêntimos). ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 1.134,12 € (mil cento e trinta e quatro euros e doze cêntimos). ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	94,51 €
outubro	94,51 €
novembro	94,51 €
dezembro	94,51 €
janeiro	94,51 €
fevereiro	94,51 €
março	94,51 €
abril	94,51 €
maio	94,51 €
junho	94,51 €
julho	94,51 €
agosto	94,51 €
Total (12 meses)	**1.134,12 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 94,51€ (noventa e quatro euros e cinquenta e um cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1.134,12€ (mil cento e trinta e quatro euros e doze cêntimos). ----------

------- **79 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 21 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 21 – Ano Letivo 2026/2027, datado de treze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8706/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil trezentos e dois barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico:
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em 128,66 € (cento e vinte e oito euros e sessenta e seis cêntimos). --
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 1 543,92 € (mil quinhentos e quarenta e três euros e noventa e dois cêntimos). ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	128,66 €
outubro	128,66 €
novembro	128,66 €
dezembro	128,66 €
janeiro	128,66 €
fevereiro	128,66 €
março	128,66 €
abril	128,66 €
maio	128,66 €
junho	128,66 €
julho	128,66 €
agosto	128,66 €
Total (12 meses)	1 543,92 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 128,66€ (cento e vinte e oito euros e sessenta e seis cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de

1.543,92€ (mil quinhentos e quarenta e três euros e noventa e dois cêntimos). ----------

------- **80 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 22 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 22 – Ano Letivo 2026/2027, datado de treze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8707/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e noventa e quatro barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em 330,00 € (trezentos e trinta euros). ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 3 960,00 € (três mil novecentos e sessenta euros). ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	330,00 €
outubro	330,00 €
novembro	330,00 €
dezembro	330,00 €
janeiro	330,00 €
fevereiro	330,00 €
março	330,00 €
abril	330,00 €
maio	330,00 €
junho	330,00 €
julho	330,00 €
agosto	330,00 €
Total (12 meses)	**3 960,00 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 330,00€ (trezentos e trinta euros), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 3.960,00€ (três mil novecentos e sessenta euros). ----------

------- **81 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 23 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 23 – Ano Letivo 2026/2027, datado de treze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8707/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e noventa e quatro barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 259,60 € (duzentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos). ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 3.115,20 € (três mil cento e quinze euros e vinte cêntimos). ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	259,60 €
outubro	259,60 €
novembro	259,60 €
dezembro	259,60 €
janeiro	259,60 €
fevereiro	259,60 €
março	259,60 €
abril	259,60 €
maio	259,60 €
junho	259,60 €
julho	259,60 €
agosto	259,60 €
Total (12 meses)	**3.115,20 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 259,60€ (duzentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 3.115,20€ (três mil cento e quinze euros e vinte cêntimos). ----------

------- **82 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 24 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 24 – Ano Letivo 2026/2027, datado de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8712/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e quarenta barra dois mil e vinte e seis, de

dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 153,08 € (cento e cinquenta e três euros e oito cêntimos). ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 1.836,96 € (mil oitocentos e trinta e seis euros e noventa e seis cêntimos).

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	153,08 €
outubro	153,08 €
novembro	153,08 €
dezembro	153,08 €
janeiro	153,08 €
fevereiro	153,08 €
março	153,08 €
abril	153,08 €
maio	153,08 €
junho	153,08 €
julho	153,08 €
agosto	153,08 €
Total (12 meses)	**1.836,96 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

-- *" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

-------. Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 153,08€ (cento e cinquenta e três euros e oito cêntimos),

perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1.836,96€ (mil oitocentos e trinta e seis euros e noventa e seis cêntimos). ----------

------- **83 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 25 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 25 – Ano Letivo 2026/2027, datado de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8714/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e quarenta e um barra dois mil e vinte e seis, de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de 271,24 € (duzentos e setenta e um euros e vinte e quatro cêntimos). ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de 3.254,88 € (três mil duzentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos). ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	271,24 €
outubro	271,24 €
novembro	271,24 €
dezembro	271,24 €
janeiro	271,24 €
fevereiro	271,24 €
março	271,24 €
abril	271,24 €
maio	271,24 €
junho	271,24 €
julho	271,24 €
agosto	271,24 €
Total (12 meses)	3.254,88 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda, de que o acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 271,24€ (duzentos e setenta e um euros e vinte e quatro cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 3.254,88€ (três mil duzentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos). ----------

------- **84 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 26 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 26 – Ano Letivo 2026/2027, datado de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8715/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e quarenta e dois barra dois mil e vinte e seis, de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **147,90 € (cento e quarenta e sete euros e noventa cêntimos).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1.774,80 € (mil setecentos e setenta e quatro euros e oitenta cêntimos).**

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	147,90 €
outubro	147,90 €
novembro	147,90 €
dezembro	147,90 €
janeiro	147,90 €
fevereiro	147,90 €
março	147,90 €
abril	147,90 €
maio	147,90 €
junho	147,90 €
julho	147,90 €
agosto	147,90 €
Total (12 meses)	**1.774,80 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 147,90€ (cento e quarenta e sete euros e noventa cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1.774,80€ (mil setecentos e setenta e quatro euros e oitenta cêntimos). ----------

------- **85 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 27 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 27 – Ano Letivo 2026/2027, datado de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8718/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e quarenta e quatro barra dois mil e vinte e seis, de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **132,06 € (cento e trinta e dois euros e seis cêntimos).**

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1.584,72 € (mil quinhentos e oitenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	132,06 €
outubro	132,06 €
novembro	132,06 €
dezembro	132,06 €
janeiro	132,06 €
fevereiro	132,06 €
março	132,06 €
abril	132,06 €
maio	132,06 €
junho	132,06 €
julho	132,06 €
agosto	132,06 €
Total (12 meses)	**1.584,72 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.

Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal

deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 132,06€ (cento e trinta e dois euros e seis cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1.584,72€ (mil quinhentos e oitenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos). ----------

------- **86 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 28 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 28 – Ano Letivo 2026/2027, datado de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8723/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e quarenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8 do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa de que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa no valor de **164,32 € (cento e sessenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1.971,84 € (mil novecentos e setenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	164,32 €
outubro	164,32 €
novembro	164,32 €
dezembro	164,32 €
janeiro	164,32 €
fevereiro	164,32 €
março	164,32 €
abril	164,32 €
maio	164,32 €
junho	164,32 €
julho	164,32 €
agosto	164,32 €
Total (12 meses)	**1.971,84 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 164,32€ (cento e sessenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1.971,84€ (mil novecentos e setenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos).

------- **87 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 29 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 29 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8911/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

Reunião de 08 de setembro de 2026

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e noventa e sete barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **70,10 € (setenta euros e dez cêntimos).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **841,20 € (oitocentos e quarenta e um euros e vinte cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	70,10 €
outubro	70,10 €
novembro	70,10 €
dezembro	70,10 €
janeiro	70,10 €
fevereiro	70,10 €
março	70,10 €
abril	70,10 €
maio	70,10 €
junho	70,10 €
julho	70,10 €
agosto	70,10 €
Total (12 meses)	841,20 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 70,10€ (setenta euros e dez cêntimos), perfazendo na

totalidade dos doze meses um apoio monetário de 841,20€ (oitocentos e quarenta e um euros e vinte cêntimos). ----------

------- **88 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 30 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 30 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8912/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e noventa e oito barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **70,10 € (setenta euros e dez cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **841,20 € (oitocentos e quarenta e um euros e vinte cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	70,10 €
outubro	70,10 €
novembro	70,10 €
dezembro	70,10 €
janeiro	70,10 €
fevereiro	70,10 €
março	70,10 €
abril	70,10 €
maio	70,10 €
junho	70,10 €
julho	70,10 €
agosto	70,10 €
Total (12 meses)	841,20 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.

Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 70,10€ (setenta euros e dez cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 841,20€ (oitocentos e quarenta e um euros e vinte cêntimos). ----------

------- **89 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 31 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 31 – Ano Letivo 2026/2027, datado de treze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8913/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e noventa e nove barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **176,01 € (cento e setenta e seis euros e um cêntimo).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2 112,12 € (dois mil cento e doze euros e doze cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	176,01 €
outubro	176,01 €
novembro	176,01 €
dezembro	176,01 €
janeiro	176,01 €
fevereiro	176,01 €
março	176,01 €
abril	176,01 €
maio	176,01 €
junho	176,01 €
julho	176,01 €
agosto	176,01 €
Total (12 meses)	2 112,12€

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 176,01€ (cento e setenta e seis euros e um cêntimo), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 2.112,12€ (dois mil cento e doze euros e doze cêntimos). ----------

------ **90 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 32 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 32 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8915/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

Reunião de 08 de setembro de 2026

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil trezentos e um barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico:
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **330,00 € (trezentos e trinta euros).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o(a) requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **3 960,00 € (três mil novecentos e sessenta euros).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	330,00 €
outubro	330,00 €
novembro	330,00 €
dezembro	330,00 €
janeiro	330,00 €
fevereiro	330,00 €
março	330,00 €
abril	330,00 €
maio	330,00 €
junho	330,00 €
julho	330,00 €
agosto	330,00 €
Total (12 meses)	3 960,00 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 330,00€ (trezentos e trinta euros), perfazendo na totalidade

dos doze meses um apoio monetário de 3.960,00€ (três mil novecentos e sessenta euros). ----------

------- **91 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 33 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 33 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8916/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil trezentos e três barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico:

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **147,70 € (cento e quarenta e sete euros e setenta cêntimos).** ---

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 920,10 € (mil novecentos e vinte euros e dez cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	147,70 €
setembro	147,70 €
outubro	147,70 €
novembro	147,70 €
dezembro	147,70 €
janeiro	147,70 €
fevereiro	147,70 €
março	147,70 €
abril	147,70 €
maio	147,70 €
junho	147,70 €
julho	147,70 €
agosto	147,70 €
Total (13 meses)	1 920,10 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.

Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 147,70€ (cento e quarenta e sete euros e setenta cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 1.920,10€ (mil novecentos e vinte euros e dez cêntimos). ----------

------- **92 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 34 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 34 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8919/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil trezentos e dezoito barra dois mil e vinte e seis, de vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **330,00 € (trezentos e trinta euros).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **4 290,00 € (quatro mil duzentos e noventa euros).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	330,00 €
setembro	330,00 €
outubro	330,00 €
novembro	330,00 €
dezembro	330,00 €
janeiro	330,00 €
fevereiro	330,00 €
março	330,00 €
abril	330,00 €
maio	330,00 €
junho	330,00 €
julho	330,00 €
agosto	330,00 €
Total (13 meses)	**4 290,00 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 330,00€ (trezentos e trinta euros), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 4.290,00€ (quatro mil duzentos e noventa euros). ----------

------- **93 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 35 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 35 – Ano Letivo 2026/2027, datado de doze de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência

"8928/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil trezentos e cinco barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico:

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **317,42 € (trezentos e dezassete euros e quarenta e dois cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **3 809,04 € (três mil oitocentos e nove euros e quatro cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	317,42 €
outubro	317,42 €
novembro	317,42 €
dezembro	317,42 €
janeiro	317,42 €
fevereiro	317,42 €
março	317,42 €
abril	317,42 €
maio	317,42 €
junho	317,42 €
julho	317,42 €
agosto	317,42 €
Total (12 meses)	**3 809,04 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio

formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 317,42€ (trezentos e dezassete euros e quarenta e dois cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 3.809,04€ (três mil oitocentos e nove euros e quatro cêntimos). ----------

------- **94 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 36 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 36 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte e um de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8929/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil trezentos e seis barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico:

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **213,16 € (duzentos e treze euros e dezasseis cêntimos).** ---------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2 557,92 € (dois mil quinhentos e cinquenta e sete euros e noventa e dois cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	213,16 €
outubro	213,16 €
novembro	213,16 €
dezembro	213,16 €
janeiro	213,16 €
fevereiro	213,16 €
março	213,16 €
abril	213,16 €
maio	213,16 €
junho	213,16 €
julho	213,16 €
agosto	213,16 €
Total (12 meses)	2 557,92 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.

Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 213,16€ (duzentos e treze euros e dezasseis cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 2.557,92€ (dois mil quinhentos e cinquenta e sete euros e noventa e dois cêntimos). ----

------- **95 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 37 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 37 – Ano Letivo 2026/2027, datado de sete de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8954/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil trezentos e dezassete barra dois mil e vinte e seis, de vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **61,11 € (sessenta e um euros e onze cêntimos).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **794,43 € (setecentos e noventa e quatro euros e quarenta e três cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	61,11 €
setembro	61,11 €
outubro	61,11 €
novembro	61,11 €
dezembro	61,11 €
janeiro	61,11 €
fevereiro	61,11 €
março	61,11 €
abril	61,11 €
maio	61,11 €
junho	61,11 €
julho	61,11 €
agosto	61,11 €
Total (13 meses)	794,43 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 61,11€ (sessenta e um euros e onze cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 794,43€ (setecentos e noventa e quatro euros e quarenta e três cêntimos). ----------

------- **96 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – REEMBOLSO DA MENSALIDADE – REQUERENTE: MÁRCIA MARINHO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um email de ....., registado com o número "2026, ACSOC, I, GE, 3213", em que solicitou, o reembolso referente ao mês de junho referente à valência do Jardim de Infância. ----------

------- A técnica de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e treze barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....

Através do referido e-mail, a requerente menciona que procedeu ao envio do recibo do mês de junho (comprovativo de pagamento) fora do prazo estabelecido para o efeito por motivos pessoais, tal como se verifica através da análise do documento em anexo. ----------

Importa mencionar que referido recibo/comprovativo de pagamento foi enviado a 26 de junho de 2026. ----------

Posto isto, o reembolso da referida mensalidade no valor de 122,73 € (cento e vinte e dois euros e setenta e três cêntimos), não foi realizado, visto que de acordo com o nº3 do artigo 16º do Regulamento de Atribuição de Apoio a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL do Município de Mogadouro, "o comprovativo terá de ser entregue até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento". ----------

No entanto, considerando a situação descrita pela requerente, V. Exa. melhor decidirá quanto ao pedido de reembolso do valor da mensalidade em questão. ----------

É tudo quanto nos cumpre informar." ----------

------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aceitar o comprovativo e reembolsar a referida mensalidade no valor de 122,73€ (cento e vinte e dois euros e setenta e três cêntimos), referente ao mês de junho de dois mil e vinte e seis. ----------

------- Mais se deliberou solicitar aos serviços competentes da Autarquia a verificação de fundos disponíveis e respetiva cabimentação. ----------

------- **97 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – REEMBOLSO DA MENSALIDADE – REQUERENTE: FÁTIMA FERMENTO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um email de ....., registado com o número "2026, ACSOC, I, GE, 3219", em que solicitou, o reembolso referente ao mês de junho referente à valência do Jardim de Infância. ----------

------- A técnica de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e dezanove barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....

Através do referido e-mail, a requerente menciona que procedeu ao envio do recibo do mês de junho (comprovativo de pagamento) fora do prazo estabelecido para o efeito, tal como se verifica no documento em anexo. ----------

Importa mencionar que o recibo/comprovativo de pagamento do mês de junho foi enviado a 2 de julho de 2026. ----------

Posto isto, o reembolso da referida mensalidade no valor de 35,14 € (trinta e cinco euros e catorze cêntimos), não foi realizado, visto que de acordo com o nº3 do artigo 16º do Regulamento de Atribuição de Apoio a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL do Município de

Mogadouro, "o comprovativo terá de ser entregue até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento". ----------
No entanto, considerando a situação descrita pela requerente, V. Exa. melhor decidirá quanto ao pedido de reembolso do valor da mensalidade em questão. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aceitar o comprovativo e reembolsar a referida mensalidade no valor de 35,14€ (trinta e cinco euros e catorze cêntimos), referente ao mês de junho de dois mil e vinte e seis. -------
------- Mais se deliberou solicitar aos serviços competentes da Autarquia a verificação de fundos disponíveis e respetiva cabimentação. ----------

------- **98 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – REEMBOLSO DA MENSALIDADE – REQUERENTE: EDUARDA CONDE** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um email de ....., registado com o número "2026, ACSOC, I, GE, 3220", em que solicitou, o reembolso referente ao mês de junho referente à valência do Jardim de Infância. ----------
------- A técnica de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e vinte barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
Através do referido e-mail, a requerente menciona que procedeu ao pagamento da mensalidade no dia 08 de junho de 2026, no entanto, o envio do recibo do mês de junho (comprovativo de pagamento) por parte da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro foi apenas realizado a 25 de junho de 2026. ----------
Tendo em consideração o acima mencionado, apenas foi possível para a requerente enviar o comprovativo de pagamento para os Serviços de Ação Social, após o prazo estipulado para o efeito.
Posto isto, o reembolso da referida mensalidade no valor de 129,93 € (cento e vinte e nove euros e noventa e três cêntimos), não foi realizado, visto que de acordo com o nº3 do artigo 16º do Regulamento de Atribuição de Apoio a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL do Município de Mogadouro, "o comprovativo terá de ser entregue até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento". ----------
No entanto, considerando a situação descrita pela requerente, V. Exa. melhor decidirá quanto ao pedido de reembolso do valor da mensalidade em questão. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aceitar o comprovativo e reembolsar a referida mensalidade no valor de 129,93€ (cento e vinte e nove euros e noventa e três cêntimos), referente ao mês de junho de dois mil e vinte e seis. ----------
------- Mais se deliberou solicitar aos serviços competentes da Autarquia a verificação de fundos disponíveis e respetiva cabimentação. ----------

------- **99 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO: PROCESSO N.º 27/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente um pedido que faz parte do processo n.º 27/26, datado de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8610/26", em que requereram apoio à natalidade ao abrigo do Regulamento para atribuição de apoios sociais do Município de Mogadouro aprovado e publicado no Diário da República n.º 77, 2.ª Série. ----------

------- A técnica superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e cinco barra dois mil e vinte e seis, datada de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer: ----------

"

Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o aí estipulado. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no artigo 16º do já mencionado Regulamento. ----------

Dado tratar-se da primeira filha da requerente, o apoio atribuir corresponde ao montante de **1.200,00 €** (mil e duzentos euros), conforme estipulado na alínea a) do artigo 17º do Regulamento em questão. ----------

Face ao enunciado, poderá ser atribuído, à menor ....., o apoio no montante suprarreferido (1.200,00 €), mediante a apresentação de faturas/recibos referentes a bens e serviços adquiridos para a menor, no concelho de Mogadouro, devidamente identificadas com o NIF da menor ou dos seus progenitores. ----------

De acordo com o previsto no documento regulador, no ponto 3 do artigo 17º, este apoio cessa quando a criança perfizer 3 (três) anos de idade ou quando for atingido o montante atribuído a mesma. ----------

Mais de Informa de que o reembolso das despesas, após verificação e reembolso das faturas entregues, deverá ser efetuado para a conta mencionada no documento entregue pela requerente, aquando da solicitação do apoio e que consta do presente processo. ----------

É tudo quanto nos cumpre informar." ----------

------- Com base no parecer supratranscrito baseado no regulamento municipal em vigor, no âmbito das atribuições de que dispõe, no domínio da ação social, alínea h) do n.º 2 do art.º 23, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe o apoio de mil e duzentos euros (1.200,00€), mediante apresentação de faturas/recibos referentes a bens e serviços adquiridos para a menor, cessando este quando a menor perfizer três anos de idade ou assim que seja atingido o montante atribuído. ----------

------- **100 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO: PROCESSO N.º 28/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Reunião de 08 de setembro de 2026

Foi presente um pedido que faz parte do processo n.º 28/26, datado de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8949/26", em que requereram apoio à natalidade ao abrigo do Regulamento para atribuição de apoios sociais do Município de Mogadouro aprovado e publicado no Diário da República n.º 77, 2.ª Série. ----------

------- A técnica superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil trezentos e nove barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer: ----------

"……

Para obter o referido apoio, procedeu à entrega dos documentos previsto e solicitados no artigo 19º do Regulamento acima mencionado, fora do prazo previsto para o efeito, visto que a filha da requerente completava cinco meses de idade à data do presente pedido. ----------

Dado tratar-se da primeira filha da requerente, o apoio atribuir seria no montante de **1.200,00 €** (mil e duzentos euros), conforme estipulado na alínea a) do artigo 17º do Regulamento em questão. ------

Mais se informa que o nº2 do artigo 17º do Regulamento em questão, salvo melhor opinião, não impõe uma obrigatoriedade, porquanto utiliza o vocábulo "pode ser". ----------

Considerando o acima mencionado, V. Exa. melhor decidirá quanto ao assunto em questão. ---------

É tudo quanto nos cumpre informar." ----------

------- Com base no parecer supratranscrito baseado no regulamento municipal em vigor, no âmbito das atribuições de que dispõe, no domínio da ação social, alínea h) do n.º 2 do art.º 23, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe o apoio de mil e duzentos euros (1.200,00€), mediante apresentação de faturas/recibos referentes a bens e serviços adquiridos para a menor, cessando este quando a menor perfizer três anos de idade ou assim que seja atingido o montante atribuído. ----------

------- **101 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO À NATALIDADE E ADOÇÃO: PROCESSO N.º 29/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente um pedido que faz parte do processo n.º 29/26, datado de vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8951/26", em que requereram apoio à natalidade ao abrigo do Regulamento para atribuição de apoios sociais do Município de Mogadouro aprovado e publicado no Diário da República n.º 77, 2.ª Série. ----------

------- A técnica superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil trezentos e dez barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer: ----------

"……

Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o aí estipulado. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no artigo 16º do já mencionado Regulamento. ----------
Dado tratar-se do primeiro filho do requerente, o apoio atribuir corresponde ao montante de **1.200,00 €** (mil e duzentos euros), conforme estipulado na alínea a) do artigo 17º do Regulamento em questão. ----------
Face ao enunciado, poderá ser atribuído, ao menor, ..., o apoio no montante suprarreferido (1.200,00 €), mediante a apresentação de faturas/recibos referentes a bens e serviços adquiridos para o menor, no concelho de Mogadouro, devidamente identificadas com o NIF do menor ou dos seus progenitores. ----------
De acordo com o previsto no documento regulador, no ponto 3 do artigo 17º, este apoio cessa quando a criança perfizer 3 (três) anos de idade ou quando for atingido o montante atribuído a mesma. ----------
Mais de Informa de que o reembolso das despesas, após verificação e reembolso das faturas entregues, deverá ser efetuado para a conta mencionada no documento entregue pela requerente, aquando da solicitação do apoio e que consta do presente processo. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar." ----------
------- Com base no parecer supratranscrito baseado no regulamento municipal em vigor, no âmbito das atribuições de que dispõe, no domínio da ação social, alínea h) do n.º 2 do art.º 23, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, atribuindo-lhe o apoio de mil e duzentos euros (1.200,00€), mediante apresentação de faturas/recibos referentes a bens e serviços adquiridos para o menor, cessando este quando o menor perfizer três anos de idade ou assim que seja atingido o montante atribuído. ----------

------- **102 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 32/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 32/26, datado de quinze de julho de dois mil e vinte e seis, registado com a referência "7433/26", onde a requerente, solicita o Apoio Pecuniário de Carácter Eventual em Situações de Carência Económico e de Risco Social. ----------
------- A técnica superior de educação social, Anete Ferreira, na sua informação dois mil oitocentos e vinte e um barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de julho de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
No âmbito da instrução do presente processo foi efetuada visita domiciliária à residência da requerente, com o objetivo de aferir as condições habitacionais e verificar a necessidade do apoio solicitado. ----------
Durante a visita constatou-se a existência de um fogão. Contudo, de acordo com as declarações prestadas pela requerente e com a avaliação técnica efetuada, conforme documento constante do processo, concluiu-se que o referido equipamento não reúne condições de segurança para utilização, tendo sido considerada tecnicamente inviável a sua reparação. ----------

O equipamento solicitado, designadamente um fogão, apresenta um custo total de **385,00 €** (trezentos e oitenta e cinco euros), IVA incluído, conforme documento comprovativo constante do processo. ----------
Da análise efetuada conclui-se que o agregado familiar reúne as condições de acesso previstas no **artigo 8.º** do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Carência Económica e de Risco Social, encontrando-se em situação de comprovada carência económica. ----------
O apoio solicitado enquadra-se, igualmente, na natureza dos apoios previstos nas **alíneas c)** (equipamento habitacional, mediante avaliação das necessidades) e **e)** (bens essenciais inadiáveis quando comprovada situação de carência económica e esgotados os restantes recursos da comunidade) do **artigo 6.º** do referido Regulamento. ----------
Face ao exposto, considerando a comprovada situação de carência económica do agregado familiar, a inexistência de capacidade financeira para suportar a aquisição do equipamento e a necessidade de garantir condições mínimas de confeção de alimentos, considera-se que se encontram reunidas as condições para a atribuição do apoio solicitado, no montante de **385,00 €** (trezentos e oitenta e cinco euros), correspondente ao custo de aquisição do fogão. ----------
Submete-se o presente processo à consideração de V. Ex.ª para decisão. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar. ----------
À consideração superior." ----------

------- Com base na informação da técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, por cumprir os requisitos previstos na alíneas c) (equipamento habitacional, mediante avaliação das necessidades) e e) (bens essenciais inadiáveis quando comprovada situação de carência económica e esgotados os restantes recursos da comunidade) do artigo 6.º do referido Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Carência Económica e de Risco Social, atribuindo-lhe o valor monetário de trezentos e oitenta e cinco euros (385,00€), para o pagamento de um fogão. ----------

------- **103 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 33/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 33/26, datado de dezasseis de julho de dois mil e vinte e seis, registado com a referência "2026, ACSOC, I, GE, 2840", onde a requerente, solicita o Apoio Pecuniário de Carácter Eventual em Situações de Carência Económico e de Risco Social. ----------

------- A técnica superior de educação social, Anete Ferreira, na sua informação dois mil oitocentos e quarenta barra dois mil e vinte e seis, de vinte de julho de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------" .....
Da análise efetuada à situação socioeconómica do requerente, verifica-se que o mesmo reúne as condições de acesso previstas no artigo 8.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações

Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Carência Económica e de Risco Social, encontrando-se em situação de comprovada carência económica. ----------
No âmbito da instrução do processo, apurou-se que o **painel de duche** solicitado apresenta um custo total de **221,00 €** (duzentos e vinte e um euros), IVA incluído, conforme documento comprovativo constante do processo. ----------
Atendendo ao resultado da visita domiciliária, verificou-se que o painel de duche existente se encontra inutilizável, comprometendo as condições de segurança, higiene e salubridade da instalação sanitária. A substituição deste equipamento revela-se, por isso, indispensável para assegurar ao requerente condições adequadas de higiene pessoal, bem-estar e dignidade, constituindo um equipamento habitacional essencial. ----------
Acresce que o requerente vive sozinho, subsistindo exclusivamente do Rendimento Social de Inserção, não dispondo de capacidade económica para suportar esta despesa pelos seus próprios meios, não tendo igualmente sido identificados outros recursos da comunidade suscetíveis de dar resposta a esta necessidade. ----------
Nestes termos, considera-se que o apoio solicitado se enquadra na natureza dos apoios previstos nas alíneas **c)** (equipamento habitacional, mediante avaliação das necessidades) e **e)** (bens essenciais inadiáveis quando comprovada situação de carência económica e esgotados os restantes recursos da comunidade) do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Carência Económica e de Risco Social. ----------
Assim, face ao enquadramento legal aplicável, à comprovada situação de carência económica do requerente e à necessidade de garantir condições mínimas de habitabilidade, higiene, salubridade e dignidade, considera-se que se encontram reunidas as condições para a atribuição do apoio solicitado, no montante de **221,00 €**, submetendo-se à consideração superior a decisão final sobre a pretensão apresentada. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar. ----------
À consideração superior." ----------

------- Com base na informação da técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, por cumprir os requisitos previstos nas alíneas c) (equipamento habitacional, mediante avaliação das necessidades) e e) (bens essenciais inadiáveis quando comprovada situação de carência económica e esgotados os restantes recursos da comunidade) do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Carência Económica e de Risco Social, atribuindo-lhe o valor monetário de duzentos e vinte e um euros (221,00€), para o pagamento de um painel de duche. ----------

------- **104 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 34/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 34/26, datado de vinte e sete de julho de dois mil e vinte e seis, registado com a referência "2026, ACSOC, I, GE, 2926", onde a requerente, solicita o Apoio Pecuniário de Carácter Eventual em Situações de Carência Económico e de Risco Social. ----------

------- A técnica superior de educação social, Anete Ferreira, na sua informação dois mil novecentos e vinte e seis barra dois mil e vinte e seis, de vinte e sete de julho de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

Apesar do agregado familiar apresentar um rendimento mensal *per capita* inferior a 70 % do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), verificou-se, no âmbito da visita domiciliária realizada para instrução do processo, que o equipamento de refrigeração existente se encontrava em funcionamento. ----------

Embora a requerente tenha referido que o frigorífico apresenta anomalias ao nível da capacidade de refrigeração, não foi possível confirmar, no momento da visita, que o equipamento se encontrasse avariado ou impossibilitado de desempenhar a sua função essencial. ----------

Assim, considera-se que não se encontra devidamente comprovada uma necessidade urgente e imprescindível de substituição do equipamento, pelo que o apoio solicitado não reúne os pressupostos previstos na alínea e) do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Carência Económica e de Risco Social.

No âmbito da instrução do processo, apurou-se que o frigorífico solicitado apresenta um custo total de 230,00 € (duzentos e trinta euros), IVA incluído, conforme documento comprovativo constante do processo. ----------

É tudo quanto nos cumpre informar. ----------

À consideração superior." ----------

------- Com base na informação da técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, indeferir o pedido de apoio apresentado pela requerente, por não se encontrarem reunidos os pressupostos previstos na alínea e) do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Carência Económica e de Risco Social. ----------

------- **105 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 35/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 35/26, datado de treze de agosto de dois mil e vinte e seis, registado com a referência "2026, ACSOC, I, GE, 3162", onde a requerente, solicita o Apoio Pecuniário de Carácter Eventual em Situações de Carência Económico e de Risco Social. ----------

------- A técnica superior de educação social, Anete Ferreira, na sua informação três mil cento e sessenta e dois barra dois mil e vinte e seis, de catorze de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

Face à análise efetuada à situação socioeconómica da requerente, verifica-se que a mesma reúne os requisitos previstos na alínea d) do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Carência Económica e de Risco Social,

em conformidade com o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais. ----------
No âmbito da instrução do processo, verificou-se que as lentes progressivas solicitadas apresentam um custo total de 718,00 € (setecentos e dezoito euros), IVA incluído, conforme documento comprovativo constante do respetivo processo. ----------
Nestes termos, atendendo ao enquadramento legal aplicável e à situação socioeconómica do agregado familiar, considera-se que se encontram reunidas as condições para atribuição do apoio solicitado, submetendo-se à consideração de V. Ex.ª a decisão final sobre a pretensão apresentada pela requerente. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar. ----------
À consideração superior." ----------
------- Com base na informação da técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, por cumprir os requisitos previstos na alínea d) do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Carência Económica e de Risco Social, atribuindo-lhe o valor monetário de setecentos e dezoito euros (718,00€), para o pagamento de lentes progressivas. ----------
------- Mais foi deliberado solicitar aos serviços da U O Financeira a verificação de fundos disponíveis e a respetiva cabimentação. ----------

------- **106 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 36/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 36/26, datado de dezassete de agosto de dois mil e vinte e seis, registado com a referência "2026, ACSOC, I, GE, 3191", onde o requerente, solicita o Apoio Pecuniário de Carácter Eventual em Situações de Carência Económico e de Risco Social. ----------
------- A técnica superior de educação social, Anete Ferreira, na sua informação três mil cento e noventa e um barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
No âmbito da instrução do processo, apurou-se que a aquisição da armação de óculos e respetivas lentes apresenta um custo total de 517,90 € (quinhentos e dezassete euros e noventa cêntimos), IVA incluído, conforme orçamento constante do processo. ----------
Atendendo ao rendimento disponível do requerente e ao valor da despesa em causa, verifica-se que o mesmo não dispõe de capacidade económica suficiente para suportar o respetivo encargo sem comprometer a satisfação das suas necessidades básicas. ----------
Considerando a natureza da despesa e a documentação clínica constante do processo, designadamente a respetiva prescrição médica, a aquisição da armação de óculos e das lentes enquadra-se na alínea d) do artigo 6.º do Regulamento Municipal, referente à "Aquisição de outros bens e serviços de saúde (comprovados através de prescrição médica), designadamente ao nível da oftalmologia, estomatologia, ortopedia, depois de esgotados os restantes recursos da comunidade".

Da análise efetuada, não foram identificados outros recursos da comunidade suscetíveis de responder à necessidade apresentada, nem capacidade financeira do requerente para assegurar a totalidade da despesa pelos seus próprios meios. ----------
Face ao exposto, considerando a situação de comprovada carência económica, o rendimento disponível do requerente, a natureza da necessidade identificada e o enquadramento regulamentar aplicável, considera-se que se encontram reunidas as condições para a atribuição do apoio solicitado, no montante de 517,90 € (quinhentos e dezassete euros e noventa cêntimos), correspondente ao custo total da armação de óculos e respetivas lentes, submetendo-se à consideração superior a decisão final sobre a pretensão apresentada. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar. ----------
À consideração superior." ----------

------- Com base na informação da técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, por cumprir os requisitos previstos na alínea d) do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Prestações Pecuniárias de Caráter Eventual em Situação de Carência Económica e de Risco Social, atribuindo-lhe o valor monetário de quinhentos e dezassete euros e noventa cêntimos (517,90€), para o pagamento de lentes progressivas. ----------

------- **107 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO PARA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: PROCESSO N.º 79/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 79/26, datado de sete de julho de dois mil e vinte e seis, com morada no concelho de Mogadouro, registado com a referência "7544/26", em que solicitou apoio para comparticipação de medicação, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. ----------
------- A técnica superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação dois mil oitocentos e trinta e sete barra dois mil e vinte e seis, de vinte de julho de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Exma. Sra. ....., cumpre os requisitos exigidos nas alíneas a) e b) do artigo 11º, Capítulo III do Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mogadouro – n.º 352/2021, publicado no Diário da República, Nº77, 2ª Série, a 21 de abril de 2021. ----------
Assim, de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido, à requerente, ..., um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, o qual deve ser emitido em seu nome, válido para o ano civil em curso, e que poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de 300,00 € (trezentos euros). ----------
É tudo quanto nos cumpre informar. ----------
À consideração Superior." ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (300,00€) para a compra de medicação no ano de dois mil e vinte e seis. ----------

------- **108 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO PARA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: PROCESSO N.º 80/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 80/26, datado de três de agosto de dois mil e vinte e seis, com morada no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8782/26", em que solicitou apoio para comparticipação de medicação, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. ----------
------- A técnica superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil duzentos e sessenta e oito barra dois mil e vinte e seis, de vinte e um de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....

Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido do Exmo. Sr. ....., não cumpre os requisitos exigidos na alínea b) do artigo 11º, Capítulo III do Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mogadouro – n.º 352/2021, publicado no Diário da República, Nº77, 2ª Série, a 21 de abril de 2021, pois o rendimento mensal per capita é superior a 70% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS). ------
Considerando o acima mencionado relativamente à situação socioeconómica do Sr. ....., este pedido não conta com parecer favorável à sua concessão. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar. ----------
À consideração Superior." ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, indeferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, porquanto, não cumpre os requisitos exigidos na alínea b) do artigo 11º, Capítulo III do Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mogadouro – n.º 352/2021, publicado no Diário da República, Nº77, 2ª Série, a 21 de abril de 2021, pois o rendimento mensal per capita é superior a 70% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS). ----------

------- **109 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO PARA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS:**

PROCESSO N.º 81/26 – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 81/26, datado de vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, com morada no concelho de Mogadouro, registado com a referência "8878/26", em que solicitou apoio para comparticipação de medicação, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. ----------

------- A técnica superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil trezentos e dezanove barra dois mil e vinte e seis, de vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Sr.ª ....., cumpre os requisitos exigidos nas alíneas a) e b), do artigo 11º, Capítulo III do Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mogadouro – n.º 352/2021, publicado no Diário da República, Nº77, 2ª Série, a 21 de abril de 2021. ----------

Assim, de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido, à requerente, Sr.ª ....., um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, o qual deve ser emitido em seu nome, válido para o ano civil em curso, e que poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de 300,00 € (trezentos euros). ----------

É tudo quanto nos cumpre informar. ----------

À consideração Superior." ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (300,00€) para a compra de medicação no ano de dois mil e vinte e seis. ----------

------- **110 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À REDUÇÃO DO VALOR DA RENDA – HABITAÇÃO N.º 22** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil duzentos e quatro barra dois mil e vinte e seis, datada de dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

"A requerente, ..., dirigiu-se ao Gabinete de Atendimento, a fim de solicitar a redução do valor da renda mensal, com fundamento na alteração dos seus rendimentos e na sua condição de saúde. ----------

Atualmente, a requerente paga uma renda mensal no montante de 81,31 € (oitenta e um euros e trinta e um cêntimos). No entanto, refere enfrentar dificuldades no cumprimento deste encargo, atendendo à sua situação atual. ----------

Encontra-se desempregada, e a receber o Rendimento Social de Inserção (RSI) no montante de 247,56 € (duzentos e quarenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos). ----------

Acresce que a requerente padece de vários problemas de saúde de natureza crónica, os quais agravam significativamente a sua condição socioeconómica, devido aos gastos com saúde. ----------

Face ao exposto, veio a requerente solicitar a redução, ainda que temporária, do valor da renda habitacional, por forma a conseguir fazer face às suas despesas essenciais e assegurar condições mínimas de bem-estar no seu quotidiano. ----------
Nestes termos, e considerando o acima exposto, V. Ex.ª melhor decidirá quanto ao pedido apresentada. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar." ----------
------- Com base na informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, manter o valor da renda atualmente em vigor, por se tratar de uma renda condicionada, legalmente estabelecida nos termos do Regulamento Municipal aplicável, não obstante reconhecer e compreender as dificuldades manifestadas pela requerente. ----

------- **111 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE SOBRE OS ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES AO PEDIDO DE APOIO PARA OBRAS PRIORITÁRIAS EM HABITAÇÃO QUE TENHA COMPROMETIDA AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE: PROCESSO Nº 09/26 – COMPROVAÇÃO DA POSSE DO IMÓVEL** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número dois mil oitocentos e oitenta e dois barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e sete de julho de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: -------" .....
Deste modo, considerando que o próprio Regulamento de Apoios Sociais do Município de Mogadouro prevê expressamente a possibilidade de comprovação da posse do imóvel mediante declaração sob compromisso de honra, e tendo esta sido devidamente apresentada pelo requerente relativamente à posse do imóvel e cumprido o respetivo requisito regulamentar. ----------
Mais se constata que, face aos elementos que integram o processo, se encontram igualmente cumpridos os demais requisitos previstos no Regulamento de Apoios Sociais do Município de Mogadouro, não se identificando qualquer outro impedimento regulamentar à aprovação do pedido.
Face ao exposto, e considerando que a documentação exigida pelo Regulamento para comprovação da posse do imóvel se encontrava já devidamente junta ao pedido inicial, propõe-se que o processo seja novamente submetido à consideração do Executivo Municipal, para apreciação e deliberação, com vista à aprovação do pedido, nos termos do Regulamento de Apoios Sociais do Município de Mogadouro. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar." ----------
------- Com base na informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, remeter o processo à DIOM – Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, para efeitos de elaboração do respetivo mapa de quantidades e orçamento. ----------

------- **112 UNIDADE ORGÂNICA DE CULTURA E TURISMO (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO MOVIMENTO RECORDAR 1755_QUAKE / CASTELO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil trezentos e oitenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, datada de um de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"Em relação ao assunto em epígrafe, venho informar V. Exa. que o Município de Mogadouro

foi contatado pelo Quake – Museu do Terramoto de Lisboa, que estão a promover o Movimento Recordar 1755, uma iniciativa de iniciativa nacional que visa afirmar o dia 1 de novembro como um momento anual de memória, reflexão e consciencialização coletiva. ----------
Em 2026, assinala-se os 271 anos do Grande Terramoto de Lisboa de 1755, através de um conjunto de ações de sensibilização pública. ----------
Assim, consideram que o Castelo de Mogadouro que pelo seu relevante valor histórico, cultural e simbólico, terá um papel importante nesta mobilização nacional com a iluminação do monumento a roxo, na noite de 31 de outubro de 2026, simbolizando a memória das vítimas do terramoto e o compromisso coletivo com uma cultura de prevenção e resiliência. ----------
Mais informam que a adesão ao Movimento Recordar 1755 permitirá ao Castelo de Mogadouro integrar uma iniciativa nacional de evocação histórica e cidadania, associando-se a um esforço coletivo que reúne património, cultura, educação e sensibilização pública em torno de um momento particularmente relevante da história de Portugal. ----------
Com base no acima descrito, somos da opinião que deverá ser o Executivo Camarário a decidir sobre a adesão à iniciativa do Movimento Recordar 1755." ----------
------- Com base na informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, não aderir à iniciativa do Movimento Recordar 1755, em virtude das obras que se encontram a decorrer na zona histórica. ----------

------- **113 UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil trezentos e dezasseis barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"A Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE) 16/2022 de 16 de agosto, com as respetivas alterações, estabelece que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento dos domínios público e privado municipal, por sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público e privado das autarquias locais prevista no Decreto-Lei nº 123/2009 de 21 de maio. ----------
Como prevê o n.º 4 do artigo 169.º da LCE, nos municípios em que seja cobrada a TMDP as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento. Esta taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas referidas empresas, para os clientes finais do respetivo município. Esse percentual é aprovado, anualmente, por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar 0,25%. --
Em complemento do regime fixado na LCE, estabelece-se ainda o seguinte que: ----------

- pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal, que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, de infraestruturas aptas para o alojamento de comunicações eletrónicas, é devida a TMDP, não sendo permitida a cobrança de quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações por aquela utilização ou aproveitamento; ----------

- pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privado das autarquias locais é devida remuneração orientada para os custos. ----------

As empresas sujeitas a TMDP devem produzir a informação necessária, por município, de modo a possibilitar o apuramento do valor base de incidência, das respetivas percentagens e do cálculo do montante das taxas, de forma transparente e auditável. ----------
Assim deverá a câmara municipal **solicitar a todas as empresas** que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, **cadastro de todas as redes** que utilizam, atravessam, ou estão instaladas no subsolo, em espaço público ou privado municipal. ----------
Em conclusão apresenta-se para deliberação do Executivo Municipal a seguinte proposta: ----------
Proposta ----------
O artigo 169.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, na sua redação atual, define a possibilidade de estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a qual obedece aos seguintes princípios: ----------
a) É determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; ----------
b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%. --
O n.º 4 do mesmo artigo da referida Lei, explicita que nos municípios em que seja cobrada a TMDP como antecede, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento. ----------
Considerando o exposto, propõe-se que seja submetida, a presente proposta, ao órgão executivo municipal no exercício da sua competência fixada na alínea ccc), do nº1 do artigo 33º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), na sua atual redação, consubstanciada na manutenção da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de **2027** fixada em 0,25% sobre o total de faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, dos domínio público e privado municipal; ----------
Sequencialmente, caso a proposta em apreciação venha a ser aprovada pelo órgão executivo municipal, deverá a mesma, ser sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua próxima sessão, ao abrigo do previsto na alínea b), do nº 1 do artigo 25º do mencionado Anexo I, da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o artigo 169º da Lei nº 16/2022, de 16 de agosto, na sua atual redação; ----------
Por fim, em caso de aprovação da presente proposta, pela Assembleia Municipal, que seja dado conhecimento de tal deliberação ao ICP- Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), e às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas." ----------
------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano dois mil e vinte e sete(2027), em zero vírgula vinte e cinco por cento (0,25%), sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público nos termos definidos no n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -------
------- Mais foi deliberado, que a presente deliberação seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do previsto na alínea b), do n.º 1 do artigo 25.º do mencionado Anexo I da Lei nº. 75/2013 de 12 de

setembro na sua redação atual, conjugado com o artigo 169.º da Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, na sua atual redação. ----------
------- Por fim, deliberou-se que, seja dado conhecimento ao ICP- Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), e às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, das deliberações tomadas pelos órgãos municipais. ----------

------- **114 UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À ALTERAÇÃO MODIFICATIVA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil trezentos e sessenta e dois barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------**"Proposta de Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da Despesa – Inscrição de encargos plurianuais em anos seguintes** ----------
No âmbito do acompanhamento da execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal, verificou-se a necessidade de proceder a uma alteração modificativa aos documentos previsionais, motivada pela revisão dos projetos e pela consequente necessidade de ajustar a respetiva calendarização física e financeira. ----------
As alterações decorrem da atualização dos cronogramas de execução dos investimentos, tendo em consideração a evolução dos procedimentos, a revisão dos projetos e a previsão atualizada dos períodos de execução dos trabalhos. ----------
Neste contexto, torna-se necessário adequar a programação financeira dos projetos aos respetivos ritmos de execução, procedendo à correspondente redistribuição dos encargos pelos diferentes exercícios económicos. ----------
No caso em concreto do projeto 2022/I/35 – **"Projeto e construção do Parque Biológico da Ribeira do Juncal"**, cuja programação financeira inicialmente prevista contemplava os seguintes encargos: ----------
➢ 2026: 900.000,00 €; ----------
➢ 2027: 1.700.000,00 €; ----------
➢ 2028: 1.600.000,00 €; ----------
correspondendo a um encargo total programado de 4.200.000,00 €. ----------
Na sequência da abertura do concurso e tendo o mesmo ficado deserto, houve necessidade de proceder à revisão do projeto e da calendarização dos trabalhos, verificando-se a necessidade de proceder à sua reprogramação financeira, passando a prever-se a seguinte distribuição: ----------
➢ 2026: 100.000,00€ ----------
➢ 2027: 2.000.000,00 €; ----------
➢ 2028: 1.900.000,00 €; ----------
➢ 2029: 1.500.000,00 €; ----------
➢ 2030: 100.000,00 €. ----------
A nova programação representa um encargo total de 5.600.000,00 €, traduzindo um acréscimo global de 1.400.000,00 € relativamente à programação anteriormente prevista. ----------
A repartição dos encargos é, assim, a seguinte: ----------

Ano económico	Programação anterior	Programação proposta	Variação
2026	900.000,00 €	100.000,00€	- 800.000,00 €
2027	1.700.000,00 €	2.000.000,00 €	+300.000,00 €
2028	1.600.000,00 €	1.900.000,00 €	+300.000,00 €
2029	0,00 €	1.500.000,00 €	+1.500.000,00 €
2030	0,00 €	100.000,00 €	+100.000,00 €
Total	**4.200.000,00 €**	**5.600.000,00 €**	**+1.400.000,00 €**

Quanto aos projetos de **"Remodelação do sistema de abastecimento de águas do Município de Mogadouro - 1ª e 2ª FASE"**, também no resultado da revisão do projeto, há necessidade de ajustar os prazos e valores, procedendo-se ao aumento de 1.420.000€ na 1ª Fase e 620.000€ na 2ª Fase para 2027, à redução de 322.000€ na 1ª Fase e 290.000€ na 2ª Fase para 2028 e o prolongamento do prazo de execução para 2029 com a inscrição de 10.000€ em cada Fase. ----------

Encargos plurianuais

A alteração da programação destes projetos, determinam uma modificação da repartição dos encargos por exercícios económicos, passando a existir encargos previstos para os anos de 2029 e 2030, que não se encontravam contemplados na programação inicial. ----------

A presente situação configura, assim, uma reprogramação de encargos plurianuais, devendo a respetiva autorização ser ajustada de acordo com o novo escalonamento financeiro. ----------

Com efeito, a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal quando estejam em causa entidades da administração local. ----------

Assim, a alteração da programação destes projetos deverá ser refletida nos documentos previsionais e nos instrumentos relativos aos compromissos plurianuais, assegurando a correspondência entre a programação física e a programação financeira do investimento. ----------

Fundamentação da alteração modificativa ----------

A alteração proposta não resulta da criação de um novo projeto, mas da necessidade de adequar a programação orçamental à revisão dos projetos e à calendarização previsível da execução dos trabalhos. ----------

A reprogramação permitirá adequar as dotações orçamentais aos encargos efetivamente previstos para cada exercício económico, garantindo uma maior correspondência entre a execução física e financeira dos investimentos. ----------

No caso do Projeto do Juncal, a alteração traduz-se num aumento da dotação prevista para 2027 e 2028 e na introdução de encargos nos exercícios de 2029 e 2030 e o abastecimento de água – 1ª e 2ª Fase, num aumento em 2027, a diminuição em 2028 e a introdução de encargos em 2029. ----------

As alterações em todos os outros projetos constantes do documento, resultam de outras reprogramações de menor valor e para compensação de outros projetos. ----------

Esta alteração deverá ser considerada conjuntamente com a necessidade de atualização da autorização relativa aos encargos plurianuais, uma vez que a nova programação prolonga a execução financeira dos projetos até 2030 e altera substancialmente a repartição dos encargos inicialmente autorizada. ----------

Proposta ----------

Nestes termos, deve o assunto ser enviado ao Executivo para aprovação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro e posterior envio à Assembleia Municipal para que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, delibere aprovar a Alteração Modificativa, nos exatos moldes constantes do mapa de modificações em anexo, com as seguintes alterações: ----------
- uma diminuição de 120.000€ em 2027; ----------
- um aumento de 300.000€ em 2028; ----------
- um aumento de 1.628.000€ em 2029; ----------
- um aumento de 100.000€ em 2030. ----------
À consideração superior." ----------

------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Alteração Modificativa, nos exatos moldes constantes do mapa de modificações em anexo, com as seguintes alterações: ----------
- uma diminuição de 120.000€ em 2027; ----------
- um aumento de 300.000€ em 2028; ----------
- um aumento de 1.628.000€ em 2029; ----------
- um aumento de 100.000€ em 2030. ----------

-------- Mais foi deliberado aprovar, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proceder ao posterior envio da deliberação à Assembleia Municipal. ----------

------- **115 UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA DO ANO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Presente, analisada e explicada pelo senhor presidente da Câmara, António Pimentel, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a terceira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, na importância de zero euros, em diminuições/anulações e em inscrições/reforços, para o ano de 2026, de dois milhões, trezentos e quarenta mil euros, em reforços e dois milhões, quatrocentos e sessenta mil euros, em diminuições, para o ano de 2027, de novecentos e doze mil euros, em reforços, e de seiscentos e doze mil euros, em diminuições, para o ano de 2028, de um milhão, seiscentos e vinte e oito mil euros, em reforços e zero euros, em diminuições para o ano de 2029 e de cem mil euros, em reforços e zero euros, em diminuições para o ano de 2030. ----------

------- Mais foi deliberado nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, submeter a presente deliberação à votação da Assembleia Municipal.

------- **116 UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS DO ANO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Presente, analisada e explicada pelo senhor presidente da Câmara, António Pimentel, a Câmara Municipal

deliberou, por unanimidade, aprovar a terceira alteração modificativa ao Orçamento do Plano de Investimentos, na importância de zero euros, em inscrições/reforços e em diminuições/anulações, para o ano de 2026, de dois milhões, trezentos e quarenta mil euros, em reforços e dois milhões, quatrocentos e sessenta mil euros, em diminuições, para o ano de 2027, de novecentos e doze mil euros, em reforços, e de seiscentos e doze mil euros, em diminuições, para o ano de 2028, de um milhão, seiscentos e vinte e oito mil euros, em inscrições e zero euros, em diminuições para o ano de 2029 e de cem mil euros, em reforços e zero euros, em diminuições para o ano de 2030. ----------

------- Mais foi deliberado nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, submeter a presente deliberação à votação da Assembleia Municipal. -

------- **117 COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – PROJETO OET DURIUS – PROGRAMA INTERREG-POCTEP** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de vinte e sete de julho de dois mil e vinte, sobre o assunto em epígrafe: ------

-------"Aprovo protocolo anexo. Ao Executivo para ratificação." ----------

------- **118 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DO LOTE N.º 88 DA ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO – REQUERENTE: TABELA CONVERGENTE, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil quatrocentos e quarenta e nove barra dois mil e vinte e seis, datada de quatro de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Na sequência do despacho de Vª Exª de 04/09/2026, exarado no requerimento supra referenciado informo o seguinte: ----------

O Município é proprietário do Lote nº 88 do Plano de Pormenor do Loteamento Industrial de Mogadouro inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesia de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, destinado a indústria, comércio e serviços, e registado na Conservatória do Registo Predial de Mogadouro. ----------

A Requerente, Tabela Convergente Lda., com o NIPC 51960874, com sede na Reta de Vale da Madre, n.º 41, solicita a atribuição do Lote supra identificado da Zona Industrial de Mogadouro, com vista à construção de um pavilhão destinado ao desenvolvimento da sua atividade e de um novo projeto empresarial a curto prazo. ----------

A empresa compromete-se a cumprir integralmente todas as condições, regulamentos e demais requisitos estabelecidos pelo Município relativos á alienação, ocupação e utilização dos Lotes da Zona Industrial. ----------

Na sequência do despacho de Vª Exª de 04/09/2026, exarado no requerimento supra referenciado informo o seguinte: ----------

A sua localização na Zona Industrial de Mogadouro é determinante para o sucesso do projeto de investimento a realizar e com vista á dinamização económica local e na criação de um mínimo de 6 postos de trabalho diretos. ----------
Uma vez que o interesse relevante para o Município no projeto empresarial a desenvolver na eventual atribuição do lote pretendido, não foi manifestado no despacho proferido pelo Sr.º Presidente, no pedido de alienação do lote e fundamentação do investimento a desenvolver, no sentido de estes serviços informarem da possibilidade de este investimento a realizar, ser declarado de interesse municipal e da adjudicação do lote respetivo ser atribuído, a titulo excecional, pelo executivo, através da venda, pelo preço e demais condições urbanísticas constantes no Regulamento da Zona Industrial informamos o seguinte: ----------
O Regulamento do Loteamento Industrial de Mogadouro n.º 548/2024, publicado no DR, 2ª série de 15/05/2024 prevê no Capitulo III do artigo 13 a forma de aquisição e utilização dos lotes: ----------
"1 - A aquisição de lotes do Loteamento Industrial de Mogadouro fars.se-à através de hasta pública.
2 – Os lotes são adquiridos ou utilizados apenas através de compra, direito de superfície e cedência, competindo à Câmara Municipal a decisão do lote a atribuir. ----------
3 – Os casos de direito de superfície e de cedência serão negociados individualmente, devendo esta forma ser considerada excecional e só permitida quando fortes razões o justifiquem, nomeadamente o caráter transitório do investimento, o relevante interesse sob o ponto de vista da criação de emprego e o relevante interesse público. ----------
Atentos a falta de fundamentos invocados pela requerente, e na ausência de uma "memória descritiva" dos investimentos a realizar no pedido de atribuição do lote supra referenciado, para os fins pretendidos, acreditamos que não põe em causa o papel regulador no que concerne aos critérios de alienação e atribuição de lotes no Loteamento Industrial de Mogadouro. ----------
Caso a Ex.ma Câmara considere o relevante interesse público na atribuição do lote para os fins pretendidos com o novo projeto empresarial a criar pela requerente e talvez por sigilo profissional no projeto de investimento não apresenta uma "memória descritiva", ou outros considerandos que possam alavancar a excecionalidade desse interesse e que justifiquem a dispensa da livre concorrência, nomeadamente a especificidade da investidora para projetar o projeto planeado, tornando inviável ou inútil outro procedimento, poderá a titulo excecional, manifestar a intenção na atribuição do lote por venda nos termos e condições previstas no n.º 3 do artigo 13.º, não pondo em causa as regras gerais da hasta publica em observância dos princípios da igualdade, proporcionalidade, imparcialidade, da concorrência e da prossecução do interesse público. ----------
Ao merecer acolhimento a presente informação por parte do Executivo, poderá este deliberar manifestar a intenção de atribuição do Lote 88, por venda, nas condições previstas no Regulamento, á requerente, Tabela Convergente Lda., com o NIPC 519608747, com sede na Reta de Vale da Madre, n.º 41. Mogadouro. ----------
Em consequência do supra exposto, caso a deliberação a tomar por parte do executivo opte pelo procedimento evidenciado na presente informação, deverá a atribuição definitiva do lote ser presente em próxima reunião do executivo, após a empresa dar conhecimento ao executivo da atividade a desenvolver no novo projeto empresarial a desenvolver no pavilhão a construir no lote que justifique o interesse municipal do investimento e da adjudicação da sua atribuição através da venda direta a título excecional." ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade dos presentes, manifestar a intenção de atribuir, por venda, o Lote n.º 88 à requerente, Tabela Convergente, Lda., pessoa coletiva n.º 519 608 747, com sede na Reta de Vale da Madre, n.º 41, em Mogadouro, nas condições previstas no Regulamento Municipal em vigor. ----

------- Mais foi deliberado que a atribuição definitiva do lote deverá ser presente em próxima reunião do executivo, após a empresa dar conhecimento ao executivo da atividade a desenvolver no novo projeto empresarial a desenvolver no pavilhão a construir no lote que justifique o interesse municipal do investimento e da adjudicação da sua atribuição através da venda direta a título excecional. ----------

------- **119 UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA – ASSOCIADO, SROC LDA – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2026** – PARA CONHECIMENTO: - A Câmara Municipal tomou conhecimento do "Relatório de Acompanhamento em 30 de junho de 2026", enviado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Fernando Peixinho & José Lima – SROC Lda. ----------
------- Mais foi deliberado, que o presente relatório seja submetido para conhecimento da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2023, de 12 de setembro, na sua redação atual. ------

------- **PAGAMENTOS**: - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia vinte e oito de julho a sete de setembro de dois mil e vinte e seis na importância de três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, cento e sessenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos (3.669.169,49€).

------- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente da Câmara, António Joaquim Pimentel, encerrado a reunião às onze horas e dezasseis minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu António Luís Moreira, Técnico Superior Jurista, coadjuvada pela Técnica Superior, Liliana Alexandra Pereira Martins, redigi e subscrevi: ----------